

glintt

**RELATÓRIO  
E CONTAS**  
2017



# ÍNDICE

## 01. Enquadramento

- 1.1 Mensagem do Presidente ..... 4
- 1.2 A Glintt ..... 5
- 1.3 Sociedades e Órgãos Sociais ..... 9
- 1.4 Principais Indicadores ..... 10

## 02. Relatório Consolidado de Gestão

- 2.1 Contexto Macro Económico ..... 12
- 2.2 Desempenho em 2017 e Perspetivas Futuras .... 13
- 2.3 Modelo de Governação ..... 13
- 2.4 Demonstração de Informação Não Financeira ... 14
- 2.5 Informação Privilegiada – Sumário ..... 16
- 2.6 Proposta de Aplicação dos Resultados ..... 17
- 2.7 Declaração dos Responsáveis  
sobre a conformidade da Informação  
Financeira Apresentada ..... 17
- 2.8 Agradecimentos ..... 18
- 2.9 Anexos ao Relatório Consolidado de Gestão ..... 19

## 03. Governo da Sociedade

Relatório de Governo Societário 2017 .... 21

## 04. Demonstrações Financeiras e Notas às Contas

- 4.1 Demonstrações Financeiras Consolidadas .... 59
- 4.2 Demonstrações Financeiras Individuais ..... 128

## 05. Anexos

- 5.1 Certificação Legal e Relatório de Auditoria ..... 162
- 5.2 Relatório e Parecer do Conselho Fiscal ..... 174
- 5.3 Declaração dos Responsáveis  
sobre a conformidade da Informação  
Financeira apresentada ..... 176

# 01. ENQUADRAMENTO

---





# 1.1

## MENSAGEM DO PRESIDENTE

---

A Glintt terminou o ano de 2017 com um volume global de negócios de 71 milhões de euros e um resultado operacional bruto (EBITDA) de 6 milhões de euros.

Comparativamente com o ano anterior crescemos quer em volume quer ao nível do resultado líquido.

Muitas mudanças ocorreram desde 2015, ano em que abracei o desafio de liderar a Comissão Executiva da Glintt.

- » De uma Glintt composta por diversas áreas, passámos a ter “UmasóGlintt”, unificada e focada na sua missão – **Contribuir com inovação tecnológica para a melhoria dos níveis de saúde e bem-estar na sociedade global em que vivemos.**
- » Reforçámos a aposta nos nossos valores corporativos uma vez que acreditávamos que eram eles que, diariamente, nos permitiam ter “MaisGlintt”.

Estes lemas têm acompanhado o nosso plano de consolidação e reorientação estratégica e, em 2017, foram já visíveis no valor que geramos e que fomos capazes de entregar. Foi um trabalho de todos, que tanto a mim, como aos restantes membros da Comissão Executiva, nos mantêm convictos de que é este o caminho que devemos continuar a seguir, para continuar a aumentar o valor que entregamos ao mercado, aos nossos colaboradores e parceiros, e também aos nossos accionistas.

“ValueG” foi o lema da nossa reunião geral, que marcou a abertura do ano de 2018, onde iremos continuar a investir na prossecução dos seguintes objetivos estratégicos:

- » Crescimento desenvolvido em torno do atual modelo operacional, com foco por um lado nas linhas de oferta e na qualidade e relevância do serviço que oferecemos aos nossos clientes, e por outro, mantendo o forte enfoque comercial nos mercados que permitem alavancar a nossa missão – ou seja, dando prioridade ao sector da saúde e às áreas de maior valor acrescentado para a procura de soluções tecnológicas Glintt.
- » Reforço da rede de parceiros que permitam alavancar geograficamente a distribuição da oferta Glintt nos diversos mercados onde estamos presentes.
- » Manter a aposta nos nossos colaboradores, e na constituição de uma equipa coesa, focada, motivada e formada nas melhores práticas para responder às necessidades dos clientes e parceiros.

Por último, o meu agradecimento aos nossos clientes, parceiros, accionistas e em especial colaboradores da Glintt, pelo trabalho conjunto e confiança crescente que têm vindo a demonstrar.

Muito obrigado.  
**Nuno Vasco Lopes**  
*Presidente da Comissão Executiva*



# 1.2

## A GLINTT

---

### EMPRESA E EQUIPA

---

A Glintt – Global Intelligent Technologies, S.A. é uma multinacional de origem Portuguesa, emitente de ações, atualmente admitidas à negociação no mercado regulamentado da Euronext de Lisboa.

Opera a partir de 10 escritórios, sediados em 6 países, Portugal, Espanha, Reino Unido, Irlanda, Angola e Brasil, e conta já com mais de 1000 colaboradores.

Com mais de 20 anos de experiência, a Glintt é uma empresa líder em Consultoria e Serviços tecnológicos na Saúde, sendo as suas soluções utilizadas em mais de 200 hospitais e clínicas. No setor da Farmácia, mais de 12.000 farmácias na Península Ibérica utilizam o software de gestão suportado pela Glintt, que disponibiliza ainda um vasto portfólio de outras ofertas de bens e serviços, o qual engloba nomeadamente, conceção e projeção de espaço de lojas, automação, infraestruturas, consumíveis, entre outros.

Nos serviços financeiros, telecomunicações e administração pública, a Glintt atua nas maiores e mais competitivas entidades públicas e privadas, presentes em vários países da Europa, executando projetos transformacionais de elevada complexidade e serviços de gestão aplicacional e de infraestruturas.

A sua equipa reúne fortes competências em Saúde, com colaboradores formados em Farmácia, Enfermagem e Biomédica, e também nas áreas das Tecnologias e Sistemas de Informação, Matemática e Gestão, garantindo assim um amplo saber, que lhe permite responder com competência e confiança aos desafios dos seus clientes e parceiros de negócio.

Em resultado do compromisso com a excelência e o elevado investimento em I&D, promovido não só por iniciativas autónomas, como em parceria com universidades e consórcios internacionais, orgulhamo-nos de deter um notável portfólio de propriedade intelectual, a qual é reconhecida pelo Sistema Científico e Tecnológico Português e certificada por várias entidades nacionais e estrangeiras.



#### ESCRITÓRIOS

Portugal  
Espanha  
Angola  
Brasil  
Irlanda  
Reino Unido



#### PROJECTOS

França  
Benelux

## OFERTA E MERCADOS

Com mais de 20 anos de experiência, somos uma multinacional de consultoria e tecnologias de informação, focada essencialmente em três mercados e seis linhas de oferta.

OFERTAS	MERCADOS					
	IBÉRIA			WW		
	PHARMA	HEALTHCARE	CORPORATE	BRASIL	UK&I	ANGOLA
Business Consulting ▶						
IT Consulting ▶						
Software Solutions ▶						
Physical Design & Automation ▶						
IT Infrastructure ▶						
Support Services ▶						

O **mercado Pharma** engloba essencialmente as farmácias, sendo prioridade da nossa equipa pensar e conceber espaços de saúde e bem-estar, onde a arquitetura comercial e a rentabilidade coexistem com as novas tecnologias.

A nossa equipa pensa e executa as Farmácias de hoje, tornando-as Farmácias do futuro.

Somos líderes a nível internacional em soluções globais para espaços de saúde, e a nossa oferta inclui nomeadamente projetos de Arquitetura, Construção, Obras, Robótica e Imagem e fornecimento e manutenção de *Software*, *Hardware*. Em 16 anos de atividade, já executámos mais de 950 projetos de obras e remodelações de Farmácias e Clínicas.

O **mercado Healthcare** engloba quer o setor público quer o privado e abrange todas as unidades de saúde, clínicas, unidades de cuidados continuados, unidades de cuidados domiciliários, entidade pagadoras e tutela. Com mais de 20 anos de experiência, a Glintt possui um vasto conhecimento do mercado, o qual aliado à relação de credibilidade e de confiança construída com os nossos parceiros, lhe permite compreender o que é relevante e transformar o conhecimento em soluções sustentáveis e de valor para as organizações.

A nossa equipa é uma combinação de fortes competências em Saúde com formação em Farmácia, Enfermagem, Biomédica, Tecnologia e sistemas de informação, matemática e gestão, que garante aos nossos clientes o Know-How necessário para responder aos seus desafios.

Mais de 200 hospitais e clínicas utilizam hoje as nossas soluções, que respondem na íntegra aos requisitos de praticamente todos os serviços de uma unidade hospitalar, desde a admissão do utente, da prescrição ao registo de atos e medicamentos, à sua faturação, até à relação do utente com a unidade de saúde a partir da sua residência.

O **mercado Corporate** engloba o sector financeiro, telecomunicações, utilities e administrações públicas onde contamos com profissionais qualificados tanto das diversas indústrias como de produtos e soluções tecnológicas e inovadoras por forma a responder ao mercado de forma diferenciada.

O desafio da indústria dos **serviços financeiros** é hoje enorme: a necessidade de maiores níveis de eficiência, a cada vez maior regulação do setor e a pressão dos clientes e da concorrência, implicam que a indústria de serviços financeiros tenha a necessidade de se ajustar dinamicamente às exigências do mercado.

Um dos desafios que mais se colocam à indústria dos serviços financeiros, em Portugal e noutras geografias, é o desafio da digitalização. A transformação de um modelo de negócio tradicional num modelo de negócio assente em novos canais e meios de interação com os clientes é um desafio que se coloca a todos os agentes.

O modelo de negócio da indústria dos serviços financeiros, terá necessariamente que evoluir de um modelo físico para um modelo digital, onde ir ao banco ou a uma agência de seguros é independente da plataforma ou do canal.

A Glintt está preparada para apoiar a indústria dos serviços financeiros neste caminho. Com uma experiência de mais de 20 anos no mercado, possui na sua equipa profissionais qualificados e com conhecimento quer do sector quer das soluções tecnológicas mais inovadoras, capazes de suportar os processos de negócio, tornando-os mais eficientes, controláveis e orientados à transformação digital.

Relativamente à indústria das **Telecomunicações e Utilities**, a Glintt, pela natureza de early adopters em tecnologias de informação, tem já uma longa tradição de providenciar soluções inovadoras e com atratividade para estes mercados.

Conta não só com os parceiros mais inovadores, como também com produtos próprios, desenvolvidos para satisfazer as necessidades do mercado, conseguindo dessa forma responder às exigências modernas de TI com especial relevo na área de Data Centers, desde a Convergência até à Virtualização, passando por soluções de SDx até NFV.

Com uma equipa multidisciplinar e com experiência nestes verticais em tecnologias tão diversas como desenvolvimento RAD, Fábrica de Apps, BPM, ITSM, BigData, Serviços Geridos, e Produtos próprios, entre outros, a Glintt é referência obrigatória nos processos de transformação digital que estão a ocorrer e que vão ocorrer nos próximos anos.

Finalmente, relativamente à **Administração Pública**, e mais concretamente, no âmbito da modernização administrativa, a Glintt tem tido um papel crítico junto de diversos organismos da administração pública, suportando o seu desígnio de simplificar processos e informatizar e automatizar serviços, sejam estes internos ou focados nos cidadãos e empresas, com os respetivos ganhos de eficiência associados.

A capacidade de construção de equipas multidisciplinares alicerçadas em pessoas com vasta experiência tanto no setor público, como nas vertentes de análise, definição e execução de projetos de simplificação processual e de soluções tecnológicas, permite endereçar um elevado número de temáticas, projetos ou programas na Administração Pública.



**UNIDADES DE SAÚDE . CLÍNICAS . FARMÁCIAS . INDÚSTRIA FARMACÊUTICA  
ENTIDADES PAGADORAS . TUTELA . ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS  
ENTIDADES FINANCEIRAS . INDÚSTRIA . TELECOMUNICAÇÕES**

## MISSÃO E VISÃO

---

Contribuir com inovação tecnológica para a melhoria dos níveis de saúde e bem-estar na sociedade global em que vivemos. Liderar o mercado de serviços profissionais e tecnológicos para os agentes que constituem o sistema alargado da saúde, respondendo aos seus desafios com inovação e com as melhores práticas das diversas indústrias.

## CULTURA E VALORES

---

- » **Talento / Conhecimento** – apostamos no talento e na especialização do conhecimento dos nossos colaboradores como premissas chave para a execução de soluções de excelência.
- » **Mudança / Melhoria Contínua** – acreditamos na revisão e melhoria contínua dos processos como premissas chave para a promoção do aumento da produtividade e competitividade da nossa organização.
- » **Confiança / Proximidade** – acreditamos em relações duradouras assentes em confiança e proximidade, quer junto dos nossos acionistas, quer junto dos demais stakeholders com que colaboramos.
- » **Iniciativa / Inovação** – agimos com iniciativa e inovação para aportar valor às áreas em que atuamos.

## OBJETIVOS E ESTRATÉGIA

---

Ser reconhecida como empresa líder junto dos clientes de referência, inovadora, sustentável e socialmente responsável, mediante cumprimento e prossecução dos seguintes objetivos estratégicos:

- » **Sustentabilidade** – investir em modelos de negócios que permitam crescimentos sólidos e com aportação de valor para os diversos stakeholders, garantindo robustez do balanço.
- » **Competitividade e eficiência** – garantir utilização eficaz e eficiente dos recursos, com vista à maximização da competitividade da organização e maximização do resultado operacional.
- » **Previsibilidade e controlo de risco** – introdução de ferramentas e medidas claras para efetuar adequada gestão e controlo de risco operacional, diminuindo o grau de incerteza e aumentando níveis de previsibilidade dos resultados.

## INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

---

O Grupo promove uma cultura de inovação e empreendedorismo, a qual se traduz em três compromissos essenciais:

- » Incentivar a procura ativa e a partilha do conhecimento com vista ao desenvolvimento de soluções que incorporem experiência e resultados de uma vigilância de mercado, tecnológica e organizacionalmente eficiente;
- » Criar um ambiente de valorização e desenvolvimento profissional, onde a cada colaborador lhe seja dada oportunidade de explorar a sua criatividade e experiência pessoal em prol de iniciativas que criem valor nas mais diversas atividades do dia-a-dia, contribuindo desta forma na melhoria contínua e nos processos de inovação do Grupo.
- » Participar ativamente em projetos de investigação e desenvolvimento aplicáveis às Tecnologias de Informação, quer ao abrigo de iniciativas nacionais, quer internacionais.

# 1.3

## SOCIEDADES E ÓRGÃOS SOCIAIS

### O GRUPO

O grupo Glintt engloba dentro da sua estrutura, um conjunto de 17 empresas:

1. Glintt – Global Intelligent Technologies, SA, Sociedade Aberta
2. Glintt – Business Solutions, Lda.
3. Glintt – Healthcare Solutions, S.A.
4. Glintt INOV, S.A.
5. SOL-s e Solsuni – Tecnologias de Informação, S.A.
6. Glintt España, Sociedad Limitada (Unipersonal)
7. Consoft, S.A.U.
8. Pulso Informática, S.L., Unipersonal
9. Farmasoft Informatica Y Servicios, S.L.
10. Qwerty Informatica, S.L.
11. Qwerty Farma, S.L.
12. Glintt Polska, Sp Z.o.o
13. Solservice Angola, Lda.
14. Glintt Angola, Lda.
15. Glintt Brasil Ltda.
16. Glintt Ireland Solutions, Limited
17. Glintt UK, Limited

### ÓRGÃOS SOCIAIS

#### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luis Carlos Alves Rodrigues Matias	PRESIDENTE
Vitor Manuel Lopes Segurado	VOGAL
Nuno Vasco Rodrigues Viegas Vieira Lopes	VOGAL
Luís Paulo Reis Cocco	VOGAL
Ana Cristina Clarkson Gaspar	VOGAL
Henrique Augusto Pereira Moreira	VOGAL
Miguel Jorge Belpho da Silva Lança	VOGAL
João Paulo Coelho Cabecinha	VOGAL
Nuno Carlos Dias Dos Santos Fórneas	VOGAL
Ana Filipa Nogueira Fixe Santos	VOGAL
Dario Miguel Tomé Vicente de Bastos Martins	VOGAL

#### COMISSÃO EXECUTIVA

Nuno Vasco Rodrigues Viegas Vieira Lopes	PRESIDENTE EXECUTIVO
Luís Paulo Reis Cocco	ADMINISTRADOR EXECUTIVO
Henrique Augusto Pereira Moreira	ADMINISTRADOR EXECUTIVO
João Paulo Coelho Cabecinha	ADMINISTRADOR EXECUTIVO
Nuno Carlos Dias Dos Santos Fórneas	ADMINISTRADOR EXECUTIVO
Ana Filipa Nogueira Fixe Santos	ADMINISTRADOR EXECUTIVO
Dario Miguel Tomé Vicente de Bastos Martins	ADMINISTRADOR EXECUTIVO

#### CONSELHO FISCAL

Fernando José Carreira Saraiva Monteiro	PRESIDENTE
João Gaspar Lopes Ribeiro	VOGAL
Avelino Azevedo Antão	VOGAL
Nuno Miguel Ribeiro António	SUPLENTE

#### REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda	EFETIVO
Representada por Joaquim Oliveira de Jesus	
Carlos Alberto Domingues Ferraz	SUPLENTE

#### MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

José Alberto Vasconcelos Tavares Moreira	PRESIDENTE
José António da Ponte Zeferino	SECRETÁRIO

#### SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

Raquel Rocha e Silva

#### COMISSÃO DE VENCIMENTOS

João Carlos Lombo da Silva Cordeiro	PRESIDENTE
Luís Manuel Pereira da Silva	VOGAL
Vitor Réfega Fernandes	VOGAL

#### REPRESENTANTE PARA AS RELAÇÕES COM O MERCADO

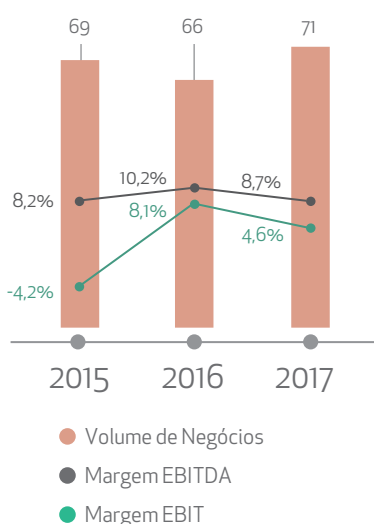
Sónia Filipa da Silva Oliveira



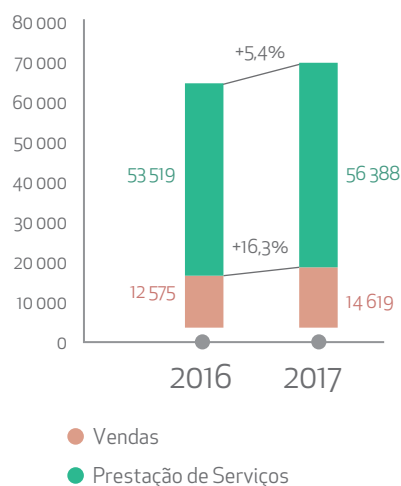
# 1.4

## PRINCIPAIS INDICADORES

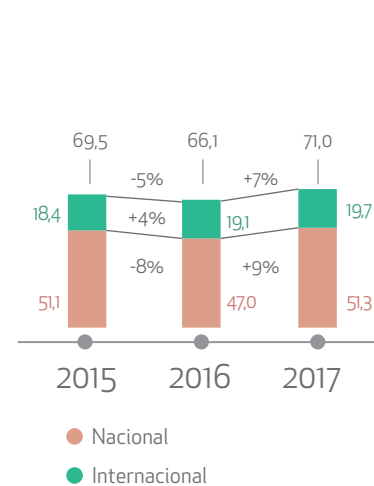
**VOLUME VENDAS / EBITDA / EBIT**  
EM MILHÕES EUROS



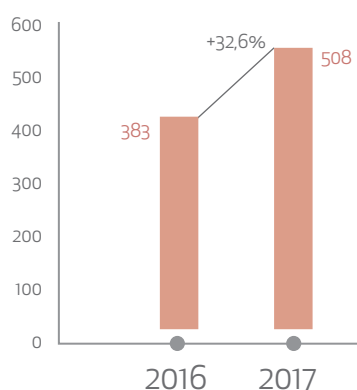
**VENDAS VERSUS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS**  
EM MILHARES EUROS



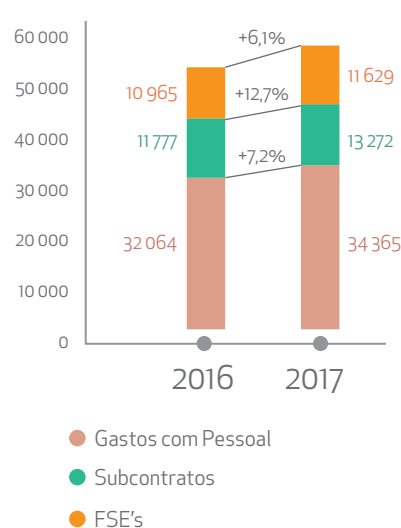
**VENDAS POR MERCADO**  
EM MILHÕES EUROS



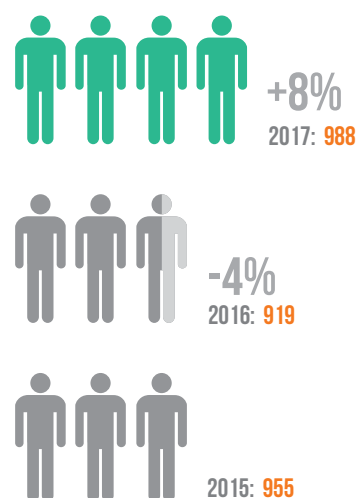
**EVOLUÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO**  
EM MILHARES EUROS



**GASTOS COM PESSOAL E FSE'S**  
EM MILHARES EUROS



**EQUIPA DE PROFISSIONAIS**



# 02.

## RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO

---



# 2.1

## CONTEXTO MACRO ECONÓMICO

A economia mundial registou um crescimento sustentado em 2017 em linha com a trajetória de recuperação verificada nos últimos anos resultado, por um lado, dos ganhos verificados nos mercados acionistas e da diminuição da volatilidade nas economias avançadas e, por outro, do decréscimo das taxas de juro nas economias emergentes.

É perceptível a recuperação verificada na economia global, a qual terá crescido na ordem dos 3,6% segundo projeções do FMI, e deverá continuar acima do potencial e em linha com a da área euro, alcançando os 3,7% em 2018. Em 2018, a melhoria das economias emergentes serão o motor deste crescimento, com destaque para os países asiáticos, principais importadores de matérias-primas. Quanto às economias avançadas, prevê-se a manutenção de um crescimento moderado dos EUA, um abrandamento do Japão e uma ligeira desaceleração da economia europeia, resultado sobretudo de um crescimento menos forte do Reino Unido. Ao nível da inflação, os valores deverão estabilizar entre 2018-2020 em níveis em torno de 1,5%.

Por sua vez, e embora se tenha verificado um crescimento na Zona Euro no ano de 2017, perspetiva-se um resultado inverso para 2018 em virtude do crescimento moderado da procura externa que passará dos 5,5% verificados em 2017 para 4,4%.

O investimento empresarial continuará a recuperação revigorando as margens de lucro num contexto de menor necessidade de desalavancagem e de recuperação da procura externa a qual, embora dinâmica, tenderá a ser mais contida durante 2018 em virtude da deterioração do fluxo de importações do Reino Unido.

No que diz respeito à economia portuguesa, após um aumento de 2,6% do Produto Interno Bruto verificado em 2017, projeta-se que o dinamismo prossiga em 2018, permanecendo robusto no curto prazo, embora a um ritmo progressivamente menor nos anos seguintes devendo atingir 1,7% em 2020.

Contribuirá para este dinamismo, a redução dos rácios de défice e da dívida pública, bem como, o crescimento das exportações de bens e serviços (5,4%), que deverá manter-se acima do crescimento das importações (5,2%). Perspetiva-se, no entanto, que seja o investimento a componente mais dinâmica da procura interna quer ao nível empresarial quer ao nível público.

De acordo com projeções avançadas pelo IDC, prevê-se que o mercado das tecnologias de informação cresça 2,6% durante 2018. Por um lado estima-se que as tecnologias associadas à terceira plataforma tecnológica e os aceleradores de inovação deverão crescer em torno dos 12,4% representando 54% de quota de mercado, por outro, as tecnologias associadas à segunda plataforma sofrerão um declínio na ordem dos 6,9%.

De acordo ainda com dados da IDC, as principais 10 tendências que estarão na lista de prioridades das empresas portuguesas serão: digitalização da economia global, plataformas de transformação digital, cloud core, inteligência artificial, aplicações ágeis, interfaces humanas digitais, blockchain, monitorização de dados, ferramentas low-code e no-code e ainda economia das APIs.



# 2.2

## DESEMPENHO EM 2017 E PERSPETIVAS FUTURAS

O Volume de Negócios consolidado da Glintt em 2017 ascendeu a 71,0 Milhões de Euros, o que representa um aumento de 7,4% face ao volume de 66,1 Milhões de Euros verificado no ano anterior.

A atividade internacional cresceu 3% em 2017, representando 28% do volume global das operações da Glintt. Para este crescimento contribui favoravelmente o mercado espanhol, com um crescimento, em 2017, de 23%, tendo-se verificado nas geografias do Reino Unido, Irlanda, Angola e Brasil, um decréscimo da atividade face ao ano anterior, motivado essencialmente por um ajustamento da oferta Glintt aqueles mercados.

Em 2017, a Glintt obteve um EBITDA de 6,2 Milhões de Euros verificando-se um decréscimo de 8,6% face a 2016. A margem EBITDA foi de 8,7%. O principal motivo para este decréscimo de rentabilidade foi o investimento em recursos humanos que tem estado a ser efetuado com o objetivo de sustentar o crescimento esperado.

Para 2018, a Glintt mantém forte convicção na estratégia de crescimento que tem vindo a ser seguida, a qual assenta em dois pilares fundamentais:

1. Crescimento orgânico pensado e desenvolvido em torno do novo modelo operacional, com foco por um lado nas linhas de oferta, que deverão ser cada vez mais centradas no cliente e na apresentação de valor e recorrendo às melhores tecnologias e às soluções mais inovadoras, e por outro lado, com uma componente comercial forte, direcionada sobretudo para o sector da saúde e para aquelas áreas de maior valor acrescentado, onde as soluções e produtos Glintt permitam garantir competitividade e criação de valor.
2. Crescimento inorgânico alavancado pelo estabelecimento de acordos e parcerias com relevância para a Glintt nomeadamente, conferindo robustez à sua presença em determinados mercados.

A Administração da Glintt acredita que a empresa está a desenvolver com sucesso a estratégia correta com vista a maximizar o valor a todos os stakeholders, nomeadamente acionistas, colaboradores, clientes, fornecedores, parceiros e financiadores.



# 2.3

## MODELO DE GOVERNAÇÃO

---

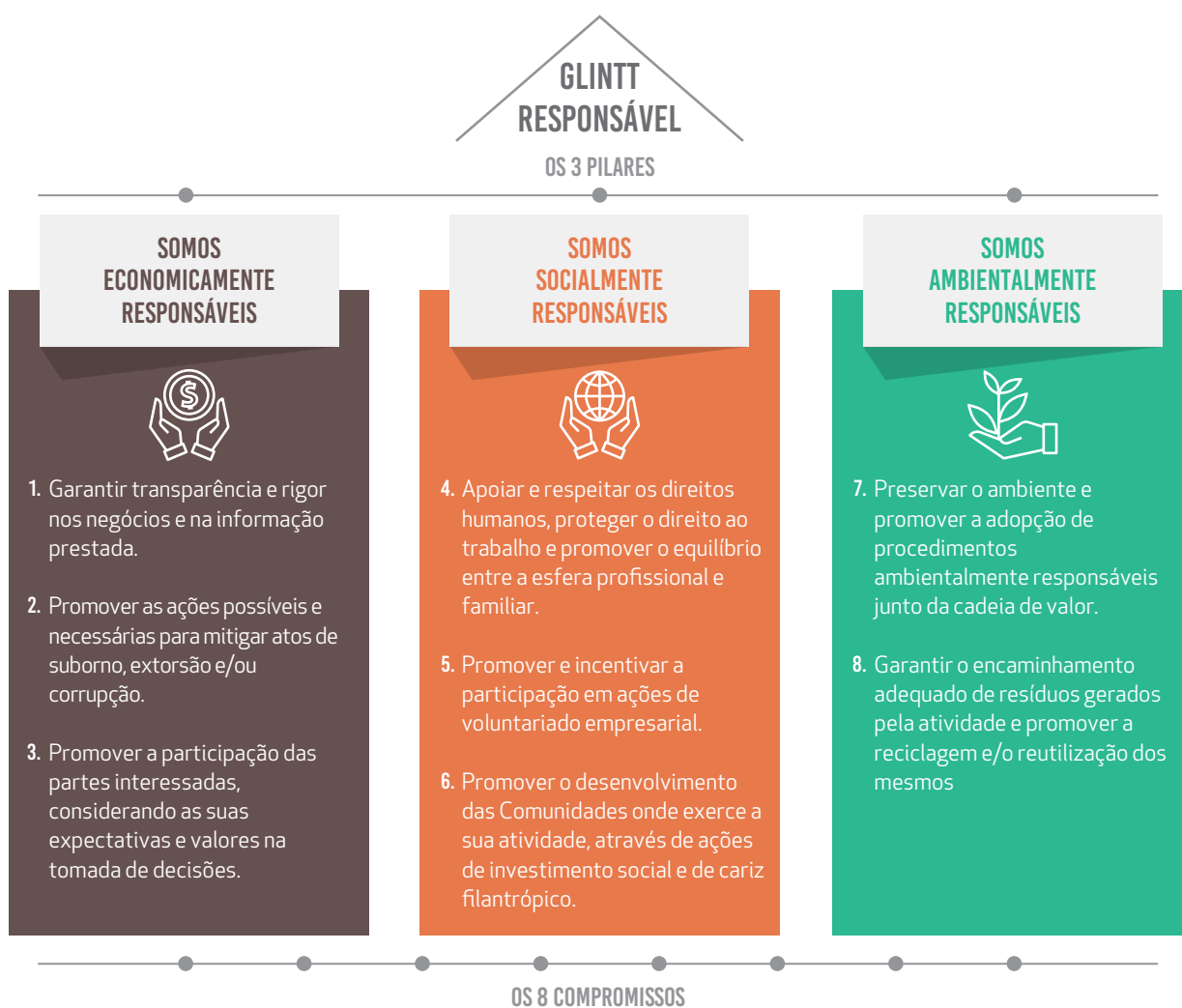
A Glintt é uma holding cotada na Euronext Lisbon e adotou um modelo de governação onde o Conselho de Administração desempenha um papel ativo no acompanhamento da gestão operacional de cada uma das sociedades participadas. O modelo de governação da sociedade é detalhadamente descrito no Relatório de Governo da Sociedade, o qual é parte integrante do presente relatório (vide por favor, capítulo 3).

# 2.4

## DEMONSTRAÇÃO DE INFORMAÇÃO NÃO FINANCEIRA

### 2.4.1 DESCRIÇÃO DO MODELO E POLÍTICAS CORPORATIVAS

A Glintt possui e incentiva uma cultura de responsabilidade social e corporativa, tendo publicado na sua Política “Glintt Responsável”, um conjunto de oito compromissos assumidos pelo Grupo para dar resposta às suas preocupações de cariz responsável em matéria social, económica e ambiental, os quais se resumem na presente figura.



## 2.4.2 RESULTADOS DA AÇÃO DESSAS POLÍTICAS EM 2017

Durante o ano de 2017, a implementação da Política “Glantt Responsável”, traduziu-se essencialmente, nas seguintes atividades:

Atividades de Natureza Económica	Objetivo	Data
Workshop Work life balance com K Aconselhamento Lda	Construir equilíbrio entre a vida pessoal e profissional.	maio 2017
Atividades de Natureza Social	Objetivo	Data
Associação Dignidade	Promover a qualidade de vida e o bem-estar dos portugueses na Rede Solidária do Medicamento.	contínuo
Programa Abem	Recuperação de habitações e jardins infantis em Setúbal - Cáritas Diocesana de Setúbal Centro Social e Paroquial de Corroios e no Porto - Associação Cura+.	maio 2017
Make a Wish	Apoio na realização de desejos de crianças e jovens, entre os 3 e os 18 anos, com doenças graves, progressivas, degenerativas ou malignas, para lhes levar um momento de alegria e esperança.	junho 2017
Cercica	Angariação de verbas para dar continuidade à implementação da missão de promoção da qualidade de vida e de inclusão de pessoas com deficiência intelectual ou incapacidades, na sociedade.	maio 2017
Apoio às vítimas de incêndios com ANF	A Glantt juntamente com a ANF promoveu uma recolha de bens essenciais para exprimir a solidariedade e vontade de ajudar as famílias num momento tão dramático.	outubro 2017
Associação Salvador	Angariação de fundos para dar outra cor ao Natal de centenas de pessoas com deficiência motora.	dezembro 2017
Atividades de Natureza Ambiental	Objetivo	Data
Promoção da reciclagem	Promover a cultura de reciclagem: Reduzir, Reutilizar, Reciclar.	contínuo

## 2.4.3 OS PRINCIPAIS RISCOS ASSOCIADOS

A Política de Gestão de Risco em vigor na Glantt, prevê os seguintes princípios orientadores fundamentais:

- A gestão do risco é um pilar fundamental na estratégia e condução do negócio da Glantt, sendo da responsabilidade de todos os envolvidos desde o conselho de administração ao próprio colaborador;
- A avaliação de riscos e oportunidades para a geração de valor a longo prazo, considera os impactos económicos, sociais e ambientais, diretos e indiretos das operações;
- A capacidade de acompanhamento e mitigação dos riscos dos projetos e oportunidades de negócio, tem em conta o meio ambiente e o bem-estar dos colaboradores;
- Transmissão de confiança nos negócios para os acionistas, colaboradores, clientes, fornecedores e as comunidades onde a Companhia atua.

Neste contexto, são analisados e mitigados todos os riscos com elevado potencial e impacto, decorrentes da atividade exercida pela Glantt. Em 2017, foi identificado como risco relevante, o Risco subjacente à Segurança da informação.

A gestão da segurança da informação é fundamental para assegurar a confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação, permitindo o desenvolvimento de uma relação de confiança entre a Glantt os seus Clientes, Colaboradores e outras partes interessadas relevantes.

Neste âmbito a Glantt obteve em 2017 a certificação segundo a ISO 27001:2013 de Segurança da Informação.

## 2.4.4 INDICADORES-CHAVE DE DESEMPENHO RELEVANTES PARA A SUA ATIVIDADE ESPECÍFICA

Decorrente da implementação da Política “Glantt Responsável”, a Glantt definiu em 2017 um conjunto de KPI’s que pretende monitorar, e controlar nos exercícios futuros. Esta monitorização tem como principal motivo, tornar tangível o resultado da implementação e adoção por todos os colaboradores, dos princípios orientadores que estão definidos na política, alinhando-os também com dados de mercado que correspondam às melhores práticas nesta matéria.

Assim, por cada linha de atuação, a Glantt identificou os seguintes indicadores-chave de desempenho, os quais poderão ser revistos ou modificados anualmente, sempre e quando a gestão considere que tal reverte a favor da empresa, do indivíduo e da sociedade em geral.

<b>Económico</b>	Taxa de incidentes relativos a suborno e/ou corrupção
<b>Social</b>	Nº ações de carácter social desenvolvidas Nº de voluntários envolvidos nas ações de carácter social
<b>Ambiental</b>	Consumo de água per capita Consumo de eletricidade per capita Reciclagem de resíduos sólidos (papel) Índice de eficiência energética

## 2.5

### INFORMAÇÃO PRIVILEGIADA – SUMÁRIO

Durante o exercício de 2017, foi divulgada pela Sociedade a seguinte informação privilegiada:

- » **10 - 11 - 2017** – Fusão por incorporação da Glantt MSV – Conceção, Integração e Gestão de Infraestruturas Tecnológicas, S.A. e da Glantt Energy, S.A. na Glantt – Global Intelligent Technologies, S.A.
- » **10 - 11 - 2017** – Calendário Financeiro 2018
- » **29 - 09 - 2017** – Aquisição de Sociedades em Espanha
- » **26 - 07 - 2017** – Insolvência da Glantt Polska
- » **21 - 07 - 2017** – Resultados Consolidados 1º Semestre
- » **26 - 05 - 2017** – Contrato de Suprimento
- » **26 - 05 - 2017** – Resultados Consolidados 1º Trimestre 2017
- » **24 - 05 - 2017** – Constituição da Comissão Executiva e designação do Secretário da Sociedade
- » **24 - 05 - 2017** – Deliberações da Assembleia Geral Anual
- » **17 - 03 - 2017** – Resultados Consolidados 2016



# 2.6

## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

---

O Conselho de Administração da Glintt – Global Intelligent Technologies, S.A., nos termos e para os efeitos do disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com o Relatório de Gestão propõe que o resultado líquido negativo da Sociedade no exercício de 2017, no montante de 4.026.580 Euros (contas separadas), seja transferido para a rubrica de Resultados Retidos de Exercícios Anteriores.

# 2.7

## DECLARAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS SOBRE A CONFORMIDADE DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA APRESENTADA

De acordo com o disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração da Glintt – Global Intelligent Technologies, S.A. declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante do relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal de contas e os demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da emitente Glintt e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da emitente Glintt e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Beloura, 16 de Abril de 2018.

Presidente	Luis Carlos Alves Rodrigues Matias
Administrador	Vitor Manuel Lopes Segurado
Administrador	Nuno Vasco Rodrigues Viegas Vieira Lopes
Administrador	Luís Paulo Reis Cocco
Administrador	Ana Cristina Clarkson Gaspar
Administrador	Henrique Augusto Pereira Moreira
Administrador	Miguel Jorge Belpho da Silva Lança
Administrador	João Paulo Coelho Cabecinha
Administrador	Nuno Carlos Dias Dos Santos Fórneas
Administrador	Ana Filipa Nogueira Fixe Santos
Administrador	Dario Miguel Tomé Vicente de Bastos Martins



# 2.8

## AGRADECIMENTOS

A Glintt agradece aos seus Acionistas e Clientes, a confiança demonstrada durante o ano de 2017. Agradece também aos seus Parceiros Estratégicos a colaboração prestada no desenvolvimento de projetos comuns, bem como a capacidade de criação de novos negócios. Agrademos igualmente a todos os Colaboradores pelo empenho e compromisso manifestados em 2017, em especial no apoio à prossecução das medidas estratégicas definidas, as quais têm sido fundamentais para que a Glintt se continue a afirmar como empresa de referência no mercado das TI.

Beloura, 16 de abril de 2018

O Conselho de Administração



# 2.9

## ANEXOS AO RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO

### AÇÕES DETIDAS PELOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Participação dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização na Sociedade e em Sociedades em relação de domínio ou de grupo (Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais) e Transações de Dirigentes (nº 7 do Artigo 14º do Regulamento da CMVM).

	Nº Títulos 31-dez-16	Nº Títulos 31-dez-17	Aquisições	Alienações	Preço Unit.€	Data
<b>Conselho de Administração</b>						
Luís Carlos Alves Rodrigues Matias	-	-	-	-	-	-
Vítor Manuel Lopes Segurado	-	-	-	-	-	-
Nuno Vasco Rodrigues Viegas Vieira Lopes	-	-	-	-	-	-
Luís Paulo Reis Cocco	-	-	-	-	-	-
Ana Cristina Clarkson Gaspar	-	-	-	-	-	-
Henrique Augusto Pereira Moreira	-	-	-	-	-	-
Miguel Jorge Belfo da Silva Lança	-	-	-	-	-	-
João Paulo Cabecinha	- (a)	-	-	-	-	-
Nuno Fórneas	- (a)	-	-	-	-	-
Filipa Fixe	- (b)	-	-	-	-	-
Dario Bastos Martins	300 (b)	300	-	-	-	-
Pedro Manuel de Barros Inácio	-	- (c)	-	-	-	-
Cátia Sousa Marques	- (a)	- (d)	-	-	-	-
José Luis Bonifácio Lopes	-	- (d)	-	-	-	-
<b>Conselho Fiscal</b>						
Fernando José Carreira Saraiva Monteiro	- (a)	-	-	-	-	-
João Gaspar Lopes Ribeiro	-	-	-	-	-	-
Avelino Azevedo Antão	- (a)	-	-	-	-	-
Luís Manuel Pereira da Silva	-	- (c)	-	-	-	-
João Carlos Tovar Jalles	-	- (c)	-	-	-	-

(a) À data de início de funções - 24 de maio de 2017 (b) À data de início de funções - 20 de janeiro de 2018  
(c) Cessou funções em 24 de maio de 2017 (d) Cessou funções em 16 de janeiro de 2018

### PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

Para efeitos da alínea c) do nº 1 do artigo 9º do Regulamento 5/2008 da CMVM, apresenta-se a lista de titulares de participações qualificadas comunicadas à Sociedade até 31 de Dezembro de 2017 e calculadas nos termos do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários.

	Nº de Ações	% Capital	% Direitos de voto
<b>Associação Nacional de Farmácias</b>			
Diretamente	0	0	0
Através da Farminveste 3 - Gestão de Participações SGPS, Lda (a)	66.075.974	75,9818%	75,9818%
Através do Dr. António Nuno de Jesus Ribeiro de Barros, membro do Conselho de Administração da Farminveste - SGPS, S.A., sociedade dominante da Farminveste 3 - Gestão de Participações, SGPS, Lda. e dominada pela Associação Nacional de Farmácias	1.000	0,0011%	0,0011%
<b>Total Imputável</b>	<b>66.076.974</b>	<b>75,9829%</b>	<b>75,9829%</b>
<b>José Ribeiro Gomes</b>			
Diretamente	2.600.000	2,98%	2,98%
<b>Total Imputável</b>	<b>2.600.000</b>	<b>2,98%</b>	<b>2,98%</b>

### TRANSAÇÕES DE AÇÕES PRÓPRIAS

No exercício de 2017, não se realizaram transações de ações próprias.

03.

# GOVERNO DA SOCIEDADE

---



# RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO 2017

## GLINTT – GLOBAL INTELLIGENT TECHNOLOGIES, S.A.

### SOCIEDADE ABERTA

#### Advertências:

- » Salvo indicação em contrário ou quando do contexto resulte diferentemente, as informações são prestadas por referência ao *último dia do exercício económico* a que o relatório diz respeito, ou seja, a 31 de dezembro de 2017;
- » Consideram-se feitas para o Código dos Valores Mobiliários todas as referências a artigos sem indicação do respetivo diploma legal.

## PARTE I – INFORMAÇÃO OBRIGATÓRIA SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE

### A. ESTRUTURA ACIONISTA

#### I. ESTRUTURA DE CAPITAL

1. Estrutura de capital (capital social, número de ações, distribuição do capital pelos acionistas, etc), incluindo indicação das ações não admitidas à negociação, diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa (Art. 245.º-A, n.º 1, al. a)).

O capital social da Glintt é de € 86.962.868, sendo composto por 86.962.868 ações, todas da mesma categoria, com o valor nominal de € 1, e encontrando-se totalmente disperso em bolsa, na Euronext Lisbon.

2. Restrições à transmissibilidade das ações, tais como cláusulas de consentimento para a alienação ou limitações à titularidade de ações (art. 245.º-A, n.º 1, al. b)).

Não existem restrições à transmissibilidade das ações.

3. Número de ações próprias, percentagem de capital social correspondente e percentagem de direitos de voto a que corresponderiam as ações próprias (art. 245.º-A, n.º 1, al. a)).

A Glintt tem zero ações próprias.

4. Acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição, bem como os efeitos respetivos, salvo se, pela sua natureza, a divulgação dos mesmos for seriamente prejudicial para a sociedade, exceto se a sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais (art. 245.º-A, n.º 1, al. j)).

A Glintt não é parte em acordos que refiram a mudança de controlo na sequência de uma oferta pública de aquisição.

5. Regime a que se encontre sujeita a renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas.

Na Glintt não existem medidas defensivas, bem como não existe qualquer regime para a sua renovação ou revogação, caso existissem.

6. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto (art. 245.º-A, n.º 1, al. g)).

A Glintt não tem conhecimento de acordos parassociais.

## II. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS

7. Identificação das pessoas singulares ou coletivas que, direta ou indiretamente, são titulares de participações qualificadas (art. 245.º-A, n.º 1, als. c) e d) e art. 16.º), com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputável e da fonte e causas de imputação.

Associação Nacional de Farmácias	Nº de Ações	% Capital	% Direitos de voto
Diretamente	0	0	0
Através da Farminveste 3 - Gestão de Participações SGPS, Lda (a)	66.075.974	75,9818%	75,9818%
Através do Dr. António Nuno de Jesus Ribeiro de Barros, membro do Conselho de Administração da Farminveste - SGPS, S.A., sociedade dominante da Farminveste 3 - Gestão de Participações, SGPS, Lda. e dominada pela Associação Nacional de Farmácias	1.000	0,0011%	0,0011%
<b>Total Imputável</b>	<b>66.076.974</b>	<b>75,9829%</b>	<b>75,9829%</b>
<b>José Ribeiro Gomes</b>			
Diretamente	2.600.000	2,98%	2,98%
<b>Total Imputável</b>	<b>2.600.000</b>	<b>2,98%</b>	<b>2,98%</b>

8. Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização. Participação dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização na Sociedade e em Sociedades em relação de domínio ou de grupo (artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais) e Transações de Dirigentes (n.º 7 do artigo 14.º do Regulamento da CMVM).

Conselho de Administração	Nº Títulos 31-dez-16	Nº Títulos 31-dez-17	Aquisições	Alienações	Preço Unit.€	Data
Luis Carlos Alves Rodrigues Matias	-	-	-	-	-	-
Vítor Manuel Lopes Segurado	-	-	-	-	-	-
Nuno Vasco Rodrigues Viegas Vieira Lopes	-	-	-	-	-	-
Luís Paulo Reis Cocco	-	-	-	-	-	-
Ana Cristina Clarkson Gaspar	-	-	-	-	-	-
Henrique Augusto Pereira Moreira	-	-	-	-	-	-
Miguel Jorge Belpo da Silva Lança	-	-	-	-	-	-
João Paulo Cabecinha	- (a)	-	-	-	-	-
Nuno Fórneas	- (a)	-	-	-	-	-
Pedro Manuel de Barros Inácio	-	- (b)	-	-	-	-
Cátia Sousa Marques	- (a)	-	-	-	-	-
José Luis Bonifácio Lopes	-	-	-	-	-	-
<b>Conselho Fiscal</b>						
Fernando José Carreira Saraiva Monteiro	- (a)	-	-	-	-	-
João Gaspar Lopes Ribeiro	-	-	-	-	-	-
Avelino Azevedo Antão	- (a)	-	-	-	-	-
Luís Manuel Pereira da Silva	-	- (b)	-	-	-	-
João Carlos Tovar Jalles	-	- (b)	-	-	-	-

(a) À data de início de funções - 24 de maio de 2017

(b) Cessou funções em 24 de maio de 2017

**9. Poderes especiais do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital (art. 245.º-A, n.º 1, al. i), com indicação, quanto a estas, da data em que lhe foram atribuídos, prazo até ao qual aquela competência pode ser exercida, limite quantitativo máximo do aumento do capital social, montante já emitido ao abrigo da atribuição de poderes e modo de concretização dos poderes atribuídos.**

Nos termos do n.º 2 do artigo 4.º dos Estatutos, o Conselho de Administração poderá, quando o julgar conveniente e obtido o parecer favorável do Conselho Fiscal, aumentar o capital social da sociedade por entradas em dinheiro, por uma ou mais vezes, até ao limite máximo global de € 10.000.000.

Porém, durante o exercício de 2017, o Conselho de Administração não entendeu ser necessário aumentar o capital social, pelo que não solicitou qualquer parecer ao Conselho Fiscal para o efeito.

**10. Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a sociedade.**

As relações de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a sociedade, são as que se divulgam no ponto 92.

## B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

### I. ASSEMBLEIA GERAL

#### A) COMPOSIÇÃO DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL \*

*\*ao longo do ano de referência*

**11. Identificação e cargo dos membros da mesa da assembleia geral e respetivo mandato (início e fim).**

A Mesa da Assembleia Geral da Glintt é constituída por um Presidente e um Secretário:

- » José Alberto Vasconcelos Tavares Moreira (Presidente);
- » José António da Ponte Zeferino (Secretário).

Os membros da Mesa da Assembleia Geral foram eleitos a 24 de maio de 2017 para um mandato de 3 anos, 2017/2019.

Através da coordenação da Secretária em exercício de funções, Raquel Rocha e Silva, a Glintt – tendo em conta a situação económica da Sociedade – disponibiliza ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral todos os recursos humanos e logísticos de apoio por este considerados adequados ao desempenho independente e competente das suas funções e às respetivas necessidades.

#### B) EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO

**12. Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial (Art. 245.º-A, n.º 1, al. f).**

Na Glintt não existem restrições em matéria de direito de voto.

A cada ação corresponde um voto.

Na Assembleia Geral de 2017, os Acionistas puderam votar presencialmente – pessoalmente ou representados – e também por correspondência.

Não foi adotada qualquer medida que tivesse por efeito exigir pagamentos ou a assunção de encargos pela Sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.

**13. Indicação da percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do n.º 1 do art. 20.º.**

100%.

**14. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias.**

Para além das legalmente previstas, não existem deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só possam ser tomadas com maioria qualificada.

## **II. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO**

### **A) COMPOSIÇÃO\***

*\*ao longo do ano de referência*

**15. Identificação do modelo de governo adotado.**

A Glintt é governada por um Conselho de Administração, que delegou a gestão corrente da Sociedade numa Comissão Executiva.

**16. Regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do Conselho de Administração (art. 245.º-A, n.º 1, al. h).**

Não existem regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do Conselho de Administração.

**17. Composição do Conselho de Administração, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro.**

Nos termos dos Estatutos da Glintt, a Sociedade é administrada por um Conselho de Administração composto por um número, par ou ímpar, de membros, no mínimo de dois e no máximo de onze, conforme deliberação dos acionistas que designará igualmente o respetivo Presidente.

Os membros do Conselho de Administração podem ser acionistas ou não e são eleitos por períodos de três anos, sendo permitida a sua reeleição por triénios sucessivos, sem qualquer limitação.

A 31 de Dezembro de 2017, o Conselho de Administração da Glintt, eleito para o mandato 2017/2019, era composto por onze membros efetivos, nos seguintes termos:

- » Presidente Luís Carlos Alves Rodrigues Matias
- » Vogal Vítor Manuel Lopes Segurado
- » Vogal Nuno Vasco Rodrigues Viegas Vieira Lopes
- » Vogal Henrique Augusto Pereira Moreira
- » Vogal Luís Paulo Reis Cocco
- » Vogal José Luís Bonifácio Lopes
- » Vogal Miguel Jorge Belpho da Silva Lança
- » Vogal Ana Cristina Clarkson Gaspar
- » Vogal Cátia Sofia Farrajota de Sousa Marques
- » Vogal João Paulo Coelho Cabecinha
- » Vogal Nuno Carlos Dias dos Santos Fórneas

Foi a seguinte a data da primeira designação de cada um dos membros do Conselho de Administração:

- » Presidente Luís Carlos Alves Rodrigues Matias: 2013-03-12
- » Vogal Vítor Manuel Lopes Segurado: 2008-06-11
- » Vogal Nuno Vasco Rodrigues Viegas Vieira Lopes: 2015-04-15
- » Vogal Henrique Augusto Pereira Moreira: 2014-09-16
- » Vogal Luís Paulo Reis Cocco: 2011-01-21
- » Vogal José Luís Bonifácio Lopes: 2013-09-26

- » Vogal Miguel Jorge Belpo da Silva Lança: 2015-05-21
- » Vogal Ana Cristina Clarkson Gaspar: 2016-07-20
- » Vogal Cátia Sofia Farrajota de Sousa Marques: 2017-05-24
- » Vogal João Paulo Coelho Cabecinha: 2017-05-24
- » Vogal Nuno Carlos Dias dos Santos Fórneas: 2017-05-24

A data do termo do mandato de todos os membros do Conselho de Administração é 2019-12-31.

## 18. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes.

18.1. A independência dos membros do Conselho Geral e de Supervisão e dos membros da Comissão de Auditoria afere-se nos termos da legislação vigente e, quanto aos demais membros do Conselho de Administração, considera-se independente quem não esteja associado a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de:

- a. Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo, nos últimos três anos;
- b. Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva;
- c. Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo, além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador;
- d. Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada;
- e. Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participação qualificada.

No Conselho de Administração da Sociedade, a 31 de dezembro de 2017, estão em funções:

- » Cinco membros executivos:
  - » Vogal Nuno Vasco Rodrigues Viegas Vieira Lopes (Presidente da Comissão Executiva)
  - » Vogal Henrique Augusto Pereira Moreira
  - » Vogal Luís Paulo Reis Cocco
  - » Vogal João Paulo Coelho Cabecinha
  - » Vogal Nuno Carlos Dias dos Santos Fórneas
- » Seis membros não executivos:
  - » Presidente Luís Carlos Alves Rodrigues Matias
  - » Vogal Vítor Manuel Lopes Segurado
  - » Vogal José Luís Bonifácio Lopes
  - » Vogal Miguel Jorge Belpo da Silva Lança
  - » Vogal Ana Cristina Clarkson Gaspar
  - » Vogal Cátia Sofia Farrajota de Sousa Marques

## 19. Qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Conselho de Administração.

### Luí Carlos Alves Rodrigues Matias

- » Qualificações profissionais:  
Licenciado em Ciências Farmacêuticas
- » Percurso profissional nos últimos 5 anos:  
Presidente do Conselho de Administração da Glinnt desde 2013  
Vice-Presidente da Associação Nacional das Farmácias até 2013

Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação Nacional das Farmácias  
Administrador da Farminveste – Investimentos, Participações e Gestão, S.A. até 2016  
Administrador da Farminveste – SGPS, S.A.  
Administrador da Dose Exacta – Farmácia, S.A.  
Gerente da Farminveste 3 – Gestão de Participações, SGPS, Lda. até 2016  
Gerente da FDM - Farmácia Domus Massamá, Sociedade Unipessoal, Lda. até 2016  
Gerente da Ana Lourenço & Filhos, Lda.  
Sócio Gerente da Farmácia Véritas, Lda.  
Sócio Gerente da Newfar – Agrupamento Complementar de Farmácias A.C.E. até 2016

### **Vítor Manuel Lopes Segurado**

- » Qualificações profissionais:  
Licenciado em Ciências Farmacêuticas
- » Percurso profissional nos últimos 5 anos:  
Vice-Presidente da Direção da Associação Nacional das Farmácias  
Proprietário e Diretor Técnico da Farmácia Nova, em Setúbal  
Presidente da Direção da FARMACOOPE – Cooperativa Nacional das Farmácias, CRL.  
Gerente da Infosaúde – Instituto de Formação e Inovação em Saúde, Unipessoal, Lda. até 2016  
Administrador da Farminveste – Investimentos, Participações e Gestão, S.A.  
Administrador da Farminveste – SGPS, S.A.  
Gerente da Farminveste 2 – SGPS, Unipessoal, Lda.  
Gerente da Farminveste 3 – Gestão de Participações, SGPS, Lda. até 2016  
Administrador da Finanfarma – Sociedade Financeira de Crédito, S.A.  
Gerente da SRCF – Sociedade de Consultoria a Farmácias, Unipessoal, Lda até à sua dissolução em 2015  
Presidente do Conselho de Administração da Farminveste 4 – Serviços, S.A.  
Administrador da hmR – Health Market Research International, S.A.  
Gerente da hmR – Health Market Research Portugal, Unipessoal, Lda.  
Administrador da Health Market Research España, S.L.  
Administrador da Alliance Healthcare, S.A.  
Administrador da hmR – Health Market Research Germany GmbH

### **Nuno Vasco Rodrigues Viegas Vieira Lopes**

- » Qualificações profissionais:  
Licenciado em Ciências Farmacêuticas, PAGEF UCP, MBA ISG, INSEAD Strategic Leadership Programme
- » Percurso profissional nos últimos 5 anos:  
CEO da Glintt desde 2015  
Vice-Presidente da Direção da Associação Nacional das Farmácias  
Membro da Mesa da Assembleia Geral da FARMACOOPE – Cooperativa Nacional das Farmácias, CRL  
Gerente da Alloga Portugal, Lda.  
Gerente da Farmácia Gasparinho, Sociedade Limitada  
Gerente da Farmácia Nova Portas de Benfica, Unipessoal, Lda.  
Gerente da Strongnature, Lda.  
Administrador Executivo da Alliance Healthcare, S.A. até 2015  
Administrador da Alliance Healthcare Participações SGPS Unipessoal, Lda. até 2015  
Gerente da Almus, Lda. até 2015  
Administrador da Farminveste – Investimentos, Participação e Gestão, S.A., desde 2013  
Membro da Mesa da Assembleia Geral da Infarma até 2017  
Gerente da Farminveste 2 - SGPS, Unipessoal, Lda.  
Administrador da Farminveste – SGPS, S.A.  
Administrador da Farminveste 4 – Serviços, S.A.  
Subdiretor da Revista Farmácia Portuguesa até 2017  
Secretário-Geral da Ordem dos Farmacêuticos de 2001 a 2003

### **Henrique Augusto Pereira Moreira**

- » Qualificações profissionais:  
Curso de Administração Tributária
- » Percurso profissional nos últimos 5 anos:  
Administrador Executivo da Glintt desde 2015  
Adjunto do Coordenador Geral da Associação Nacional das Farmácias  
Administrador da Farminveste 4 – Serviços, S.A.  
Vogal do Conselho de Administração da Clínica CUF Belém, S.A.  
Diretor da Glintt Farma até 2015  
Gerente na Sensing Evoution, Lda. (Evollu)

### **Luís Paulo Reis Cocco**

- » Qualificações profissionais:  
Licenciatura em Administração e Gestão de Empresas, pela Universidade Católica Portuguesa de Lisboa. Master em Business Administration, pela Harvard Business School, EUA
- » Percurso profissional nos últimos 5 anos:  
Administrador da Farminveste 4 – Serviços, S.A.  
Administrador Executivo da Glintt desde 2011. Anteriormente, Administrador Executivo da Portugal Telecom Investimentos Internacionais, S.A.

### **José Luís Bonifácio Lopes**

- » Qualificações profissionais:  
Licenciatura em Gestão de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa e Executive MBA ISG
- » Percurso profissional nos últimos 5 anos  
Diretor Financeiro da Associação Nacional das Farmácias  
Administrador da Finanfarma – Sociedade Financeira de Crédito, S.A.  
Administrador da Farminveste 4 – Serviços, S.A.  
Administrador da Luso-Atlântica, Corretor de Seguros, S.A. até 2015.  
Administrador da MAISFIN – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SGPS, S.A.  
Gerente do A Ver Navios em Santa Catarina – Sociedade de Restaurantes, Unipessoal, Lda. até 2015  
Gerente da Farminveste 3 – Gestão de Participações, SGPS, Lda. até 2015.  
Vogal do Conselho Fiscal da José de Mello Saúde, S.A.

### **Miguel Jorge Belpho da Silva Lança**

- » Qualificações profissionais:  
Economia 3.º ano ISEG, MBA Executivo ISG, PAGE UCP
- » Percurso profissional nos últimos 5 anos:  
Sócio Gerente da Farmácia Sousa Marques, Lda.  
Membro da Comissão Executiva da Associação Nacional das Farmácias desde 2013  
CIO do Grupo ANF desde 2013  
Administrador da Farminveste 4 – Serviços, S.A.

### **Ana Cristina Clarkson Gaspar**

- » Qualificações profissionais:  
Licenciada em Ciências Farmacêuticas
- » Percurso profissional nos últimos 5 anos:  
Vice-Presidente da Direção da Associação Nacional das Farmácias  
Administradora da Farminveste 4 – Serviços, S.A.  
Administradora da Farminveste – SGPS, S.A.  
Administradora da Farminveste – Investimentos, Participações e Gestão, S.A.  
Gerente da Farbiowell – Suplementos Alimentares, Lda.  
Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Farmacoope – Cooperativa Nacional das Farmácias, CRL

Gerente da Globalvet – Soluções e Inovação Veterinária, Lda. – até 2016  
Gerente da Cuidafarma, Lda.

#### **Cátia Sofia Farrajota de Sousa Marques:**

- » Qualificações profissionais:  
Licenciada em Ciências Farmacêuticas
- » Percurso profissional nos últimos 5 anos:  
Vogal suplente da Direção da Associação Nacional das Farmácias  
Vogal suplente da FARMACOOPE – Cooperativa Nacional das Farmácias, CRL  
Gerente da Infosaúde – Instituto de Formação e Inovação em Saúde, Unipessoal, Lda.

#### **João Paulo Coelho Cabecinha**

- » Qualificações profissionais:  
Licenciado em Engenharia Eletrotécnica e de Computadores pelo Instituto Superior Técnico (IST). MBA pelo ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa
- » Percurso profissional nos últimos 5 anos:  
Administrador Executivo na Glintt desde 2017  
Membro do Conselho Geral e de Supervisão da Vortal SGPS entre 2011 e 2016  
Administrador da PT Sistemas de Informação entre 2011 e 2014  
Membro do Conselho de Gerência da Infonet Portugal entre 2011 e 2014  
  
Ocupou diferentes posições de topo no Grupo Portugal Telecom (PT Empresas, TMN e Meo) posteriormente Altice Portugal, em funções de Gestão de Clientes e Canais, Desenvolvimento de Negócio e Produto e Estratégia e Parcerias  
  
Desde a aquisição da PT pelo Grupo Altice liderou o projeto de criação e implementação de um portfolio único competitivo para o segmento B2B disponível em todas as operações do grupo  
  
Liderou após a aquisição da Oi pela PT, 2011-2015, o processo de transformação para o segmento Corporativo. Apoiou a estruturação do negócio B2B em várias Operadores Internacionais participados pela PT, nomeadamente CTM (Macau) e CVT (Cabo Verde).  
  
Foi Senior Manager na AD Little na prática de TIME (Telecommunications, Information, Media and Electronics)

#### **Nuno Carlos Dias dos Santos Fórneas**

- » Qualificações profissionais:  
Licenciado em Engenharia Eletrotécnica e de Computadores pelo IST e Mestre em Gestão pelo ISEG (MBA)
- » Percurso profissional nos últimos 5 anos:  
Administrador Executivo da Glintt desde 2017  
Managing Director na Novabase Financial Services Business Solutions - 2013/2016  
Administrador Executivo na Novabase SGPS (CMO & CIO) – 2009/2014

### **20. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros do Conselho de Administração com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.**

#### **Presidente Luís Carlos Alves Rodrigues Matias**

Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação Nacional das Farmácias

#### **Vogal Vítor Manuel Lopes Segurado**

Vice-Presidente da Direção da Associação Nacional de Farmácias  
Administrador da Farminveste, SGPS, S.A.  
Administrador da Farminveste – Investimentos, Participações e Gestão, S.A.  
Presidente do Conselho de Administração da Farminveste 4 – Serviços, S.A.

Administrador da hmR – Health Market Research International, S.A.  
Gerente da hmR – Health Market Research Portugal, Unipessoal, Lda.  
Administrador da Health Market Research España, S.L.  
Administrador da Alliance Healthcare, S.A.  
Administrador da Finanfarma – Sociedade Financeira de Crédito, S.A.  
Administrador da hmR – Health Market Research Germany GmbH

**Vogal Nuno Vasco Rodrigues Viegas Vieira Lopes**

Vice-Presidente da Direção da Associação Nacional das Farmácias  
Administrador da Farminveste – Investimentos, Participação e Gestão, S.A.  
Gerente da Farminveste 2 - SGPS, Unipessoal, Lda.  
Administrador da Farminveste – SGPS, S.A.  
Administrador da Farminveste 4 – Serviços, S.A.

**Vogal Henrique Augusto Pereira Moreira**

Adjunto do Coordenador Geral da Associação Nacional das Farmácias  
Administrador da Farminveste 4 – Serviços, S.A.  
Vogal do Conselho de Administração da Clínica CUF Belém, S.A.

**Vogal Luís Paulo Reis Cocco**

Administrador da Farminveste 4 – Serviços, S.A.

**Vogal José Luís Bonifácio Lopes**

Diretor Financeiro da Associação Nacional de Farmácias  
Administrador da Finanfarma – Sociedade Financeira de Crédito, S.A.  
Administrador da Farminveste 4 – Serviços, S.A.

**Vogal Miguel Jorge Belpho da Silva Lança**

Membro da Comissão Executiva da Associação Nacional das Farmácias  
CIO do Grupo ANF  
Administrador da Farminveste 4 – Serviços S.A.

**Vogal Ana Cristina Clarkson Gaspar**

Vice-Presidente da Direção da Associação Nacional das Farmácias  
Administrador da Farminveste 4 – Serviços, S.A.  
Administradora da Farminveste – SGPS, S.A.  
Administradora da Farminveste – Investimentos, Participações e Gestão, S.A.  
Gerente da Farbiowell – Suplementos Alimentares, Lda.  
Gerente da Globalvet – Soluções e Inovação Veterinária, Lda. – até 2016  
Gerente da Cuidafarma, Lda.

**Vogal Cátia Sofia Farrajota de Sousa Marques**

Vogal suplente da Direção da Associação Nacional das Farmácias  
Gerente da Infosaúde – Instituto de Formação e Inovação em Saúde, Unipessoal, Lda.

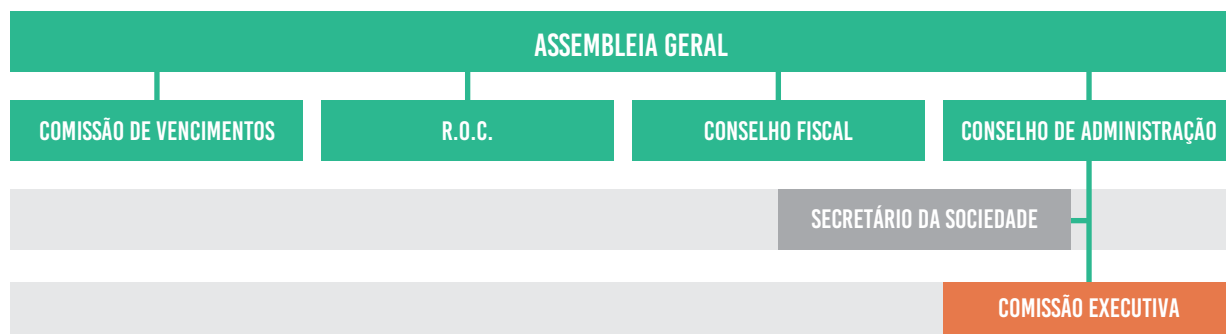
**Vogal João Paulo Coelho Cabecinha**

Nada a registar

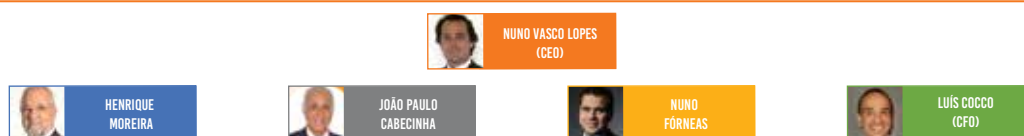
**Vogal Nuno Carlos Dias dos Santos Fórneas**

Nada a registar

21. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da sociedade.



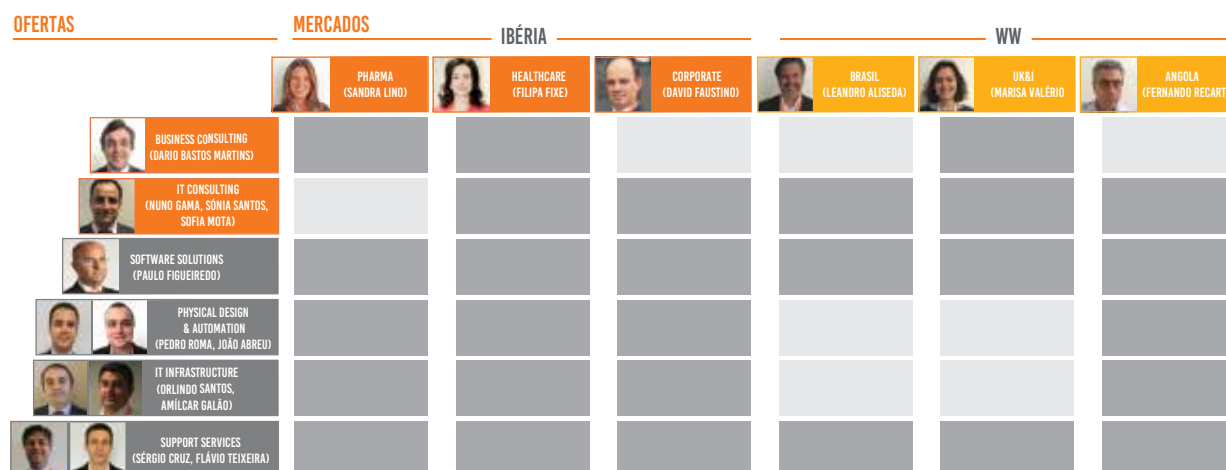
## ADMINISTRAÇÃO



## CORPORATIVO



## OFERTAS



## B) FUNCIONAMENTO

22. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração da Glintt tem um regulamento de funcionamento, que pode ser consultado no site da Sociedade.

<http://www.glintt.com/pt/Investidores/regulamentos-orgaos-sociais/Paginas/Regulamentos-dos-Orgãos-Sociais.aspx>

23. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro do Conselho de Administração às reuniões realizadas.

O Conselho de Administração realizou 15 (quinze) reuniões, com uma assiduidade de 100%.

#### **24. Indicação dos órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos.**

O Conselho de Administração assegura uma competente e independente avaliação do desempenho dos Administradores Executivos e do seu próprio desempenho global.

O desempenho do Conselho de Administração é avaliado pelos Acionistas, a todo o tempo e também nomeadamente quando reunidos na Assembleia Geral Anual.

Deste modo, e atendendo igualmente à dimensão da Sociedade, bem como à escassez dos recursos postos pelos Acionistas à sua disposição, a Glintt entende que não se mostra necessária nem prioritária a criação adicional de comissões destinadas especificamente à avaliação dos Administradores Executivos.

Para além de efetuarem a referida avaliação dos Administradores Executivos, o Conselho de Administração, a Comissão Executiva e também os Acionistas reunidos em Assembleia Geral refletem sobre o sistema, a estrutura e as práticas de governo adotadas, verificando a sua eficácia e, se necessário, propondo aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria. Deste modo, e atendendo igualmente à dimensão da Sociedade, bem como à escassez dos recursos postos pelos Acionistas à sua disposição, a Glintt entende que não se mostra necessária nem prioritária a criação adicional de comissões destinadas especificamente a refletir sobre a estrutura e as práticas de governo adotadas.

#### **25. Critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos.**

O cumprimento dos objetivos fixados no orçamento anual aprovado pelo Conselho de Administração.

#### **26. Disponibilidade de cada um dos membros do Conselho de Administração, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício.**

##### **Luís Carlos Alves Rodrigues Matias**

- » No Grupo Glintt:
  - › Não exerce outras funções.
- » Extra Grupo Glintt:
  - › Mesa da Assembleia Geral da Associação Nacional das Farmácias: Vice-Presidente.
  - › Dose Exacta - Farmácia, S.A.: Administrador.
  - › Ana Lourenço & Filhos, Lda.: Gerente.
  - › Sócio Gerente da Farmácia Véritas, Lda.: Sócio Gerente

##### **Vítor Manuel Lopes Segurado**

- » No Grupo Glintt:
  - › Não exerce outras funções.
- » Extra Grupo Glintt:
  - › Farmácia Nova: Diretor Técnico
  - › Associação Nacional de Farmácias: Vice-Presidente da Direção
  - › FARMACOOPE – Cooperativa Nacional das Farmácias, CRL: Presidente da Direção
  - › Farminveste – Investimentos, Participações e Gestão, S.A.: Vogal do Conselho de Administração.
  - › Farminveste – SGPS, S.A.: Vogal do Conselho de Administração
  - › Farminveste 2 – SGPS, Unipessoal, Lda.: Gerente
  - › Finanfarma – Sociedade Financeira de Crédito, S.A.: Administrador
  - › Farminveste 4 – Serviços, S.A.: Presidente do Conselho de Administração
  - › hmR – Health Market Research International, S.A.: Vogal do Conselho de Administração
  - › hmR – Health Market Research Portugal, Unipessoal, Lda.: Gerente
  - › Health Market Research Espanha, S.L.: Vogal do Conselho de Administração
  - › hmR – Health Market Research Germany GmbH: Vogal do Conselho de Administração
  - › Alliance Healthcare, S.A.: Vogal do Conselho de Administração

### **Vogal Nuno Vasco Rodrigues Viegas Vieira Lopes**

- » No Grupo Glintt:
  - > Glintt – Business Solutions, Lda.: Presidente do Conselho de Gerência
  - > Glintt – Healthcare Solutions, S.A.: Presidente do Conselho de Administração
  - > Glintt Inov, S.A.: Vogal do Conselho de Administração
  - > SOL-S e Solsuni – Tecnologias de Informação, S.A.: Vogal do Conselho de Administração
  - > Glintt España, S.L.: Presidente do Conselho de Administração
  - > Consoft, S.A.: Presidente do Conselho de Administração
  - > Pulso Informática, S.L.: Presidente do Conselho de Administração
  - > Farmasoft – Informática y Servicios, S.L.: Presidente do Conselho de Administração
  - > Glintt UK, Limited: Presidente do Conselho de Administração
  - > Glintt Ireland Solutions, Limited: Presidente do Conselho de Administração
  - > Qwerty Informatica, S.L.U.: Administrador
  - > QwertyFarma, S.L.: Administrador
- » Extra Grupo Glintt:
  - > Associação Nacional de Farmácias: Vice-Presidente da Direção
  - > FARMACOOPE – Cooperativa Nacional das Farmácias, CRL: Presidente da Mesa da Assembleia Geral.
  - > Alloga Portugal, Lda.: Gerente
  - > Farmácia Gasparinho, Sociedade Limitada: Gerente
  - > Farmácia Nova Portas de Benfica, Unipessoal, Lda.: Gerente
  - > Strongnature, Lda.: Gerente

### **Henrique Augusto Pereira Moreira**

- » No Grupo Glintt:
  - > Glintt – Business Solutions, Lda.: Vogal do Conselho de Gerência
  - > Glintt – Healthcare Solutions, S.A.: Vogal do Conselho de Administração
  - > Glintt Inov, S.A.: Vogal do Conselho de Administração
  - > SOL-S e Solsuni – Tecnologias de Informação, S.A.: Vogal do Conselho de Administração
  - > Glintt España, S.L.: Administrador
  - > Farmasoft – Informática y Servicios, S.L.: Administrador
  - > Consoft, S.A.: Administrador
  - > Pulso Informática, S.L.: Administrador
  - > Glintt UK, Limited: Administrador
  - > Glintt Ireland Solutions, Limited: Administrador
  - > Qwerty Informatica, S.L.U.: Administrador
  - > QwertyFarma, S.L.: Administrador
- » Extra Grupo Glintt:
  - > Associação Nacional das Farmácias: Adjunto do Coordenador Geral
  - > Farminveste 4 – Serviços, S.A.: Administrador
  - > Clínica CUF Belém, S.A.: Administrador
  - > Sensing Evolution, Lda.: Gerente

### **Luís Paulo Reis Cocco**

- » No Grupo Glintt:
  - > Glintt – Business Solutions, Lda.: Vogal do Conselho de Gerência.
  - > Glintt – Healthcare Solutions, S.A.: Vogal do Conselho de Administração.
  - > Glintt Inov, S.A.: Vogal do Conselho de Administração.
  - > SOL-S e Solsuni – Tecnologias de Informação, S.A.: Vogal do Conselho de Administração.
  - > Glintt España, S.L.: Administrador
  - > Farmasoft – Informática y Servicios, S.L.: Administrador Delegado
  - > Consoft, S.A.: Administrador
  - > Pulso Informática, S.L.: Administrador

- > Glintt Polska Sp. Z o.o.: Administrador
- > Glintt UK, Limited: Administrador
- > Glintt Ireland Solutions, Limited: Administrador
- > Qwerty Informatica, S.L.U.: Administrador
- > QwertyFarma, S.L.: Administrador
- » Extra Grupo Glintt:
  - > Farminveste 4 – Serviços, S.A.: Administrador

#### **José Luís Bonifácio Lopes:**

- » No Grupo Glintt:
  - > Não exerce outras funções
- » Extra Grupo Glintt:
  - > Associação Nacional das Farmácias: Diretor Financeiro
  - > Finanfarma – Sociedade Financeira de Crédito, S.A.: Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva
  - > MAISFIN – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SGPS, S.A.: Administrador
  - > José de Mello Saúde, S.A.: Vogal do Conselho Fiscal
  - > Farminveste 4 – Serviços, S.A.: Administrador

#### **Miguel Jorge Belpho da Silva Lança:**

- » No Grupo Glintt:
  - > Não exerce outras funções
- » Extra Grupo Glintt:
  - > Associação Nacional das Farmácias: Chief Information Officer
  - > Farminveste 4 – Serviços, S.A.: Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva
  - > Farmácia Sousa Marques, Lda.: Sócio-Gerente

#### **Ana Cristina Clarkson Gaspar**

- » No Grupo Glintt:
  - > Não exerce outras funções.
- » Extra Grupo Glintt:
  - > Associação Nacional de Farmácias: Vice-Presidente da Direção.
  - > Farminveste 4 – Serviços, S.A.: Vogal do Conselho de Administração.
  - > Farbiowell – Suplementos Alimentares, Lda.: Gerente.
  - > Cuidafarma, Lda.: Gerente
  - > FARMACOOPE – Cooperativa Nacional das Farmácias, CRL: Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral
  - > Farminveste – SGPS, S.A.: Vogal Conselho Administração
  - > Farminveste – Investimentos, Participações e Gestão, S.A.: Vogal Conselho Administração

#### **Cátia Sofia Farrajota de Sousa Marques**

- » No Grupo Glintt:
  - > Não exerce outras funções.
- » Extra Grupo Glintt:
  - > Associação Nacional de Farmácias: Vogal suplente da Direção
  - > FARMACOOPE – Cooperativa Nacional das Farmácias, CRL: Vogal Suplente
  - > Infosaúde – Instituto de Formação e Inovação em Saúde, Unipessoal, Lda.: Gerente

#### **Vogal João Paulo Coelho Cabecinha**

- » No Grupo Glintt:
  - > Glintt – Business Solutions, Lda.: Vogal do Conselho de Gerência
  - > Glintt – Healthcare Solutions, S.A.: Vogal do Conselho de Administração

- » Extra Grupo Glintt:
  - > Não exerce quaisquer funções

#### **Vogal Nuno Carlos Dias dos Santos Fórneas**

- » No Grupo Glintt:
  - > Glintt – Business Solutions, Lda.: Vogal do Conselho de Gerência
  - > Glintt – Healthcare Solutions, S.A.: Vogal do Conselho de Administração
  - > Glintt UK, Limited: Administrador
  - > Glintt Ireland Solutions, Limited: Administrador
- » Extra Grupo Glintt:
  - > Não exerce quaisquer funções

### **C) COMISSÕES NO SEIO DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO E ADMINISTRADORES DELEGADOS**

#### **27. Identificação das comissões criadas no seio do Conselho de Administração e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento.**

Existe uma comissão criada no seio do Conselho de Administração: a Comissão Executiva.

O seu regulamento de funcionamento não é disponibilizado para consulta externa porque, no entendimento da Glintt, não tem relevância substantiva, dado ser um conjunto de regras meramente instrumental.

#### **28. Composição, se aplicável, da comissão executiva e/ou identificação de administrador(es) delegado(s).**

A Comissão Executiva tem a seguinte composição:

- » Presidente Nuno Vasco Rodrigues Viegas Vieira Lopes
- » Vogal Henrique Augusto Pereira Moreira
- » Vogal Luís Paulo Reis Cocco
- » Vogal João Paulo Coelho Cabecinha
- » Vogal Nuno Carlos Dias dos Santos Fórneas

Não existe qualquer Administrador Delegado.

#### **29. Indicação das competências de cada uma das comissões criadas e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências.**

O Conselho de Administração da Glintt delegou na Comissão Executiva os seguintes poderes:

- a. Gestão corrente da Sociedade.
- b. Preparação e elaboração da proposta de orçamento a ser submetido à aprovação do CA.
- c. Controlo da execução do orçamento aprovado pelo CA.
- d. Constituição de mandatários e procuradores.
- e. Contratação e dispensa de pessoal (efetivo, a prazo, *outsourcing* ou qualquer outro regime), aplicação das políticas remunerativas: remuneração (fixa, variável, despesas motivacionais, atribuição de viaturas, outros *fringe benefits* e prémios), plano de carreiras e promoções, sempre de acordo com o orçamento aprovado e com as políticas previamente aprovadas pelo CA.
- f. Representação da Sociedade, em juízo e fora dele.
- g. Comunicação, imagem e *marketing* da Sociedade.
- h. Organização interna, incluindo a elaboração e aprovação de regulamentos internos relativos ao funcionamento da Empresa e do Grupo, de acordo com os princípios definidos pelo CA, no âmbito da competência reservada prevista nas respetivas alíneas o) e p) *infra*.

- i. Abertura e movimentação de contas.
- j. Gestão financeira, administrativa e patrimonial.
- k. Realização de pagamentos e de recebimentos, emissão de cheques, quitações.
- l. Contratos de arrendamento, locação financeira, *leasing*, aluguer de longa duração e *renting* de bens móveis de acordo com os respetivos regimes jurídicos.
- m. Contratação de seguros relativos à atividade do Grupo.
- n. Aquisição e alienação de bens móveis e contratação, junto de terceiros, dos serviços necessários ao regular e normal funcionamento do Grupo.
- o. Execução de programas de aquisição e alienação de ações próprias, nas condições deliberadas pelo CA e nos termos da competente autorização concedida pela Assembleia Geral.
- p. Negociação e contratação de linhas de crédito e de financiamentos incluindo a emissão de papel comercial.
- q. Concessão de créditos e suprimentos a sociedades participadas.
- r. Prestação de serviços técnicos de administração e gestão a sociedades do Grupo e fixação dos respetivos valores nos termos permitidos pela lei.
- s. Estabelecimento de parcerias de colaboração que não envolvam participação em capital social.
- t. Designação do representante da Sociedade nas Assembleias Gerais das participadas.
- u. Acordos e transações, sejam judiciais, extrajudiciais ou arbitrais.
- v. Exercer o poder disciplinar em relação aos trabalhadores da Sociedade.

Tendo o Conselho de Administração reservado para si as seguintes matérias:

- a. Convocação da Assembleia Geral.
- b. Aprovação dos relatórios e contas anuais.
- c. Aprovação dos planos estratégicos e das políticas gerais de MLP da Sociedade e do Grupo.
- d. Aprovação do orçamento anual, incluindo o enquadramento das contratações de pessoal.
- e. Cooptação de Administradores.
- f. Aquisição, alienação e oneração de bens imóveis.
- g. Prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela Sociedade.
- h. Apresentação de propostas de emissão de obrigações pela Sociedade, incluindo obrigações convertíveis.
- i. Celebração de negócios entre a Sociedade e os seus Administradores.
- j. Mudança de sede da Sociedade.
- k. Constituição ou participação no capital social de outras sociedades e celebração, neste âmbito, de acordos parassociais.
- l. Aquisição e alienação de participações sociais noutras sociedades.
- m. Aprovação de projetos de fusão, cisão e de transformação da Sociedade.
- n. Aprovação de programas de aquisição e alienação de ações próprias, para execução nos termos da competente autorização concedida pela Assembleia Geral.
- o. Aprovação da estrutura empresarial do Grupo.
- p. Extensão ou redução da atividade do Grupo e modificações relevantes na sua organização.
- q. Composição dos órgãos sociais das sociedades participadas e designação dos respetivos membros.

Em síntese, a Comissão Executiva faz a gestão diária da Sociedade, dentro dos poderes que lhe foram delegados pelo Conselho de Administração.

Os Administradores que exercem funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, prestam, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, todas as informações por aqueles requeridas.

O Presidente da Comissão Executiva remete a todos os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal as convocatórias e as atas das respetivas reuniões.

### III. FISCALIZAÇÃO

#### A) COMPOSIÇÃO\*

*\*ao longo do ano de referência*

#### 30. Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado.

Conselho Fiscal.

#### 31. Composição do Conselho Fiscal, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro.

O Conselho Fiscal tem a seguinte composição:

- » Presidente Fernando José Carreira Saraiva Monteiro
- » Vogal João Gaspar Lopes Ribeiro
- » Vogal Avelino Azevedo Antão

Existe ainda um membro suplente: Nuno Miguel Ribeiro António.

Estatutariamente o Conselho Fiscal é composto por um número mínimo de três membros efetivos e um ou dois suplentes, não sendo fixado um número máximo de membros.

O mandato do Conselho Fiscal tem a duração estatutária de três anos, estando em curso o triénio 2017/2019.

Foi a seguinte a data da primeira designação dos membros efetivos do Conselho Fiscal:

- » Presidente Fernando José Carreira Saraiva Monteiro: 24 de maio de 2017
- » Vogal João Gaspar Lopes Ribeiro: 22 de maio de 2012
- » Vogal Avelino Azevedo Antão: 24 de maio de 2017

#### 32. Identificação dos membros do Conselho Fiscal que se considerem independentes, nos termos do art. 414.º, n.º 5 CSC.

Os três membros do Conselho Fiscal consideram-se independentes, nos termos do art. 414.º, n.º 5 CSC.

#### 33. Qualificações profissionais, consoante aplicável, de cada um dos membros do Conselho Fiscal e outros elementos curriculares relevantes.

##### Presidente Fernando José Carreira Saraiva Monteiro

- » Qualificações profissionais:
  - > Licenciado em Ciências Farmacêuticas, Universidade de Lisboa
  - > Curso técnico de contabilidade e gestão, ITFI, Porto
  - > MBA, European University, Brussels
- » Percurso profissional nos últimos 5 anos:
  - > Gerente da Ecotoro Energia Lda. desde 1998
  - > Director técnico e gerente da Farmácia Barbosa, em Guimarães, desde 2000

#### **Vogal João Gaspar Lopes Ribeiro**

- » Qualificações profissionais:
  - > Licenciado em Finanças pelo ISEG. Inscrito na Ordem dos Economistas. Membro Fundador da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.
- » Percurso profissional nos últimos 5 anos:
  - > Consultor na Área Contabilística e Fiscal

#### **Vogal Avelino Azevedo Antão**

- » Qualificações profissionais:
  - > Licenciatura em Auditoria Contabilística (Universidade de Aveiro)
  - > Pós-Graduação em Contabilidade e Finanças Empresariais (Universidade Aberta)
  - > Pós-Graduação Avançada em Direito Fiscal (Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa)
  - > Mestrado em Contabilidade e Finanças Empresariais (Universidade Aberta)
- » Percurso profissional nos últimos 5 anos:
  - > Revisor Oficial de Contas desde 1988
  - > Sócio fundador da CFA, SROC
  - > Professor Adjunto do quadro da Universidade de Aveiro
  - > Membro efetivo do Conselho Geral e da Comissão Executiva da Comissão de Normalização Contabilística
  - > Membro efetivo do Comité de Normalização Contabilística Empresarial (CNCE)
  - > Membro do Gabinete de Estudos da Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC)
  - > Membro do Júri de Exames da OCC
  - > Vice-Presidente da Mesa da Assembleia representativa da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas
  - > Diretor Adjunto da Revista Científica de Contabilidade e Gestão

## **B) FUNCIONAMENTO**

### **34. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento do Conselho Fiscal.**

O regulamento de funcionamento do Conselho Fiscal da Glintt está disponível para consulta no site da Sociedade.

<http://www.glintt.com/pt/Investidores/regulamentos-orgaos-sociais/Paginas/Regulamentos-dos-Orgaos-Sociais.aspx>

### **35. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade às reuniões realizadas de cada membro do Conselho Fiscal.**

O Conselho Fiscal realizou quatro reuniões em 2017, com 92% de assiduidade.

### **36. Disponibilidade de cada um dos membros do Conselho Fiscal, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício.**

#### **Presidente Fernando José Carreira Saraiva Monteiro**

- » No Grupo Glintt:
  - > Não exerce outras funções.
- » Extra Grupo Glintt:
  - > Farmácia Barbosa, em Guimarães: Diretor Técnico e Gerente
  - > Ecotoro Energia Lda.: Gerente

#### **Vogal João Gaspar Lopes Ribeiro**

- » No Grupo Glintt:
  - > Não exerce outras funções.

- » Extra Grupo Glintt:
  - » Associação de Socorros Mútuos dos Empregados do Comércio do Distrito de Lisboa – Clínica São Cristóvão: Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

#### **Vogal Avelino Azevedo Antão**

- » No Grupo Glintt:
  - » Não exerce outras funções.
- » Extra Grupo Glintt:
  - » Cravo, Fortes, Antão & Associados, SROC: Sócio
  - » BBVA – Instituição Financeira de Crédito, S.A.: Vogal do Conselho Fiscal
  - » Universidade de Aveiro: Professor Adjunto do Quadro
  - » Comissão Executiva da Comissão de Normalização Contabilística: Membro efetivo do Conselho Geral
  - » Comité de Normalização Contabilística Empresarial (CNCE): Membro efetivo
  - » Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC): Membro do Gabinete de Estudos: Membro do Júri de Exames
  - » Ordem dos Revisores Oficiais de Contas: Vice-Presidente da Mesa da Assembleia representativa
  - » Revista Científica de Contabilidade e Gestão: Diretor Adjunto

### **C) COMPETÊNCIAS E FUNÇÕES**

#### **37. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo.**

No exercício das suas funções e sempre que considerar necessário, o Conselho Fiscal valida todas e quaisquer contratações de serviços adicionais, a prestar pelo Auditor Externo ou por entidades em relação direta com este, garantindo a manutenção da relação de independência indispensável ao exercício das funções deste último. No exercício de 2017 não houve necessidade de intervenção neste âmbito, por parte do Conselho Fiscal, conforme detalhe dos serviços contratados apresentados no ponto 47.

#### **38. Outras funções do órgão de fiscalização.**

O Conselho Fiscal não tem outras funções.

### **IV. REVISOR OFICIAL DE CONTAS**

#### **39. Identificação do revisor oficial de contas e do sócio revisor oficial de contas que o representa.**

O Revisor Oficial de Contas é a Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda., representada por Joaquim Oliveira de Jesus (ROC n.º 1056).

#### **40. Indicação do número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da sociedade e/ou grupo.**

O Revisor Oficial de Contas exerce funções na Sociedade desde 2016, tendo sido designado na Assembleia Geral de 17 de maio de 2016.

#### **41. Descrição de outros serviços prestados pelo ROC à sociedade.**

O Revisor Oficial de Contas é simultaneamente o Auditor Externo do Grupo, cujos serviços e funções se detalham nos pontos abaixo.

## V. AUDITOR EXTERNO

### **42. Identificação do auditor externo designado para os efeitos do art. 8.º e do sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM.**

O Revisor Oficial de Contas é a Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda., registada na CMVM sob o número 20161381 e representada por Joaquim Oliveira de Jesus (ROC n.º 1056).

### **43. Indicação do número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da sociedade e/ou do grupo.**

O Auditor Externo exerce funções na Sociedade desde 2016, tendo sido designado na Assembleia Geral de 17 de maio desse ano.

O representante exerce funções na Sociedade igualmente desde 2016, tendo sido designado também na Assembleia Geral de 17 de maio desse ano.

### **44. Política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções.**

O mandato do Auditor Externo é anual, pelo que a política de rotação do Auditor Externo e do respetivo sócio Revisor Oficial de Contas que o representa no cumprimento dessas funções consiste na sua rotação anual caso a avaliação efetuada anualmente conclua haver vantagem para a Glintt na rotação do Auditor Externo e do respetivo sócio Revisor Oficial de Contas.

Em 2016, a avaliação anual concluiu haver vantagem na rotação do Auditor Externo e do respetivo sócio Revisor Oficial de Contas que o representa no cumprimento dessas funções.

Com efeito, consultados diversos profissionais e recolhidas diversas opiniões e propostas de prestação de serviços, foi deliberado pelo Conselho Fiscal propor à consideração da AG anual de 2016 a designação, para a prestação de serviços profissionais de auditoria, do seguinte Auditor Externo:

- » Efetivo: Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda., registada na CMVM sob o número 20161318 e representada por Joaquim Oliveira de Jesus (ROC n.º 1056); e
- » Suplente: Dr. Carlos Alberto Domingues Ferraz (ROC n.º 362).

### **45. Indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita.**

O órgão responsável pela avaliação do Auditor Externo é o Conselho Fiscal, que efetua essa avaliação anualmente – inclusivamente propondo ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito, o que não sucedeu em 2017.

Foi o Conselho Fiscal que propôs aos Acionistas a eleição do Revisor Oficial de Contas, competindo ainda igualmente ao Conselho Fiscal propor a correspondente remuneração.

Em 2017, o Conselho Fiscal foi o interlocutor principal do Auditor Externo e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios, tendo zelado para que lhe fossem asseguradas dentro da Glintt as condições adequadas à prestação dos serviços.

### **46. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação.**

Não foram realizados outros trabalhos para além da auditoria às contas do grupo.

### **47. Indicação do montante da remuneração anual paga pela sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação**

da percentagem respeitante aos seguintes serviços (*Para efeitos desta informação, o conceito de rede é o decorrente da Recomendação da Comissão Europeia n.º C (2002) 1873, de 16 de Maio*):

O valor dos honorários contratados pela sociedade para o exercício de 2017 são os que se resumem na tabela abaixo:

	Montante 2017	%	Montante 2016	%
Serviços de revisão legal de contas	77.800,00	100%	73.800,00	100%
Serviços de garantia de fiabilidade decorrentes da função de ROC	0,00	0%	0,00	0%
<b>Total de Serviços de Auditoria</b>	<b>77.800,00</b>	<b>100%</b>	<b>73.800,00</b>	<b>100%</b>
Serviços de consultoria fiscal	0,00	0%	0,00	0%
<b>Total de Outros Serviços</b>	<b>0,00</b>	<b>0%</b>	<b>0,00</b>	<b>0%</b>
	<b>77.800,00</b>	<b>100%</b>	<b>73.800,00</b>	<b>100%</b>

## C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

### I. ESTATUTOS

#### 48. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade (art. 245.º-A, n.º 1, al. h).

Para além das normas supletivas legais, os Estatutos da Glintt referem o seguinte, no n.º 1 e no n.º 2 do artigo 13.º:

*“UM – As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria simples dos votos presentes, salvo disposição legal ou estatutária que exija maioria qualificada.*

*DOIS – As deliberações relativas à alteração do Contrato de Sociedade, fusão, cisão, transformação, dissolução da sociedade ou outros assuntos para os quais a lei exija maioria qualificada, sem a especificar, só poderão ser tomadas quando na Assembleia Geral, em primeira convocatória, estiverem presentes ou representados, pelo menos, um terço do capital social, exigindo-se sempre maioria qualificada de dois terços de votos emitidos, quer na primeira quer na segunda convocatória, para aprovar deliberações sobre tais matérias.”*

### II. COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES

#### 49. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade.

Na Glintt, a comunicação de irregularidades tem como destinatário o Conselho Fiscal – ver pontos 30 a 38.

O qual não recebeu qualquer comunicação em 2017.

### III. CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS

#### 50. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno.

A Glintt não possui órgãos ou comissões independentes que se dediquem em exclusivo à supervisão, à análise e implementação de sistemas de controlo interno.

No entanto, no âmbito das suas funções, quer o departamento de Qualidade e Melhoria Contínua, quer o Departamento de *Corporate Finance & Business Analysis*, sob a coordenação dos respetivos administradores executivos, têm como responsabilidade i) a prossecução de medidas de controlo e supervisão dos sistemas e processos, com vista a aferir de forma regular e atempada quanto à fiabilidade e eficiência na produção de informação e tratamentos de dados críticos para o negócio, e ii) a realização de auditorias específicas que permitam identificar riscos críticos passíveis de afetar a estratégia da sociedade, propondo nomeadamente medidas corretivas quer aos sistemas quer aos processos de suporte envolvidos, em articulação com as diversas unidades operacionais e corporativas.

#### 51. Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da sociedade.

O departamento de *Qualidade e Melhoria Contínua* reporta hierárquica e funcionalmente ao Presidente da Comissão Executiva – Dr. Nuno Vasco Lopes.

O departamento de *Corporate Finance & Business Analysis* reporta hierárquica e funcionalmente ao Administrador Executivo – Dr. Luís Cocco.

## **52. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.**

Os sistemas de controlo interno e de gestão de riscos da Sociedade são da responsabilidade do Conselho de Administração e estão delegados na Comissão Executiva, sendo objeto da fiscalização do Conselho Fiscal. Por sua vez, quer a Direção Financeira Económica quer o Controlo de Gestão, ambas as direções com reporte hierárquico e funcional ao Administrador Executivo responsável pelas matérias financeiras - Dr. Luís Cocco -, assumem no âmbito das suas funções, responsabilidade pela identificação e controlo de riscos, nomeadamente operacionais e financeiros.

## **53. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da atividade.**

Os principais riscos económicos são os que resultam do enquadramento macroeconómico de 2017 e das perspetivas para 2018, descritos detalhadamente supra na Parte 1 do presente Relatório & Contas. Os principais riscos financeiros são o risco de crédito, o risco de liquidez e o risco de fluxos de caixa associados à taxa de juro e à exposição cambial.

As principais fontes de risco de crédito são: caixa e equivalentes de caixa e exposição de crédito a clientes: a nível de bancos e instituições financeiras, a empresa seleciona as contrapartes com quem desenvolve negócios atendendo à credibilidade das entidades; em relação a clientes, a Glintt não tem concentrações de risco de crédito significativas e tem políticas que asseguram que as vendas e prestações de serviços são efetuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado que limitam o montante de crédito ao qual os seus clientes têm acesso.

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção da caixa e depósitos bancários a um nível suficiente, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a capacidade de liquidar posições de mercado. Relacionado com a dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da empresa pretende manter a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo as linhas de crédito disponíveis.

A exposição da empresa ao risco da taxa de juro advém de aplicações em instituições financeiras e empréstimos obtidos. As aplicações em instituições financeiras assumem a natureza de curto prazo, pelo que os riscos de fluxos de caixa decorrentes de alterações na taxa de juro não assumem um carácter relevante.

Os empréstimos obtidos estão, de forma direta ou indireta, indexados a uma taxa de juro de referência, facto que expõe a entidade a riscos de *cash flow*. A exposição ao risco é analisada de forma dinâmica, realizando-se testes de sensibilidade às variações da taxa de juro, fundamentalmente à euribor, sendo que alterações na taxa de juro do mercado afetam ganhos ou perdas de instrumentos financeiros.

De entre riscos jurídicos da atividade da empresa, destaca-se a eventualidade de poderem surgir potenciais problemas com clientes e trabalhadores, os quais são controlados nomeadamente ao nível da gestão e controlo dos projetos.

## **54. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos.**

A Comissão Executiva acompanha o funcionamento dos sistemas de controlo interno e os mecanismos de antecipação e gestão de riscos, propondo nomeadamente os ajustamentos e as medidas que considera necessárias.

No âmbito da sua atenção, sempre que se revela necessário, a Comissão Executiva ou os Administradores responsáveis pela supervisão das áreas comentadas nos pontos 51 e 52 supra, determinam o estudo de determinadas matérias ou revisão de áreas potencialmente com risco, garantindo assim através desses trabalhos a adequada robustez dos procedimentos internos implementados e respetivos mecanismos de controlo.

Pontualmente e sempre que se justifique, a Comissão Executiva ou diretamente cada um dos Administradores responsáveis pela supervisão das áreas comentadas nos pontos 51 e 52 supra, poderá determinar a subcontratação de tais estudos e análises a empresas externas, com independência e capacidade para em tempo útil emitir opinião sobre tais matérias.

É ainda da competência do Conselho Fiscal a fiscalização da eficácia de todo o sistema vigente.

#### **55. Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira (art. 245.º-A, n.º 1, al. m).**

De acordo com a responsabilidade que lhe foi atribuída, a Comissão Executiva tem promovido uma cultura de controlo, com vista a assegurar a fiabilidade da informação financeira do Grupo. Nesse contexto, tem defendido a prossecução das seguintes medidas:

- a. Definição/revisão, publicação e supervisão de políticas adequadas que garantam a fiabilidade da informação;
- b. Definição e implementação de sistemas de suporte ao registo, gestão e controlo das operações, garantindo, por um lado, que a assunção de encargos para o Grupo só é efetuada quando devidamente autorizada e, por outro, antecipando eventuais debilidades em processos que considera críticos para a prossecução da sua estratégia de gestão.

Os riscos que afetam o processo de divulgação de informação financeira são também mitigados por um adequado sistema de *reporting*, o qual envolve por um lado boas práticas ao nível da segregação de funções e por outro a limitação ao nível dos acessos, para realização de determinadas práticas ou assunção de responsabilidades.

Mais ainda, são desenvolvidas e implementadas, pelo departamento de Controlo de Gestão, políticas de reporte e supervisão da informação financeira e de gestão, que permitem à Comissão Executiva obter informação analítica relativa ao desempenho e evolução da *performance* das diversas unidades, bem como receber atempado reporte sobre desvios existentes face aos objetivos propostos e previamente aprovados.

### **IV. APOIO AO INVESTIDOR**

#### **56. Serviço responsável pelo apoio ao investidor, composição, funções, informação disponibilizada por esses serviços e elementos para contacto.**

O Gabinete de Relações com os Investidores da Glintt tem como função assegurar o relacionamento da Sociedade com o Mercado, incluindo os Acionistas, os investidores, os analistas e toda a comunidade financeira.

Assim, o Gabinete de Relações com os Investidores tem uma dupla vertente: por um lado, é através do Gabinete de Relações com os Investidores que a Glintt comunica ao Mercado toda a informação de divulgação obrigatória, bem como outra informação cuja divulgação a Sociedade considere pertinente; e, por outro lado, é também o Gabinete de Relações com os Investidores o meio privilegiado de o Mercado aceder à Glintt.

Este contacto permanente com o Mercado é efetuado de forma a respeitar o princípio da igualdade dos Acionistas e visa prevenir assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores.

O responsável pelo Gabinete de Relações com os Investidores (*Investor Relations*) é a Dra. Sónia Oliveira.

#### **57. Representante para as relações com o mercado.**

O Representante para as Relações com o Mercado e a CMVM é a Dra. Sónia Oliveira, Diretora Financeira e responsável pelo Gabinete de Relações com os Investidores (*Investor Relations*).

#### **58. Informação sobre a proporção e o prazo de resposta aos pedidos de informação entrados no ano ou pendentes de anos anteriores.**

Em 2017 deu entrada um pedido de informação, o qual foi respondido em menos de quatro horas.

De 2016 para 2017 não transitou qualquer pedido de informação por responder.

### **V. SÍTIOS DE INTERNET**

#### **59. Endereço(s).**

- » E-mail: [investor.relations@glintt.com](mailto:investor.relations@glintt.com)
- » Telefone: +351 219 100 200

- » Fax: +351 219 100 299
- » Morada: Beloura Office Park, Edifício 10, Quinta da Beloura, 2710-693 Sintra, Portugal
- » Internet: [www.glintt.com.local/investidores\\_kit\\_investidor.php](http://www.glintt.com.local/investidores_kit_investidor.php)

**60. Local onde se encontra informação sobre a firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais.**

- » <http://www.glintt.com/pt/Investidores/corpos-sociais/Paginas/Corpos-Sociais.aspx>

**61. Local onde se encontram os estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões.**

- » Estatutos:
  - » <http://www.glintt.com/pt/Investidores/estatutos-glintt/Paginas/Estatutos-Glintt.aspx>
- » Regulamentos:
  - » <http://www.glintt.com/pt/Investidores/regulamentos-orgaos-sociais/Paginas/Regulamentos-dos-Orgaos-Sociais.aspx>

**62. Local onde se disponibiliza informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor ou estrutura equivalente, respetivas funções e meios de acesso.**

- » Órgãos sociais e representante para as relações com o mercado:
  - » <http://www.glintt.com/pt/Investidores/corpos-sociais/Paginas/Corpos-Sociais.aspx>
- » Gabinete de Relações com os Investidores:
  - » <http://www.glintt.com/pt/Investidores/gabinete-relacoes-investidores/Paginas/gabinete.aspx>

**63. Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas, que devem estar acessíveis pelo menos durante cinco anos, bem como o calendário semestral de eventos societários, divulgado no início de cada semestre, incluindo, entre outros, reuniões da assembleia geral, divulgação de contas anuais, semestrais e, caso aplicável, trimestrais.**

- » Documentos de prestação de contas:
  - » <http://www.glintt.com/pt/Investidores/Contas/Paginas/Resultados-Financeiros.aspx>
- » Calendário de eventos societários:
  - » <http://www.glintt.com/pt/Investidores/calendario/Paginas/default.aspx>

A informação é disponibilizada em português.

**64. Local onde são divulgados a convocatória para a reunião da assembleia geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada.**

- » <http://www.glintt.com/pt/Investidores/Assembleias%20Gerais/Paginas/default.aspx>

**65. Local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes.**

- » <http://www.glintt.com/pt/Investidores/Assembleias%20Gerais/Paginas/default.aspx>

## D. REMUNERAÇÕES

### I. COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO

**66. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da sociedade.**

A determinação da remuneração dos órgãos sociais, incluindo a dos membros da Comissão Executiva, compete aos Acionistas, que na Assembleia Geral designaram para o efeito uma Comissão de Remunerações.

## II. COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

### 67. Composição da comissão de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores.

A Comissão de Vencimentos da Sociedade, eleita a 24 de maio de 2017 para o mandato 2017/2019, tem a seguinte composição:

- » Presidente João Carlos Lombo da Silva Cordeiro
- » Vogal Luís Manuel Pereira da Silva
- » Vogal Victor Réfega Fernandes

Todos os membros da Comissão de Vencimentos são independentes relativamente aos membros do órgão de administração.

Não foi contratada qualquer pessoa singular ou coletiva para apoiar a Comissão de Remunerações.

### 68. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria de política de remunerações.

Os três membros da Comissão de Vencimentos têm adequados conhecimentos e experiência em matéria de política de remunerações, fruto da atividade profissional que desenvolvem diariamente:

#### Presidente João Carlos Lombo da Silva Cordeiro

- » Proprietário e Diretor Técnico da Farmácia das Fontainhas, em Cascais
- » Sócio Gerente da Gessa – Clínica das Fontainhas, Lda.
- » Sócio Gerente da TDS – Tecnologia e Diagnóstico na Saúde
- » Presidente do Conselho de Administração da Quilaban – Química Laboratorial Analítica, S.A.
- » Sócio Gerente da Victor Cordeiro – Serviços de Gestão Partilhados. Lda.

#### Vogal Luís Manuel Pereira da Silva

- » Gerente e Consultor de gestão e de assuntos financeiros e fiscais em diversas empresas privadas
- » Sócio-Gerente da Sociedade Anglo-Portuguesa de Diatomite, Lda. e da Sociedade Fonemas Divertidos – Mediação Imobiliária, Lda.

#### Vogal Victor Réfega Fernandes

- » Presidente da Mesa da Assembleia Geral:
  - > Alliance Healthcare, S.A.
  - > Proconfar – Produtos de Consumo e Farmacêuticos, S.A.
  - > Glintt – Healthcare Solutions, S.A.
  - > Glintt Inov, S.A.
  - > SolS e Solsuni – Tecnologias de Informação, S.A.
- » Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral:
  - > Farminveste SGPS, S.A.

## III. ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES

### 69. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho

A política de remunerações dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere ao artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho é a seguinte:

#### A. Remuneração dos membros do Conselho de Administração

- I. Remuneração dos membros não executivos do Conselho de Administração  
Em conformidade com as recomendações constantes do Código de Governo das Sociedades da CMVM nesta matéria, a Comissão de Vencimentos da Sociedade determinou que a remuneração dos Administradores Não

Executivos da Sociedade seja exclusivamente composta por uma componente fixa determinada pela Comissão de Vencimentos, a abonar catorze vezes por ano.

## II. Remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração

A remuneração dos Administradores Executivos será composta por uma componente fixa e uma componente variável.

### a. Remuneração Fixa

Durante o mandato em curso, os Administradores Executivos terão direito a uma remuneração fixa permanente, a abonar catorze vezes por ano.

### b. Remuneração Variável

#### i. Princípio geral

Para além da remuneração fixa, cada membro da Comissão Executiva terá direito individualmente a remuneração variável nos termos seguintes:

- 25% da remuneração anual fixa acrescidos de 1% do Resultado Antes de Impostos do respetivo ano;
- O Resultado Antes de Impostos é calculado antes da dedução da remuneração variável;
- O Resultado Antes de Impostos previsto no orçamento deverá ser acrescido da dotação nele considerada para a remuneração variável da Comissão Executiva;
- A remuneração variável, prevista na alínea a) não poderá, quanto ao Presidente da Comissão Executiva, ultrapassar 45% da respetiva remuneração anual fixa e 35% quanto a cada um dos vogais, da respetiva remuneração anual fixa.

#### ii. Critérios de atribuição da Remuneração Variável

Para efeitos do cálculo da remuneração variável atender-se-á aos seguintes critérios:

- Se o Resultado Antes de Impostos anual da Sociedade for igual ou superior ao previsto no orçamento aprovado pelo Conselho de Administração, a quantia a distribuir a cada um dos membros da Comissão Executiva corresponderá a 25% da sua remuneração fixa acrescidos de 1% do Resultado Antes de Impostos anual.
- Se o Resultado Antes de Impostos anual da Sociedade for inferior ao previsto no orçamento aprovado pelo Conselho de Administração, a percentagem daquela quantia a distribuir a cada um dos membros da sua Comissão Executiva, será a indicada no quadro seguinte:

Resultado anual antes de impostos	Remuneração variável (%)
≤ 80%	0%
≥ 80% e < 90%	50%
≥ 90% e < 100%	80%

## III. Alinhamento dos interesses dos Administradores com o interesse da Sociedade

Conforme decorre do acima exposto, a remuneração variável dos Administradores Executivos encontra-se dependente do desempenho destes e do seu contributo para a obtenção dos melhores resultados para a Sociedade.

Por outro lado, a estrutura da remuneração visa assegurar um nível remuneratório competitivo, suscetível de atrair e reter os mais qualificados quadros profissionais capazes de dar resposta aos desafios que a Sociedade enfrenta.

Nesta esteira, os Administradores Executivos que não vejam o seu mandato renovado (por iniciativa da Sociedade) e não retomem o seu anterior vínculo contratual à GLINTT ou a uma das sociedades suas participadas ficam investidos no direito a uma compensação de 6 meses de remuneração fixa e variável, considerando-se, para estes efeitos, a última remuneração fixa e a remuneração variável do ano civil anterior.

## B. Remuneração dos membros do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é exclusivamente composta por uma componente fixa, a abonar anualmente. Os montantes pagos ao Presidente e aos Vogais deste órgão variam entre si em virtude das funções desempenhadas.

De igual modo, a remuneração do Revisor Oficial de Contas é exclusivamente composta por uma componente fixa determinada pelo Conselho Fiscal, a abonar anualmente, estando a determinação do seu montante em linha com as práticas e condições normais para serviços similares.

Nestes termos, a declaração supra contém: a identificação e explicitação dos critérios para a determinação da remuneração a atribuir aos membros dos órgãos sociais; informação quanto ao montante máximo potencial, em termos individuais, e ao montante máximo potencial, em termos agregados, a pagar aos membros dos órgãos sociais (o qual não está limitado a um concreto montante máximo em euros mas antes limitado a uma percentagem máxima do resultado) e a identificação das circunstâncias em que esses montantes máximos podem ser devidos; e Informação quanto à exigibilidade ou inexigibilidade de pagamentos relativos à destituição ou cessação de funções de administradores.

**70. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade, bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos.**

Por decisão dos Acionistas, a remuneração dos membros do Conselho de Administração está confiada a uma Comissão de Vencimentos.

O meio de alinhamento dos interesses dos Administradores com os interesses de longo prazo da Sociedade - desincentivando a assunção excessiva de riscos - e, bem assim, de avaliação do desempenho dos Administradores, adotado pela Comissão de Vencimentos da Sociedade, foi o de estruturar a remuneração baseada na avaliação do desempenho, de modo que, para além de estabelecer uma remuneração fixa, a Comissão de Vencimentos fixou igualmente uma remuneração variável para os membros da Comissão Executiva atribuída em função do grau de cumprimento dos objetivos previstos no orçamento aprovado pelo Conselho de Administração da Sociedade.

A remuneração dos Administradores não executivos consiste numa quantia fixa.

Nesta esteira, os Administradores Executivos que não vejam o seu mandato renovado (por iniciativa da Sociedade) e não retomem o seu anterior vínculo contratual à Glintt ou a uma das sociedades suas participadas ficam investidos no direito a uma compensação de 6 meses de remuneração fixa e variável, nos termos definidos pela Comissão de Vencimentos.

Em 2017 foi submetida à apreciação da Assembleia Geral Anual de Acionistas uma declaração sobre a política de remunerações, que foi aprovada por unanimidade.

Os membros do órgão de administração não celebraram contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tivessem por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes foi fixada pela sociedade.

Quando a destituição de administrador não decorre de violação grave dos seus deveres nem da sua inaptidão para o exercício normal das respetivas funções mas, ainda assim, é reconduzível a um inadequado desempenho, a sociedade encontra-se dotada dos instrumentos jurídicos adequados e necessários para que qualquer indemnização ou compensação, além da legalmente devida, não seja exigível.

O auditor externo, no âmbito das suas competências, verifica a aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno, reportando igualmente quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da Sociedade, o que não sucedeu em 2017.

**71. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente.**

Existe uma componente variável da remuneração, nos termos referidos no número 69.

**72. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento.**

O pagamento da componente variável da remuneração relativa a um exercício é diferido para o ano seguinte.

**73. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em ações bem como sobre a manutenção, pelos administradores executivos, dessas ações, sobre eventual celebração de contratos relativos a essas ações,**

designadamente contratos de cobertura (*hedging*) ou de transferência de risco, respetivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total anual.

Não existe remuneração em ações.

**74. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento e do preço de exercício.**

Não existe remuneração em opções.

**75. Principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários.**

Não existe um sistema de prémios anuais, apenas remuneração fixa e variável.

**76. Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais.**

Não existem regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada, nem qualquer sistema de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos sociais.

#### IV. DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES

**77. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração da sociedade, proveniente da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem.**

Executivos	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Outros (a)	Total
NUNO VASCO RODRIGUES VIEGAS VIEIRA LOPES	203.000,00 €	85.322,00 €		288 322,00 €
HENRIQUE AUGUSTO PEREIRA MOREIRA	168.595,00 €	70.861,00 €		239 456,00 €
LUÍS PAULO REIS COCCO	168.000,00 €	70.611,00 €		238 611,00 €
JOÃO PAULO COELHO CABECINHA	100.000,00 €	- €	40 000,00 €	140 000,00 €
NUNO CARLOS DIAS DOS SANTOS FÓRNEAS	100.000,00 €	- €	40 000,00 €	140 000,00 €
	<b>739.595,00 €</b>	<b>226.794,00 €</b>	<b>80 000,00 €</b>	<b>1 046 389,00 €</b>

(a) - Remuneração Fixa auferida antes da nomeação enquanto administradores

Não Executivos	Remuneração Fixa
LUIS CARLOS ALVES RODRIGUES MATIAS	14.000,00 €
VITOR MANUEL LOPES SEGURADO	14.000,00 €
JOSÉ LUIS BONIFÁCIO LOPES	14.000,00 €
MIGUEL JORGE BELPHO DA SILVA LANÇA	14.000,00 €
ANA CRISTINA CLARKSON GASPAR	14.000,00 €
CÁTIA SOFIA FARRAJOTA DE SOUSA MARQUES	8.483,11 €
	<b>78.483,11 €</b>

**78. Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.**

Não foram pagos quaisquer valores desta natureza.

**79. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos.**

Não foram pagos quaisquer valores desta natureza.

**80. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.**

Não foram pagos quaisquer valores desta natureza.

**81. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da sociedade, para efeitos da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho.**

ORGÃO DE FISCALIZAÇÃO	TOTAL
FERNANDO JOSÉ CARREIRA SARAIVA MONTEIRO	- €
JOÃO GASPAR LOPES RIBEIRO	- €
AVELINO AZEVEDO ANTÃO	1.824,66 €
	1.824,66 €

**82. Indicação da remuneração no ano de referência do presidente da mesa da assembleia geral.**

ASSEMBLEIA GERAL	TOTAL
PRESIDENTE DA MESA	750,00 €
	750,00 €

## V. ACORDOS COM IMPLICAÇÕES REMUNERATÓRIAS

**83. Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador e sua relação com a componente variável da remuneração.**

Não existem.

**84. Referência à existência e descrição, com indicação dos montantes envolvidos, de acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade. (art. 245.º-A, n.º 1, al. I).**

Não existem.

## VI. PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE AÇÕES OU OPÇÕES SOBRE AÇÕES ('STOCK OPTIONS')

**85. Identificação do plano e dos respetivos destinatários.**

Não existem qualquer plano de atribuições de ações ou opções sobre ações.

**86. Caracterização do plano (condições de atribuição, cláusulas de inalienabilidade de ações, critérios relativos ao preço das ações e o preço de exercício das opções, período durante o qual as opções podem ser exercidas, características das ações ou opções a atribuir, existência de incentivos para a aquisição de ações e/ou o exercício de opções).**

Não existem qualquer plano de atribuições de ações ou opções sobre ações.

**87. Direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações ('stock options') de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da empresa.**

Não existem qualquer plano de atribuições de ações ou opções sobre ações.

**88. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes (art. 245.º-A, n.º 1, al. e)).**

Não existem qualquer plano de atribuições de ações ou opções sobre ações.

## **E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

### **I. MECANISMOS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO**

**89. Mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas (Para o efeito remete-se para o conceito resultante da IAS 24).**

Os negócios da sociedade com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, são realizados em condições normais de mercado.

Todas as transações comerciais são registadas nos sistemas informáticos desenvolvidos pelo Grupo, e que cobrem todas as fases do negócio, nomeadamente: 1) negociação; 2) adjudicação; 3) execução; 4) faturação e cobrança e 5) aceitação da entrega.

**90. Indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência.**

Todas as operações havidas durante o ano de 2017 com partes relacionadas foram objeto de análise, justamente seguindo as mesmas metodologias definidas e implementadas para as demais operações comerciais levadas a cabo pelo Grupo.

**91. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.**

O Conselho Fiscal estabeleceu os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância dos negócios com acionistas titulares de participação qualificada – ou com entidades que com eles estejam em qualquer uma das relações previstas no n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários – ficando a realização de negócios de relevância significativa dependente de parecer prévio daquele órgão.

Estes procedimentos e critérios são essencialmente de natureza económica, e aplicam-se, de maneira geral, às compras e vendas que o Grupo pretenda efetuar com qualquer acionista titular de participação qualificada, devendo ser obtida validação prévia do órgão de fiscalização sempre que o contrato a celebrar supere determinados limites económicos.

Assim, consideram-se operações de natureza relevante, e como tal sujeitas a validação prévia do órgão de fiscalização, i) os contratos de natureza continuada cujo volume de transação mensal supere 0,5% do volume de negócios do ano anterior, e ii) os contratos relativos a operações pontuais ou avulsas cujo volume da transação supere 1% do volume de negócios do ano anterior.

### **II. ELEMENTOS RELATIVOS AOS NEGÓCIOS**

**92. Indicação do local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas, de acordo com a IAS 24, ou, alternativamente, reprodução dessa informação.**

Durante o ano de 2017, os saldos e transações havidos com partes relacionados, são os que se resumem na tabela em abaixo.

De entre os principais negócios realizados durante o ano de 2017, destacam-se a) manutenção e gestão de infraestrutura tecnológica; b) Implementação de serviços de garantia de continuidade de negócio, nomeadamente aqueles que dizem respeito à salvaguarda dos acessos lógicos (soluções de armazenamento e backup de dados); c) prestação de serviços de call center para prestação de apoio na utilização de sistemas informáticos; d) serviços de consultoria relacionados com desenvolvimento de sítios web institucionais e respetivas manutenções; e) serviços de consultoria aplicacional;

f) fornecimento de licenças de Software e respetivas manutenções e g) prestação de serviços administrativos de contabilidade, faturação e gestão administrativa de recursos humanos.

#### 2016

Ent. Relacionada	Réditos	Gastos	Saldos devedores	Saldos credores
Farminveste, SA	958.218	750.895	-	595.940
Alliance Healthcare, SA	544.322	-	142.622	-
Assoc. Nacional Farmácias	567.859	69.723	95.486	13.972
Finanfarma - Soc. Fact., SA	40.276	112.452	-	-
Farmácias	104.818	-	164.780	-
Imofarma	2.090	845.994	2.571	520.563
Farminveste 4- Serviços,S.A.	1.065.957	1.797.121	241.386	802.318
Outras entidades	317.140	85.968	26.303	69.624
	<b>3.600.679</b>	<b>3.662.152</b>	<b>673.148</b>	<b>2.002.417</b>

#### 2017

Ent. Relacionada	Réditos	Gastos	Saldos devedores	Saldos credores
Farminveste, SA	600.447	623.749	94.512	309.787
Alliance Healthcare, SA	1.013.219	31	440.407	-
Assoc. Nacional Farmácias	592.383	-	129.494	-
Finanfarma - Soc. Fact., SA	167.302	135.933	40.005	-
Farmácias	204.731	-	163.124	-
Imofarma	23.636	849.492	-	523.374
Farminveste 4- Serviços,S.A.	1.721.897	2.205.390	661.083	265.159
Outras entidades	739.714	100.939	115.544	100.890
	<b>5.063.330</b>	<b>3.915.534</b>	<b>1.644.168</b>	<b>1.199.210</b>

## PARTE II - AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

### 1. Identificação do Código de governo das sociedades adotado

A Glintt adota o Código de Governo das Sociedades da CMVM, constante do Regulamento da CMVM n.º 4/2013 e que se encontra disponível ao público no site da CMVM, em [http://www.cmvm.pt/CMVM/Legislacao\\_Regulamentos/Regulamentos/Reg2013/Documents/Regulamento%20CMVM%20nº%204-2013%20Governo%20das%20Sociedades.pdf](http://www.cmvm.pt/CMVM/Legislacao_Regulamentos/Regulamentos/Reg2013/Documents/Regulamento%20CMVM%20nº%204-2013%20Governo%20das%20Sociedades.pdf)

### 2. Análise de cumprimento do Código de Governo das Sociedades adotado

A Glintt acolhe as recomendações da CMVM nos termos *infra*, apresentando-se a remissão para o(s) Ponto(s) da Parte I do presente Relatório em que essa matéria seja abordada e ainda a respetiva justificação relativamente àquelas que não foram adotadas pela Sociedade em 2017.

## RECOMENDAÇÕES DA CMVM

### I. VOTAÇÃO E CONTROLO DA SOCIEDADE

I.1. As sociedades devem incentivar os seus acionistas a participar e a votar nas assembleias gerais, designadamente não fixando um número excessivamente elevado de ações necessárias para ter direito a um voto e implementando os meios indispensáveis ao exercício do direito de voto por correspondência e por via eletrónica.

Parcialmente cumprida, dado que em 2017 não existiu a possibilidade logística do exercício do direito de voto por via eletrónica – os recursos são escassos e a Glintt entende que a votação eletrónica não é uma prioridade, atendendo a que os Acionistas já podem participar presencialmente (pessoalmente ou representados) e também por correspondência, pelo que todos os seus direitos estão devidamente salvaguardados.

Pontos 12 e 13.

**I.2. As sociedades não devem adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.**

Cumprida.

Pontos 12, 13 e 14.

**I.3. As sociedades não devem estabelecer mecanismos que tenham por efeito provocar o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação ordinária, salvo se devidamente fundamentados em função dos interesses de longo prazo dos acionistas.**

Cumprida.

Ponto 12.

**I.4. Os estatutos das sociedades que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, será sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.**

Não aplicável.

Ponto 12.

**I.5. Não devem ser adotadas medidas que tenham por efeito exigir pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.**

Cumprida.

Ponto 12.

## **II. SUPERVISÃO, ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO**

### **II.1. SUPERVISÃO E ADMINISTRAÇÃO**

**II.1.1. Dentro dos limites estabelecidos por lei, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.**

Cumprida.

Pontos 27, 28 e 29.

**II.1.2. O Conselho de Administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.**

Cumprida.

Ponto 29.

II.1.3. O Conselho Geral e de Supervisão, além do exercício das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve assumir plenas responsabilidades ao nível do governo da sociedade, pelo que, através de previsão estatutária ou mediante via equivalente, deve ser consagrada a obrigatoriedade de este órgão se pronunciar sobre a estratégia e as principais políticas da sociedade, a definição da estrutura empresarial do grupo e as decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante ou risco. Este órgão deverá ainda avaliar o cumprimento do plano estratégico e a execução das principais políticas da sociedade.

Não aplicável.

Ponto 15.

II.1.4. Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o Conselho de Administração e o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo adotado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para:

- a) Assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes;
- b) Refletir sobre sistema estrutura e as práticas de governo adotado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria.

Cumprida.

Pontos 24 e 25.

II.1.5. O Conselho de Administração ou o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo aplicável, devem fixar objetivos em matéria de assunção de riscos e criar sistemas para o seu controlo, com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos são consistentes com aqueles objetivos.

Até ao momento a Sociedade não teve necessidade de fixar tais objetivos – mas o controlo interno e a gestão de risco são áreas em análise na Glintt, no âmbito da qual está também a ser tida em conta esta recomendação da CMVM.

Pontos 50 a 55.

II.1.6. O Conselho de Administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efetiva capacidade de acompanhamento, supervisão e avaliação da atividade dos restantes membros do órgão de administração.

Cumprida.

Ponto 18.

II.1.7. Entre os administradores não executivos deve contar-se uma proporção adequada de independentes, tendo em conta o modelo de governação adotado, a dimensão da sociedade e a sua estrutura acionista e o respetivo *free float*.

A independência dos membros do Conselho Geral e de Supervisão e dos membros da Comissão de Auditoria afere-se nos termos da legislação vigente, e quanto aos demais membros do Conselho de Administração considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de:

- a. Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos;
- b. Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva;
- c. Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador;
- d. Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada;
- e. Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas.

A inexistência, no Conselho de Administração, de administradores não executivos que possam, num critério meramente formal, ser qualificados como independentes, é motivada pela circunstância de o acionista maioritário deter cerca de 76% do capital.

Os membros do Conselho de Administração foram eleitos sem votos contra.

**II.1.8. Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.**

Cumprida.

Ponto 29.

**II.1.9. O presidente do órgão de administração executivo ou da comissão executiva deve remeter, conforme aplicável, ao Presidente do Conselho de Administração, ao Presidente do Conselho Fiscal, ao Presidente da Comissão de Auditoria, ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão e ao Presidente da Comissão para as Matérias Financeiras, as convocatórias e as atas das respetivas reuniões.**

Cumprida.

Ponto 29.

**II.1.10. Caso o presidente do órgão de administração exerça funções executivas, este órgão deverá indicar, de entre os seus membros, um administrador independente que assegure a coordenação dos trabalhos dos demais membros não executivos e as condições para que estes possam decidir de forma independente e informada ou encontrar outro mecanismo equivalente que assegure aquela coordenação.**

Não aplicável.

Ponto 18.

## **II.2. FISCALIZAÇÃO**

**II.2.1. Consoante o modelo aplicável, o presidente do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria ou da Comissão para as Matérias Financeiras deve ser independente, de acordo com o critério legal aplicável, e possuir as competências adequadas ao exercício das respetivas funções.**

Cumprida.

Pontos 32 e 33.

**II.2.2. O órgão de fiscalização deve ser o interlocutor principal do auditor externo e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços.**

Cumprida.

Ponto 45.

**II.2.3. O órgão de fiscalização deve avaliar anualmente o auditor externo e propor ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.**

Cumprida.

Pontos 44 e 45.

**II.2.4. O órgão de fiscalização deve avaliar o funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos e propor os ajustamentos que se mostrem necessários.**

Cumprida.

Ponto 54.

II.2.5. A Comissão de Auditoria, o Conselho Geral e de Supervisão e o Conselho Fiscal devem pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços de auditoria interna e aos serviços que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de *compliance*), e devem ser destinatários dos relatórios realizados por estes serviços pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais ilegalidades.

Cumprida.

Ponto 54.

### II.3. FIXAÇÃO DE REMUNERAÇÕES

II.3.1. Todos os membros da Comissão de Remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros executivos do órgão de administração e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração.

Cumprida.

Pontos 67 e 68.

II.3.2. Não deve ser contratada para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do órgão de administração, ao próprio órgão de administração da sociedade ou que tenha relação atual com a sociedade ou com consultora da sociedade. Esta recomendação é aplicável igualmente a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aquelas se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.

Não aplicável, uma vez que não foi contratada qualquer pessoa singular ou coletiva para apoiar a Comissão de Vencimentos da Glintt.

Ponto 67.

II.3.3. A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, deverá conter, adicionalmente:

- a) Identificação e explicitação dos critérios para a determinação da remuneração a atribuir aos membros dos órgãos sociais;
- b) Informação quanto ao montante máximo potencial, em termos individuais, e ao montante máximo potencial, em termos agregados, a pagar aos membros dos órgãos sociais, e identificação das circunstâncias em que esses montantes máximos podem ser devidos;
- d) Informação quanto à exigibilidade ou inexigibilidade de pagamentos relativos à destituição ou cessação de funções de administradores.

Cumprida.

Ponto 69.

II.3.4. Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de ações, e/ou de opções de aquisição de ações ou com base nas variações do preço das ações, a membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do plano.

Não aplicável.

Pontos 73 e 74.

II.3.5. Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de qualquer sistema de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do sistema.

Não aplicável, uma vez que na Sociedade não existe qualquer sistema de benefícios de reforma.

Ponto 76.

### III. REMUNERAÇÕES

**III.1. A remuneração dos membros executivos do órgão de administração deve basear-se no desempenho efetivo e desincentivar a assunção excessiva de riscos.**

Cumprida.

Pontos 69 e 70.

**III.2. A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração e a remuneração dos membros do órgão de fiscalização não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.**

Cumprida.

Ponto 69.

**III.3. A componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração, e devem ser fixados limites máximos para todas as componentes.**

Cumprida.

Ponto 69.

**III.4. Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos, e o direito ao seu recebimento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período.**

A Sociedade entende haver vantagem em que a avaliação do desempenho seja efetuada numa base anual, bem como o correspondente pagamento da eventual remuneração variável – isto porque a sociedade funciona numa lógica anual: o orçamento é anual e a gestão presta contas aos Acionistas todos os anos. Por tais razões, a remuneração variável é integralmente paga no exercício seguinte àquele a que respeita.

Ponto 69.

**III.5. Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela sociedade.**

Cumprida.

Ponto 70.

**III.6. Até ao termo do seu mandato devem os administradores executivos manter as ações da sociedade a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com exceção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações.**

Não aplicável.

Ponto 73.

**III.7. Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.**

Não aplicável.

Ponto 74.

**III.8. Quando a destituição de administrador não decorra de violação grave dos seus deveres nem da sua inaptidão para o exercício normal das respetivas funções mas, ainda assim, seja reconduzível a um inadequado desempenho, deverá a**

sociedade encontrar-se dotada dos instrumentos jurídicos adequados e necessários para que qualquer indemnização ou compensação, além da legalmente devida, não seja exigível.

Cumprida.

Ponto 70.

## IV. AUDITORIA

IV.1. O auditor externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da sociedade.

Cumprida.

Ponto 70.

IV.2. A sociedade ou quaisquer entidades que com ela mantenham uma relação de domínio não devem contratar ao auditor externo, nem a quaisquer entidades que com ele se encontrem em relação de grupo ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos serviços de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços – que devem ser aprovados pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu Relatório Anual sobre o Governo da Sociedade – eles não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à sociedade.

Cumprida

Ponto 47.

IV.3. As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respetivamente de quatro ou três anos. A sua manutenção além deste período deverá ser fundamentada num parecer específico do órgão de fiscalização que pondere expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição.

Cumprida.

Ponto 44.

## V. CONFLITOS DE INTERESSES E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

V.1. Os negócios da sociedade com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20.º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser realizados em condições normais de mercado.

Cumprida.

Ponto 89.

V.2. O órgão de supervisão ou de fiscalização deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância dos negócios com acionistas titulares de participação qualificada – ou com entidades que com eles estejam em qualquer uma das relações previstas no n.º 1 do art. 20.º do Código dos Valores Mobiliários –, ficando a realização de negócios de relevância significativa dependente de parecer prévio daquele órgão.

Cumprida.

Ponto 91.

## **VI. INFORMAÇÃO**

**VI.1. As sociedades devem proporcionar, através do seu sítio na Internet, em português e inglês, acesso a informações que permitam o conhecimento sobre a sua evolução e a sua realidade atual em termos económicos, financeiros e de governo.**

Cumprida parcialmente.

A Glintt é uma sociedade de direito português cotada em Lisboa, pelo que a prioridade da empresa é a disponibilização da informação em Português, estando gradualmente a ser disponibilizada cada vez mais informação em língua inglesa. Ponto 63.

**VI.2. As sociedades devem assegurar a existência de um gabinete de apoio ao investidor e de contacto permanente com o mercado, que responda às solicitações dos investidores em tempo útil, devendo ser mantido um registo dos pedidos apresentados e do tratamento que lhe foi dado.**

Cumprida.

Pontos 56, 57 e 58.

04.

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ÀS CONTAS

---



# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

## DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA A 31 DEZEMBRO DE 2017

		(Valores em Euros)		
		31-12-2017	31-12-2016	Variações
<b>ATIVO</b>				
<b>Não corrente</b>				
Ativos fixos tangíveis	7	1.654.715	1.818.825	-9,02%
Goodwill	8	85.072.888	85.072.888	1,56%
Ativos Intangíveis	9	38.990.579	35.864.742	5,02%
Outros Investimentos Financeiros	10	322.876	181.840	77,56%
Contas a receber de clientes e outros devedores	11	6.446.190	5.988.962	-2,22%
Ativos por Impostos Diferidos	12	6.196.193	5.738.929	7,97%
		<b>138.683.441</b>	<b>134.666.187</b>	<b>2,54%</b>
<b>Corrente</b>				
Inventários	13	1.620.097	985.290	64,43%
Contas a receber de clientes e outros devedores	11	16.411.631	16.817.908	1,09%
Caixa e equivalentes de caixa	14	2.472.474	2.269.419	8,95%
Acréscimos e diferimentos ativos	15	6.748.809	5.710.251	18,19%
Ativos operações descontinuadas	16	86.371	338.908	-74,51%
		<b>27.339.382</b>	<b>26.121.777</b>	<b>6,92%</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>166.022.824</b>	<b>160.787.963</b>	<b>3,26%</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>				
<b>Capital e reservas atribuíveis aos detentores do capital</b>				
Capital social	17	86.962.868	86.962.868	0,00%
Prémios de emissão	17	10.255.221	10.255.221	0,00%
Outras reservas	18	28.911.373	25.914.331	11,57%
Reservas de conversão cambial	18	(1.664.302)	(1.362.562)	22,14%
Resultados retidos de exercícios anteriores	18	(51.099.159)	(48.485.330)	5,39%
Resultados retidos no exercício	18	508.183	383.273	32,59%
<b>Capital Próprio atribuível a acionistas</b>		<b>73.874.184</b>	<b>73.667.800</b>	<b>0,28%</b>
Interesses que não controlam	18	322.801	312.187	3,40%
<b>Total do Capital Próprio</b>		<b>74.196.985</b>	<b>73.979.986</b>	<b>0,29%</b>
<b>PASSIVO</b>				
<b>Não corrente</b>				
Contas a pagar a fornecedores e outros credores	19	341.284	316.226	7,92%
Empréstimos	20	34.212.216	17.211.625	98,77%
Acréscimos e diferimentos passivos	21	521.249	812.573	-35,85%
Provisões para outros passivos e encargos	22	4.037.415	4.635.865	-12,91%
Passivos por Impostos Diferidos	23	7.598.199	8.021.816	-5,28%
		<b>46.710.362</b>	<b>30.998.105</b>	<b>50,69%</b>
<b>Corrente</b>				
Contas a pagar a fornecedores e outros credores	19	21.320.097	16.944.266	25,82%
Empréstimos	20	9.386.609	25.629.294	-63,38%
Acréscimos e diferimentos passivos	21	14.240.531	12.806.668	11,20%
Passivos operações descontinuadas	16	168.240	429.644	-60,84%
		<b>45.115.477</b>	<b>55.809.872</b>	<b>-19,16%</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>91.825.839</b>	<b>86.807.976</b>	<b>5,78%</b>
<b>Total do Capital Próprio e Passivo</b>		<b>166.022.824</b>	<b>160.787.963</b>	<b>3,26%</b>

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

(Valores em Euros)					
		dez/17	dez/16	Variação	Variação (%)
Vendas	24	14.618.601	12.575.074	2.043.527	16,3%
Prestação de serviços	24	56.388.050	53.519.460	2.868.590	5,4%
<b>Total das Vendas e Prestação de Serviços</b>		<b>71.006.651</b>	<b>66.094.534</b>	<b>4.912.117</b>	<b>7,4%</b>
Custo das vendas	25	(10.083.791)	(8.526.386)	(1.557.405)	18,3%
Subcontratos	26	(13.271.871)	(11.777.091)	(1.494.780)	12,7%
<b>Margem Bruta</b>		<b>47.650.989</b>	<b>45.791.057</b>	<b>1.859.932</b>	<b>4,1%</b>
Fornecimentos e serviços externos	27	(11.628.850)	(10.964.898)	(663.951)	6,1%
Gastos com pessoal	28	(34.365.366)	(32.064.132)	(2.301.234)	7,2%
Outros ganhos e perdas - líquidas	29	4.500.543	3.977.229	523.314	13,2%
<b>Resultado operacional bruto</b>		<b>6.157.317</b>	<b>6.739.256</b>	<b>(581.939)</b>	<b>-8,6%</b>
Depreciações e amortizações	30	(2.950.252)	(2.390.086)	(560.166)	23,4%
Provisões	22	553.106	1.533.475	(980.369)	-
Perdas por imparidade	31	(461.253)	(517.640)	56.386	-10,9%
<b>Resultado operacional</b>		<b>3.298.918</b>	<b>5.365.005</b>	<b>(2.066.088)</b>	<b>-38,5%</b>
Resultados financeiros	32	(2.736.996)	(2.874.968)	137.972	-4,8%
Ganhos em empresas do grupo	33	764.629	-	764.629	-
<b>Resultados antes de impostos das operações continuadas</b>		<b>1.326.551</b>	<b>2.490.037</b>	<b>(1.163.487)</b>	<b>-46,7%</b>
Imposto sobre lucros	34	(690.378)	267.911	(958.289)	-357,7%
<b>Resultados depois de impostos das operações continuadas</b>		<b>636.173</b>	<b>2.757.948</b>	<b>(2.121.776)</b>	<b>-</b>
Perdas com operações descontinuadas	35	31.124	(2.181.790)	2.212.915	-
<b>Resultado antes dos interesses que não controlam</b>		<b>667.297</b>	<b>576.158</b>	<b>91.139</b>	<b>15,8%</b>
Resultado atribuível a interesses que não controlam		159.114	192.885	(33.771)	-17,5%
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>508.183</b>	<b>383.273</b>	<b>124.910</b>	<b>32,6%</b>
<b>Resultados por ação (eur)</b>					
Resultados básicos		<b>0,006</b>	<b>0,004</b>		
Resultados diluídos		<b>0,006</b>	<b>0,004</b>		

## DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL

	(Valores em Euros)	
	31-12-2017	31-12-2016
<b>OPERAÇÕES CONTINUADAS</b>		
Resultado Líquido do Período (Antes de Interesses que não controlam)	636 173	2 757 948
Rubricas que poderão ser posteriormente reclassificadas nos resultados		
Diferenças de conversão cambial (IAS 21)	(281 982)	(214 114)
Rendimento reconhecido diretamente no capital próprio	(281 982)	(214 114)
<b>Rendimento Integral do período operações continuadas</b>	<b>354 191</b>	<b>2 543 834</b>
<b>OPERAÇÕES DESCONTINUADAS</b>		
Resultado Operações descontinuadas	31 124	(2 181 790)
Diferenças de conversão cambial (IAS 21)	(19 757)	12 370
<b>Rendimento Integral do período operações descontinuadas</b>	<b>11 367</b>	<b>(2 169 420)</b>
<b>Rendimento Integral total do período</b>	<b>365 558</b>	<b>374 414</b>
Atribuível aos acionistas	206 444	181 529
Atribuível aos Interesses que não controlam	159 114	192 885

## DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

	(Valores em Euros)						
	Capital social	Prémios de emissão de ações	Outras reservas	Reservas Conversão Cambial	Resultados retidos	Interesses que não controlam	Total Capital Próprio
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2016</b>	<b>86.962.868</b>	<b>10.255.221</b>	<b>22.302.239</b>	<b>(1.160.818)</b>	<b>(44.828.480)</b>	<b>196.543</b>	<b>73.727.572</b>
Aplicação resultado exercício anterior	-	-	3.658.937	-	(3.658.937)	-	-
Out. ganhos /perdas reconh. direct. no capital próprio	-	-	(46.845)	(201.744)	2.087	-	(246.502)
Pagamento de dividendos para fora do grupo	-	-	-	-	-	(77.242)	(77.242)
Resultado integral do ano	-	-	-	-	383.273	192.885	576.158
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>86.962.868</b>	<b>10.255.221</b>	<b>25.914.331</b>	<b>(1.362.562)</b>	<b>(48.102.056)</b>	<b>312.187</b>	<b>73.979.986</b>
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2017</b>	<b>86.962.868</b>	<b>10.255.221</b>	<b>25.914.331</b>	<b>(1.362.562)</b>	<b>(48.102.056)</b>	<b>312.187</b>	<b>73.979.986</b>
Aplicação resultado exercício anterior	-	-	2.997.042	-	(2.997.042)	-	-
Out. ganhos /perdas reconh. direct. no capital próprio	-	-	-	(301.739)	(59)	-	(301.798)
Pagamento de dividendos para fora do grupo	-	-	-	-	-	(148.500)	(148.500)
Resultado integral do ano	-	-	-	-	508.183	159.114	667.297
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>86.962.868</b>	<b>10.255.221</b>	<b>28.911.373</b>	<b>(1.664.302)</b>	<b>(50.590.976)</b>	<b>322.801</b>	<b>74.196.985</b>

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

	(Valores em Euros)	
	31/dez/17	31/dez/16
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Recebimentos de clientes	86.611.634	79.367.147
Pagamentos a fornecedores	(38.486.699)	(33.541.446)
Pagamentos ao pessoal	(32.198.421)	(31.744.975)
<b>Fluxo gerado pelas operações</b>	<b>15.926.514</b>	<b>14.080.726</b>
Pagamentos / recebimentos impostos/ rendimento	(1.289.584)	(1.527.228)
Out. pagamentos / recebimentos ativ. operacionais	(9.500.433)	(7.485.967)
	<b>(10.790.017)</b>	<b>(9.013.195)</b>
<b>Fluxo de atividades operacionais</b>	<b>5.136.497</b>	<b>5.067.531</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Ativos fixos tangíveis	0	4.496
Subsídios de investimento	43.327	116.009
Juros e proveitos similares	0	35.167
	<b>47.391</b>	<b>155.672</b>
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Dividendos (Interesses que não controlam)	(148.500)	(77.241)
Investimentos financeiros	(516.037)	(44.313)
Ativos fixos tangíveis	(368.416)	(96.923)
Ativos intangíveis	(576.045)	(411.323)
	<b>(1.608.998)</b>	<b>(629.800)</b>
<b>Fluxo atividades de investimento</b>	<b>(1.561.606)</b>	<b>(474.128)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Empréstimos obtidos	92.357.120	79.220.556
Empréstimos obtidos (Op. Descontinuadas)	0	700.842
Suprimentos	1.000.000	0
Juros e proveitos similares	4.144	0
	<b>93.361.264</b>	<b>79.921.398</b>
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Empréstimos obtidos	(93.998.080)	(80.848.222)
Amortização contratos locação financeira	(15.830)	(15.439)
Juros e custos similares	(2.553.550)	(2.481.921)
	<b>(96.567.460)</b>	<b>(83.345.582)</b>
<b>Fluxo atividades de Financiamento</b>	<b>(3.206.196)</b>	<b>(3.424.184)</b>
Efeito das diferenças de câmbio	(165.640)	148.198
<b>Variações de caixa e seus equivalentes</b>	<b>203.055</b>	<b>1.317.417</b>
Caixa e seus equivalentes - início do exercício	2.269.419	952.002
Caixa e seus equivalentes - fim do exercício	2.472.474	2.269.419
<b>Decomposição do saldo final</b>	<b>2.472.474</b>	<b>2.269.419</b>
Caixa	7.935	5.733
Depósitos bancários	2.464.539	2.263.686



# NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS ANO DE 2017

## 1. INFORMAÇÃO GERAL

A Glinnt – Global Intelligent Technologies, SA (empresa mãe) e as suas filiais (Grupo ou Glinnt) é uma das maiores empresas tecnológicas Portuguesas a operar na Europa, África e América Latina e conta com um coletivo de cerca de 990 profissionais, especializados e capazes de oferecer aos seus Clientes soluções com valor acrescentado para o negócio.

A Glinnt – Global Intelligent Technologies, S.A. é uma sociedade anónima, estabelecida em Portugal, com sede no Beloura Office Park, Edifício 10, na Quinta da Beloura, em Sintra.

A Sociedade encontra-se cotada na Euronext Lisbon desde Junho de 1999.

As demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 15 de Março de 2018.

Estas demonstrações financeiras consolidadas serão aprovadas pela Assembleia Geral de Acionistas.

Na sequência da oferta pública de aquisição de ações lançada pela Farminveste 3, SGPS, Lda, em 15 de setembro de 2015, esta empresa passou a deter em 31 de dezembro de 2015 cerca de 73% das ações representativas do capital social da Glinnt, razão pela qual as Demonstrações Financeiras da Glinnt foram em 2015 consolidadas pela primeira vez na Farminveste SGPS, SA que detém 100% da Farminveste 3, SGPS, Lda. Esta participação passou em 2016 para 75,98%.

## 2. SUMÁRIO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS MAIS SIGNIFICATIVAS

### 2.1. BASES DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Glinnt foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro adoptadas pela União Europeia, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e com as Interpretações do International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC) ou pela anterior Standing Interpretations Committee (SIC) emitidas e vigentes à data da preparação das demonstrações financeiras.

Os principais critérios contabilísticos aplicados na elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas estão descritos abaixo. Estas políticas contabilísticas foram consistentemente aplicadas aos períodos aqui apresentados, salvo indicação contrária, não existindo erros materiais relativos a exercícios anteriores.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até 31 de Dezembro de 2004. Em 2009, as empresas incluídas na consolidação adotaram as IFRS na preparação das suas demonstrações financeiras individuais.

As empresas sediadas em Espanha e Angola preparam as suas demonstrações financeiras de acordo com os normativos em vigor no país. Esses métodos de contabilização e valorização são alterados sempre que necessário, para cumprir com os IFRS.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto de continuidade das operações e de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela reavaliação dos ativos financeiros disponíveis para venda, e pelos ativos financeiros e passivos financeiros valorizados pelo justo valor.

A preparação das demonstrações financeiras exige a utilização de estimativas contábilísticas. A Administração necessita também de exercer julgamento sobre o processo de aplicação dos princípios contábilísticos da empresa. As áreas que envolvem maior grau de complexidade e julgamento ou as áreas sobre as quais os pressupostos e as estimativas são mais significativos são divulgadas na nota 4.

## 2.2. NOVAS NORMAS CONTABILÍSTICAS E SEU IMPACTO NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 2017, passaram a ser de aplicação obrigatória novas normas e interpretações ou suas alterações, as quais não tiveram impacto significativo nos montantes reportados e divulgações efetuadas nestas demonstrações financeiras.

**Novas normas e interpretações emitidas pelo IASB e já endossadas pela União Europeia, com entrada em vigor a partir de 01 de janeiro de 2017:**

- » **Reconhecimento de Ativos por Impostos Diferidos para Perdas não Realizadas – Alterações à IAS 12 (Regulamento 2017/1989, de 6 de novembro de 2017)**
  - » Esta alteração vem clarificar como contabilizar ativos por impostos diferidos relacionados com instrumentos de dívida mensurados ao justo valor.
- » **Iniciativa de Divulgação – Alterações à IAS 7**
  - » Esta alteração exige que as entidades divulguem informação acerca das alterações nos seus passivos de financiamento de forma a que os investidores possam compreender melhor as alterações ocorridas na dívida da entidade.

**Novas normas e interpretações emitidas pelo IASB e já endossadas pela União Europeia, com entrada em vigor a partir de 01 de janeiro de 2018:**

- » **IFRS 15: Rédito de Contratos com Clientes (Regulamento n.º 2016/1905, de 22 de setembro de 2016)**
  - » Esta nova norma aplica-se a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na “metodologia dos 5 passos”. Esta norma será aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.
- » **IFRS 9: Instrumentos Financeiros (Regulamento n.º 2016/2067, de 22 de novembro de 2016)**
  - » A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura. A adoção desta norma acarreta, igualmente e em conformidade: (i) alterações das normas (IAS/IFRS) e interpretações (IFRIC/SIC): IAS 1, IAS 2, IAS 8, IAS 10, IAS 12, IAS 20, IAS 21, IAS 23, IAS 28, IAS 32, IAS 33, IAS 36, IAS 37, IAS 39, IFRS 1, IFRS 2, IFRS 3, IFRS 4 Contratos de Seguro, IFRS 5, IFRS 7, IFRS 13, IFRIC 2, IFRIC 5, IFRIC 10, IFRIC 12, IFRIC 16, IFRIC 19, SIC 27; e (ii) revogação da IFRIC 9 Reavaliação de Derivados Embutidos. Esta norma será aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.
- » **IFRS 16: Locações (Regulamento 2017/1986, de 31 de outubro de 2017)**
  - » A IFRS 16 estabelece os princípios aplicáveis ao reconhecimento, à mensuração, à apresentação e à divulgação de locações. O objetivo da norma é garantir que os locatários e os locadores fornecem informações pertinentes de uma forma que represente fielmente essas transações, revogando IAS 17 - Locações, assim como um conjunto de interpretações (SIC e IFRIC), nomeadamente: IFRIC 4 – Determinar se um Acordo Contém uma Locação; SIC 15 – Locações Operacionais – Incentivos; e SIC 27 – Avaliação da Substância de Transações que Envolvam a Forma Legal de uma Locação. Esta norma será aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019.

- » **Rédito de Contratos com clientes – Clarificações à IFRS 15 (Regulamento 2017/1987, de 31 de outubro de 2017)**
  - » Estas alterações à IFRS 15 vieram clarificar alguns requisitos e proporcionar uma maior facilidade na transição para as Entidades que estão a implementar esta Norma. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.
- » **Aplicar a IFRS 9 Instrumentos Financeiros com a IFRS 4 Contratos de Seguros – Alterações à IFRS 4 (Regulamento 2017/1988, de 3 de novembro de 2017)**
  - » Estas alterações à IFRS 4 dão resposta às preocupações sobre a implementação da nova norma sobre instrumentos financeiros (IFRS 9) antes da implementação da norma sobre contratos de seguros que substituirá a IFRS 4 e que ainda está em desenvolvimento. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.

#### **Normas novas ou revistas emitidas pelo IASB e interpretações emitidas pelo IFRIC e ainda não endossadas pela União Europeia**

- » **Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e a sua Associada ou Empreendimento Conjunto - Alterações à IFRS 10 e à IAS 28**
  - » Esta alteração vem clarificar o tratamento contabilístico para transações quando uma empresa-mãe perde o controlo numa subsidiária ao vender toda ou parte do seu interesse nessa subsidiária a uma associada ou empreendimento conjunto contabilizado pelo método da equivalência patrimonial. Ainda não foi definida a data de aplicação destas alterações e o processo de endosso pela União Europeia apenas será iniciado após confirmação da data de aplicação das alterações pelo IASB.
- » **Classificação e Mensuração de transações de pagamentos com base em ações – Alterações à IFRS 2**
  - » Estas alterações à IFRS 2 estão relacionadas com aspetos de classificação e de mensuração para um conjunto de aspetos em que as orientações existentes na Norma não eram muito claras. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018, estando esta alteração ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.
- » **Melhoramentos anuais: ciclo 2014-2016**

Os melhoramentos incluem pequenas emendas a três normas internacionais de contabilidade, como segue:

  - » IFRS 12 Divulgações de Interesses noutras entidades
  - » IFRS 1 Adoção pela Primeira Vez das IFRS
  - » IAS 28 Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos

Estas alterações ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia.
- » **Adoção da IFRIC 22: *Foreign Currency Transactions and Advance Considerations***
  - » A IFRIC 22 estabelece a taxa de câmbio a ser usada em transações que envolvem uma consideração paga ou recebida em adiantado em moeda estrangeira. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018, estando esta nova interpretação ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.
- » **Transferências de Propriedades de Investimento – Alterações à IAS 40**
  - » As alterações à IAS 40 Propriedades de Investimento vêm clarificar os requisitos relacionados com as transferências, de e para, Propriedades de Investimento. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018, estando esta nova interpretação ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.
- » **IFRS 14: Contabilização de Diferimentos Regulatórios**
  - » Esta norma permite aos adotantes pela primeira vez das IFRS, que continuem a reconhecer os ativos e passivos regulatórios de acordo com a política seguida no âmbito do normativo anterior. Contudo para permitir a comparabilidade com as entidades que já adotam as IFRS e não reconhecem ativos / passivos regulatórios, os referidos montantes têm de ser divulgados nas demonstrações financeiras separadamente. Aplicável aos

exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016, tendo a Comissão Europeia decidido não iniciar o processo de endosso desta norma transitória e aguardar pela norma definitiva a emitir pelo IASB.

» **Adoção da IFRIC 23: *Uncertainty over Income Tax Treatments***

- » Esta interpretação clarifica como devem ser aplicados os requisitos de reconhecimento e de mensuração da IAS 12 quando existem incertezas na contabilização dos impostos sobre o rendimento. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019, estando esta nova interpretação ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

» **IFRS 17: Contratos de Seguros**

- » A IFRS 17 resolve o problema de comparação criado pela IFRS 4 exigindo que todos os contratos de seguros sejam contabilizados de forma consistente, beneficiando assim quer os investidores quer as empresas de seguros. As obrigações de seguros passam a ser contabilizadas usando valores correntes em vez do custo histórico. A informação passa a ser atualizada regularmente, providenciando mais informação útil aos utilizadores das demonstrações financeiras. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021, estando esta nova norma ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

» **Alterações à IFRS 9: Características de pagamentos antecipados com contribuição negativa**

- » Esta alteração à IFRS 9 passa a permitir que determinados os instrumentos se possam qualificar para mensuração pelo custo amortizado ou pelo valor justo através do outro rendimento integral (dependendo do modelo de negócio) ainda que não satisfaçam as condições do teste SPPI. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019, estando esta nova norma ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

» **Alterações à IAS 28: Interesses de longo prazo em associadas e empreendimentos conjuntos**

- » Esta alteração vem clarificar que uma entidade deve aplicar a IFRS 9 aos interesses de longo prazo em associadas e empreendimentos conjuntos em que o método da equivalência patrimonial não é aplicado. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019, estando esta nova norma ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

» **Melhoramentos anuais: ciclo 2015-2017**

Os melhoramentos incluem pequenas emendas a três normas internacionais de contabilidade, como segue:

- » IFRS 3 Concentrações de atividades empresariais e IFRS 11 Acordos conjuntos
- » IAS 12 Impostos sobre o rendimento
- » IAS 23 Custos de empréstimos obtidos
- » Estas emendas serão aplicáveis aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019, estando ainda sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia.

## 2.3. CONSOLIDAÇÃO

### 23.1. SUBSIDIÁRIAS

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem o poder de decisão sobre as políticas financeiras e operacionais, geralmente representado por mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito dos direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados quando se avalia se o Grupo detém o controlo sobre outra entidade. As subsidiárias são consolidadas, pelo método integral, a partir da data em que o controlo é transferido para o Grupo, sendo excluídas da consolidação a partir da data em que o controlo cessa.

É usado o método da compra para contabilizar a aquisição das subsidiárias pelo Grupo. O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição. Os ativos identificáveis adquiridos, os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial são mensurados inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de

interesses que não controlam, podendo ser objeto de revisão num período de 12 meses após aquela data. O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da parcela do Grupo dos ativos e passivos identificáveis adquiridos é registado como *goodwill*. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração dos resultados do período (ver nota 2.3.3).

Os custos de transação diretamente atribuíveis às combinações empresariais são imediatamente reconhecidas nos resultados.

Os interesses que não controlam incluem a proporção dos terceiros no justo valor dos ativos e passivos identificáveis à data de aquisição das subsidiárias.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações de resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda.

As transações intragrupo, os saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se a transação revelar evidência de imparidade de um ativo transferido (ver nota 2.8).

As políticas contabilísticas de subsidiárias foram alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

### 2.3.2. ASSOCIADAS E PARTICIPADAS

Associadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo exerce influência significativa mas não possui controlo, geralmente com participações entre 20% e 50% dos direitos de voto. Os investimentos em associadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial.

As participações financeiras em empresas participadas (empresas em que o grupo não tem influência significativa nem controlo, normalmente quando detém menos de 20%), são registados ao justo valor ou ao custo de aquisição, nos casos em que não têm capital cotado e o justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade.

A participação do Grupo nos ganhos e perdas das suas associadas após a aquisição é reconhecida na demonstração dos resultados e a quota-parte nos movimentos das reservas, após a aquisição, é reconhecida em reservas, por contrapartida do valor contabilístico do investimento financeiro. Quando a participação do Grupo nas perdas da associada iguala ou ultrapassa o seu investimento na mesma, incluindo contas a receber não cobertas por garantias, o Grupo deixa de reconhecer perdas adicionais exceto se tiver incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da associada.

Os ganhos não realizados em transações com as associadas são eliminados até ao limite da participação do Grupo nas associadas. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se a transação revelar evidência de imparidade de um ativo transferido (ver nota 2.8).

### 2.3.3. GOODWILL

As diferenças entre o custo de aquisição das subsidiárias e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição (ou durante um período de 12 meses após aquela data), se positivas, são registadas na rubrica de Goodwill (caso respeite a empresas do Grupo) ou incluídas na rubrica de participações financeiras em empresas associadas (caso respeite a empresas associadas), se negativas, são registadas de imediato em resultados do exercício.

O Goodwill originado em aquisições anteriores à data de transição para IFRS, foi mantido pelos valores apresentados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal ("deemed cost") àquela data, e foi objeto de testes de imparidade à data das demonstrações financeiras. O "Goodwill" deixou de ser amortizado a partir daquela data,

sendo contudo sujeito, pelo menos anualmente, a um teste de imparidade para verificar se existem perdas de imparidade.

O Goodwill é sujeito a testes de imparidade, numa base anual e é relevado ao custo, deduzido de perdas de imparidade acumuladas. Ganhos ou perdas decorrentes da venda de uma entidade incluem o valor do goodwill referente à mesma.

Qualquer perda por imparidade é registada imediatamente na demonstração da posição financeira como dedução ao valor do ativo e na demonstração de resultados na rubrica de Amortizações, depreciações e perdas por imparidade, não sendo posteriormente revertida.

Para efeitos de realização de testes de imparidade o goodwill é alocado às unidades geradoras de fluxos de caixa a que respeita. Cada uma dessas unidades geradoras de fluxos de caixa representa o investimento, do Grupo, em cada uma das áreas de negócio em que a mesma opera (ver nota 2.8), sendo o valor de uso determinado pela atualização dos fluxos de caixa futuros estimados para cada unidade geradora de caixa.

## 2.4. RELATO POR SEGMENTOS

Um segmento operacional é um grupo de ativos e operações envolvidos no fornecimento de produtos ou serviços num ambiente económico particular sujeitos a riscos e benefícios que são diferentes de outros segmentos.

Os segmentos operacionais reportados são consistentes com o reporte interno, produzido e disponibilizado aos Órgãos de Gestão do Grupo, designadamente à Comissão Executiva e Conselho de Administração.

É com base no reporte supra referido que os Órgãos de Gestão avaliam a performance operacional de cada segmento e tomam decisões sobre a imputação de recursos a cada segmento.

Em 2015, na sequência da reorganização estratégica, a administração definiu dois segmentos operacionais, mais em linha com um conceito sectorial ou de mercado, a saber: i) Saúde e Outros Mercados.

As políticas contabilísticas do relato por segmentos são as utilizadas pelo Grupo, sendo que todos os réditos intersegmentais são a preços de mercado e objeto de eliminação na consolidação.

A informação relativa aos segmentos identificados encontra-se detalhada na nota 5.

## 2.5. CONVERSÃO CAMBIAL

### 2.5.1. MOEDA FUNCIONAL E DE RELATO

Os elementos incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das entidades do Grupo são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em euros, sendo esta a moeda funcional e de apresentação da empresa mãe.

### 2.5.2. TRANSAÇÕES E SALDOS

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas em moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação das transações e da conversão, pela taxa à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda diferente do euro, são reconhecidos na demonstração dos resultados, exceto quando diferido em capital próprio, se se qualificarem como coberturas de fluxos de caixa.

### 2.5.3. EMPRESAS DO GRUPO

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo que possuam uma moeda funcional diferente da sua moeda de relato são convertidas para a moeda de relato como segue:

- » Os ativos e passivos de cada Balanço são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data das Demonstrações

Financeiras, sendo as respetivas diferenças de câmbio reconhecidas como componente separada no Capital Próprio, na rubrica reservas de conversão cambial.

- » Os rendimentos e os gastos de cada Demonstração de Resultados são convertidos pela taxa de câmbio média do período de reporte, a não ser que a taxa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas em vigor nas datas das transações, sendo neste caso os rendimentos e os gastos convertidos pelas taxas de câmbio em vigor nas datas das transações.

O *goodwill* e ajustamentos ao justo valor resultantes da aquisição de uma entidade estrangeira são tratados como ativos ou passivos da entidade estrangeira e convertidos à taxa de câmbio da data de encerramento.

## 2.6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são compostos, essencialmente, por edifícios, equipamento básico e administrativo. Os ativos fixos tangíveis são relevados ao custo de aquisição, líquido das depreciações acumuladas. Considera-se como custo de aquisição, os custos diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos (soma do respetivo preço de compra com os gastos suportados direta ou indiretamente para o colocar no seu estado atual).

Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do ativo ou são reconhecidos como um ativo separadamente, apenas quando seja provável a existência de benefícios económicos futuros associados ao bem e quando o custo puder ser fiavelmente mensurado. Todas as outras despesas de manutenção, conservação e reparação são registadas na demonstração dos resultados durante o período financeiro em que são incorridas.

As depreciações são calculadas pelo método da linha reta, durante as suas vidas úteis estimadas como se segue:

	Nº de anos
Edifícios e outras construções	5 a 50
Equipamento básico	3 a 10
Equipamento de transporte	3 a 6
Equipamento administrativo	3 a 10
Outras imobilizações corpóreas	3 a 10

O valor residual de um ativo e a sua vida útil são revistos e ajustados, caso necessário, na data de cada balanço.

Quando a quantia registada de um ativo é superior ao seu valor recuperável, esta é ajustada imediatamente para o seu valor recuperável (ver nota 2.8)

Os ganhos e as perdas nas alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o montante líquido registado e são incluídos no resultado do período.

## 2.7. ATIVOS INTANGÍVEIS

### 2.7.1. INTANGÍVEIS DESENVOLVIDOS INTERNAMENTE

As despesas de investigação, efetuadas na procura de novos conhecimentos técnicos ou científicos ou na busca de soluções alternativas, são reconhecidas em resultados quando incorridas. As despesas de desenvolvimento são reconhecidas como ativos intangíveis, quando: i) for demonstrável a exequibilidade técnica do produto ou processo em desenvolvimento, ii) o Grupo tiver a intenção e a capacidade de completar o seu desenvolvimento, iii) a viabilidade comercial esteja assegurada e iv) o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

As despesas de desenvolvimento anteriormente registadas como custo, não são reconhecidas como um ativo no período subsequente. Os custos de desenvolvimento que têm uma vida útil finita, e foram capitalizados, são amortizados desde o momento da sua comercialização, pelo método da linha reta, pelo período de benefício económico esperado que por norma não excede os cinco anos.

Os principais intangíveis desenvolvidos internamente estão relacionados com o desenvolvimento de produtos de software considerado identificável e único, controláveis pelo Grupo, e que se espera venham a gerar benefícios económicos, por um período de mais de um ano, superiores ao investimento efetuado.

Os gastos capitalizados nesta rubrica são valorizados em função dos gastos com mão-de-obra direta bem como os gastos diretamente associados aos mesmos e, os gastos incorridos com subcontratações de entidades externas.

## 2.7.2. ATIVOS INTANGÍVEIS – VIDA ÚTIL E MÉTODOS DE AMORTIZAÇÃO

**Propriedade intelectual e outros direitos** - Estes ativos encontram-se registados ao custo de aquisição. A rubrica de propriedade intelectual e outros direitos tem uma vida útil definida e é contabilizada ao custo deduzido de amortizações acumuladas. As amortizações são calculadas usando o método da linha reta por um período de 3 anos.

**Intangíveis adquiridos como parte de uma concentração de Atividades Empresariais** - Em 2010, e conforme divulgado no relatório e contas daquele exercício, resultante da aquisição da sociedade Consoft, a Glintt reconheceu separadamente no balanço consolidado, o valor dos ativos identificáveis à data da aquisição, os quais configuram ativos intangíveis, a saber:

- i. O Software aplicativo para gestão de farmácias “Farmatic” e,
- ii. A respetiva Carteira de Clientes.

Estes ativos permitirão gerar benefícios económicos futuros sendo o seu custo mensurado com fiabilidade pelo justo valor, apurado através do desconto dos fluxos de caixa líquidos futuros estimado pela Administração.

Relativamente ao Software “Farmatic”, os fluxos de caixa futuros que lhe estão associados são os contratos de utilizador final (contratos novos), e os contratos de atualização do Software, relativos a clientes/instalações surgidas após a data de aquisição daquela sociedade.

Relativamente à Carteira de Clientes, os fluxos de caixa futuros estão associados aos contratos de atualização de Software relativos à Carteira de Clientes/Instalações, existentes no momento da aquisição da sociedade.

Para a definição da vida útil destes ativos foram ponderados os seguintes fatores:

- i. Estabilidade do sector em que o ativo opera;
- ii. Os ciclos de vida típicos para o ativo e a informação pública sobre estimativas de vida útil de ativos semelhantes que sejam usados de forma semelhante;
- iii. O nível do dispêndio com manutenção/atualização exigido para obter os benefícios económicos futuros esperados do ativo e a capacidade e intenção para atingir esse nível; e
- iv. O período de controlo sobre o ativo e limites legais sobre o seu uso.

Tendo em conta os fatores acima mencionados, foi definido para o Software aplicativo “Farmatic”, uma vida útil finita de 10 anos, sendo o seu valor depreciado ao longo desse período, mediante aplicação do método da linha reta. Anualmente, o período e o método de amortização poderão ser revistos.

Ativos Intangíveis de vida útil definida	Nº anos de amortização
Propriedade intelectual e outros direitos	3 - 5
Intangíveis adquiridos concentração atividades (Software “Farmatic”)	10

Relativamente à Carteira de Clientes, este ativo é objeto de testes de imparidade anualmente ou sempre que exista indicação de que possa estar em imparidade. Para a realização dos testes de imparidade anual, consideramos como base, a proporção das instalações perdidas em cada ano face às instalações totais adquiridas.

Em 2017, resultante da aquisição da sociedade Qwerty Informática, SL, a Glintt reconheceu separadamente no balanço consolidado, um novo ativo identificável à data da aquisição, o que se consubstancia na sua “Carteira de Clientes”.

A avaliação deste novo ativo, seguiu os mesmos pressupostos, que os que se verificaram aquando da aquisição da empresa Consoft, nomeadamente:

- » Estes ativos permitirão gerar benefícios económicos futuros sendo o seu custo mensurado com fiabilidade pelo justo valor, apurado através do desconto dos fluxos de caixa líquidos futuros estimado pela Administração.
- » Para a definição da vida útil destes ativos foram ponderados os seguintes fatores:
  - » Estabilidade do sector em que o ativo opera;
  - » Os ciclos de vida típicos para o ativo e a informação pública sobre estimativas de vida útil de ativos semelhantes que sejam usados de forma semelhante;
  - » O nível do dispêndio com manutenção/atualização exigido para obter os benefícios económicos futuros esperados do ativo e a capacidade e intenção para atingir esse nível; e
  - » O período de controlo sobre o ativo e limites legais sobre o seu uso.

## 2.8. IMPARIDADE DE ATIVOS

Os ativos que não têm uma vida útil definida não estão sujeitos a amortização mas são objeto de testes de imparidade anuais. Os ativos que são sujeitos a amortização são revistos quanto à imparidade sempre que os eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram relevados possa não ser recuperável. Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia relevada do ativo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre justo valor do ativo, menos os gastos de realização, e o seu valor de uso. Para realização de testes de imparidade, os ativos são agrupados pelo menor grupo identificável de ativos que geram influxos de caixa derivados do uso continuado e que sejam, em larga medida, independentes dos influxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos (unidades geradoras de fluxos de caixa).

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se concluir que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram (com exceção das perdas de imparidade do goodwill – ver Nota 2.3.3). Esta análise é efetuada sempre que existem indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido.

A reversão de perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados na rubrica de Perdas por Imparidade. Contudo, a reversão de perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

## 2.9. INVENTÁRIOS

Os inventários, incluindo principalmente mercadorias, matérias-primas e subsidiárias, são registados ao mais baixo valor entre o custo e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para os colocar no seu local e na sua condição atual.

Os custos de financiamento são excluídos. O valor realizável líquido é o preço da venda estimado de acordo com as atividades normais de negócio, menos as despesas de venda imputáveis.

O método de custeio adotado para valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado.

## 2.10. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS DEVEDORES

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas para imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade das contas a receber são estabelecidas quando há evidência objetiva de que o Grupo não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das contas a receber. O valor da perda por imparidade é a diferença entre o valor apresentado e o valor presente estimado dos fluxos de caixa futuros, descontado à taxa de juro efetiva. O valor da perda por imparidade é reconhecido na demonstração dos resultados.

## 2.11. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidade inicial até 3 meses e descobertos bancários.

Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica “Empréstimos”.

## 2.12. CAPITAL SOCIAL

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão.

Quando a empresa ou as suas filiais adquirem ações próprias da empresa mãe, o montante pago é deduzido ao total dos capitais próprios atribuíveis aos acionistas, e apresentado como ações próprias, até à data em que estas são canceladas, reemitidas ou vendidas. Quando tais ações são subsequentemente vendidas ou reemitidas, o montante recebido é novamente incluído nos capitais próprios atribuíveis aos acionistas.

## 2.13. EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação incorridos. Os empréstimos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado; qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de custos de transação) e o valor amortizado é reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa efetiva.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se o Grupo possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço, sendo neste caso classificado no passivo não corrente.

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos são reconhecidos como gastos financeiros, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

## 2.14. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento inclui imposto corrente e imposto diferido. O imposto corrente sobre o rendimento é determinado com base nos resultados líquidos, ajustados em conformidade com a legislação fiscal vigente à data do balanço, considerando para os períodos intercalares a taxa anual efetiva de imposto estimada.

Os impostos diferidos são calculados com base na responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores contabilísticos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os impostos diferidos são determinados pelas taxas fiscais (e leis) decretadas ou substancialmente decretadas na data do balanço e, que se espera, sejam aplicáveis no período de realização do imposto diferido ativo ou de liquidação do imposto diferido passivo.

São reconhecidos impostos diferidos ativos sempre que exista razoável segurança de que serão gerados lucros futuros contra os quais poderão ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revistos periodicamente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

## 2.15. PROVISÕES

São constituídas provisões no balanço sempre que: i) o Grupo tenha uma obrigação presente, legal ou construtiva, resultante de um acontecimento passado; ii) seja provável que um exfluxo, razoavelmente estimável, de recursos incorporando benefícios económicos será exigida para liquidar esta obrigação e; iii) que o seu valor seja fiavelmente estimável. As provisões são revistas à data do balanço e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se deixar de ser provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos, seja necessário para liquidar a obrigação, a provisão é revertida.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

## 2.16. SUBSÍDIOS GOVERNAMENTAIS E DE OUTRAS ENTIDADES PÚBLICAS

Os subsídios são reconhecidos quando existe segurança de que o Grupo cumprirá as obrigações inerentes e o subsídio será recebido.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração dos resultados de forma sistemática durante o período em que são reconhecidos os custos que eles visam compensar.

Os subsídios relativos a investimentos em ativos fixos tangíveis são incluídos nos passivos não - correntes, como subsídios do estado diferidos, e são reconhecidos em resultados, numa base sistemática durante o período esperado de vida dos ativos correspondentes.

## 2.17. RECONHECIMENTO DO RÉDITO

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos e após eliminação das vendas internas. O rédito é reconhecido como segue:

### 2.17.1 VENDA

Os ganhos decorrentes das vendas de produtos (hardware, software, mobiliário e demais equipamentos) são reconhecidas quando uma entidade do Grupo forneça produtos ao cliente, o cliente aceite os produtos e a cobrança seja razoavelmente garantida.

### 2.17.2. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Geralmente os proveitos com projetos de consultoria são reconhecidos na data efetiva em que os serviços são prestados.

Os proveitos com projetos de consultoria em regime de contrato fechado, são reconhecidos através do método da percentagem de acabamento, com base nos totais de custos incorridos, estimativas de custos a incorrer e faturação contratada para conclusão dos mesmos, preparadas pelos responsáveis técnicos de cada projeto. Desta forma, para os projetos em curso à data de balanço, as rubricas acréscimos de gastos, gastos diferidos, acréscimos de rendimentos e rendimentos diferidos são ajustadas de forma a demonstrar o resultado de cada projeto no final do período.

### 2.17.3. MANUTENÇÃO / SUPORTE

Os rendimentos relacionados com contratos de manutenção/suporte são reconhecidos no período de contrato de acordo com o método da linha reta.

#### 2.17.4. JUROS

A receita de juros é reconhecida numa base de proporcionalidade de tempo que tome em consideração o rendimento efetivo do ativo. Quando uma conta a receber se encontra em imparidade, o Grupo reduz o seu valor contabilístico para o valor recuperável, sendo este igual ao valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efetiva original do instrumento. O desconto continua a ser reconhecido como rendimento financeiro.

#### 2.17.5. DIVIDENDOS

O rédito proveniente de dividendos deve ser reconhecido quando for estabelecido o direito da empresa a reconhecer o respetivo montante.

### 2.18. LOCAÇÕES

As locações são classificadas como locações operacionais se uma parcela significativa dos riscos e benefícios inerentes à posse do bem for retida pelo locador. Os pagamentos efetuados em locações operacionais (deduzidos de eventuais incentivos recebidos do locador) são refletidos na demonstração dos resultados, pelo método da linha reta, durante o período da locação.

No caso dos contratos de locação financeira, os ativos fixos tangíveis imobilizados adquiridos, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizadas pelo método financeiro. De acordo com este método o custo do ativo é registado nos ativos fixos tangíveis e a correspondente responsabilidade é registada no passivo. As amortizações daqueles bens e os juros incluídos no valor das rendas são registadas nos resultados do exercício a que respeitam.

Locações de ativos fixos tangíveis onde o Grupo tem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade são classificadas como locações financeiras. As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Cada pagamento efetuado é segregado entre o passivo em dívida e o encargo financeiro, de forma a obter-se uma taxa constante sobre a dívida em aberto.

As obrigações da locação, líquidas de encargos financeiros são incluídas em "Empréstimos". A parcela dos juros é levada a gastos financeiros no período da locação de forma a produzir uma taxa constante periódica de juros sobre a dívida remanescente em cada período. Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo ou o prazo da locação.

### 2.19. FÉRIAS, SUBSÍDIO DE FÉRIAS

De acordo com a legislação vigente, os trabalhadores têm, anualmente, direito a 22 dias úteis de férias, bem como a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Assim, estas responsabilidades são registadas no período em que os trabalhadores adquirem o respetivo direito, por contrapartida da demonstração de resultados, independentemente da data do seu pagamento, e o saldo por liquidar à data de balanço está relevado na rubrica de Valores a pagar correntes.

### 2.20. ENCARGOS FINANCEIROS COM EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros com empréstimos obtidos são registados como gasto financeiro de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros, resultantes de empréstimos contraídos para financiar os investimentos em ativos fixos, são imputados a ativos fixos em curso, na proporção dos gastos totais incorridos naqueles investimentos líquidos de recebimentos de subsídios ao investimento, até à entrada em funcionamento dos mesmos, sendo os restantes reconhecidos na rubrica de gastos financeiros na demonstração de resultados do exercício. Os eventuais proveitos por juros obtidos com empréstimos diretamente relacionados com o financiamento de ativos fixos em construção são deduzidos aos encargos financeiros capitalizáveis.

Os encargos financeiros incluídos nos ativos fixos são amortizados de acordo com o período de vida útil dos bens respetivos.

## 2.21. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Os passivos contingentes em que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja apenas possível, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo divulgados nas notas, a menos que a possibilidade de se concretizar a saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas mas são divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

## 2.22. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais.

## 2.23. RECLASSIFICAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Durante o exercício findo em 31Dez17, a Glintt GIT não procedeu a reclassificações de instrumentos, ao abrigo das emendas efetuadas à IAS 39 e IFRS 7, tal como adotadas pelo regulamento (CE) Nº 1004/2008, emitido em 15 de Outubro de 2008.

## 2.24. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Ativos não correntes são classificados como detidos para venda se o respetivo valor for realizável através da sua venda, ao invés de o ser através do seu uso continuado. Considera-se que esta situação se verifica apenas quando:

- » A venda é altamente provável;
- » O ativo está disponível para venda imediata nas suas atuais condições;
- » A gestão está comprometida com um plano de venda;
- » É expectável que a venda se concretize num prazo de doze meses

Operação descontinuada é um componente ou uma unidade de negócio que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distinguidos operacionalmente do restante da Entidade. A classificação de uma operação como descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda. Em 31 de dezembro de 2015 a Glintt classificou como operações descontinuadas as empresas alienadas no exercício de 2015 (Glintt – Technology Enabled Services, S.A., Glintt – Business Process Outsourcing, S.A. e Netpeople – Tecnologias de Informação S.A.) e as empresas Glintt Polska Sp. z.o.o e Solservice Angola, S.A. Em 31 de dezembro de 2016 a Glintt reexpressou as suas contas de 31 de dezembro de 2015 para refletir também como operações descontinuadas, os ativos relativos ao CPV de Évora, e que diziam respeito à sociedade Glintt Energy.

Ativos não correntes ou operações descontinuadas classificados detidos para venda são mensurados ao menor custo entre o valor contabilístico ou respetivo justo valor deduzido dos custos a incorrer na venda.

## 2.25. IMPOSTOS DIFERIDOS

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos relevados contabilisticamente e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço, não se procedendo ao respetivo desconto.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos somente quando for provável que lucros tributáveis estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Na data de cada balanço, é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

## 2.26. ACRÉSCIMOS ATIVOS E PASSIVOS

A Entidade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Acréscimos ativos" e "Acréscimos passivos".

## 2.27. DIFERIMENTOS ATIVOS E PASSIVOS

Estas rubricas refletem as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequado o seu integral reconhecimento nos resultados do período em que ocorrem, mas que devam ser reconhecidos nos resultados de períodos futuros.

## 2.28. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor e, subsequentemente são mensuradas ao custo.

# 3. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

As atividades do Grupo estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associados à taxa de juro.

## 3.1. RISCO DE CRÉDITO

As principais fontes de risco de crédito do Grupo são: caixa e equivalentes de caixa e exposição de crédito a clientes.

A nível de bancos e instituições financeiras, o Grupo seleciona as contra partes com quem faz negócio atendendo à credibilidade das entidades.

Em relação a clientes, o Grupo não tem concentrações de risco de crédito significativas e tem políticas que asseguram que as vendas e prestações de serviços são efetuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado que limitam o montante de crédito a que têm acesso os seus clientes.

Em 31 de dezembro de 2017, os saldos a receber de clientes representavam a seguinte estrutura de antiguidade:

	(Valores em Euros)	
	31-12-2017	31-12-2016
Valores Não Vencidos	8.889.661	8.418.312
de 1 a 180 dias	4.264.247	4.279.105
de 181 a 360 dias	939.626	1.351.181
de 361 a 720 dias	694.815	416.775
a mais de 721 dias	4.422.884	3.526.874
	<b>19.211.232</b>	<b>17.992.247</b>
<b>Imparidades</b>	<b>(3.771.524)</b>	<b>(2.911.781)</b>
<b>Saldo Líquido de Clientes</b>	<b>15.439.708</b>	<b>15.080.466</b>

Os valores evidenciados no quadro acima correspondem aos valores em aberto face às respetivas datas de vencimento.

Apesar de se constatar a existência de atrasos na liquidação de alguns valores, face às referidas datas de vencimento, tal facto não se traduz em situações de imparidade, para além das registadas pelo Grupo (3.771.524 euros).

	(Valores em Euros)				
	Total saldo clientes	Saldo sem imparidade	Saldo em imparidade	Valor da imparidade	Saldo Líquido Clientes
Valores Não Vencidos	8.889.661	8.889.661	-	-	8.889.661
de 1 a 180 dias	4.264.247	4.184.216	80.031	70.047	4.194.200
de 181 a 360 dias	939.626	525.083	414.544	389.964	549.662
de 361 a 720 dias	694.815	235.768	459.047	432.591	262.224
a mais de 721 dias	4.422.884	606.854	3.816.029	2.878.921	1.543.962
	<b>19.211.232</b>	<b>14.441.581</b>	<b>4.769.651</b>	<b>3.771.524</b>	<b>15.439.708</b>

Para efeitos da determinação da imparidade de cada ativo, a Glintt considerou a seguinte informação:

- i. Fornecida pela equipa interna de cobranças e controlo de crédito, a qual contacta diretamente os nossos clientes, e identifica o momento em que se produzirá ou não, um influxo monetário por parte daqueles, para liquidação as quantias vencidas.
- ii. Fornecida por parte da equipa de diretores e gestores de cliente, os quais, em virtude do feedback recebido por parte dos clientes relativamente ao negócio / operação que originou o débito dos montantes faturados, consegue transmitir o seu grau de conforto / desconforto, relativamente à evolução de cada contrato/ fatura em mora.

Dos valores em aberto, cerca de 4,6 milhões de euros traduzem a faturação emitida a entidades públicas.

### 3.2. RISCO DE LIQUIDEZ

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção da caixa e depósitos bancários a um nível suficiente, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a capacidade de liquidar posições de mercado. Relacionado com a dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria do Grupo pretende manter a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo as linhas de crédito disponíveis.

A liquidez dos passivos financeiros remunerados, bem como a liquidez inerente aos contratos de locação financeira operacional, originará os seguintes fluxos monetários:

2017	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Dividas a instituições financeiras	5.999.256	18.984.556	14.170.494
Suprimentos	-	-	1.000.000
Credores por locação financeira	22.618	57.165	-
Factoring	5.601.875	-	-
Confirming	5.467.653	-	-
ALD	884.938	1.488.113	-
	<b>17.976.340</b>	<b>20.529.834</b>	<b>15.170.494</b>

2016

	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Dividas a instituições financeiras	23.657.037	15.638.230	1.500.000
Credores por locação financeira	15.830	73.395	-
Factoring	3.614.174	-	-
Confirming	4.090.909	-	-
ALD	843.169	1.910.204	-
	<b>32.221.119</b>	<b>17.621.829</b>	<b>1.500.000</b>

As dívidas a instituições financeiras dizem respeito nomeadamente a empréstimos de MLPrazo e utilização de crédito relativas a contas correntes caucionadas, as quais na data de encerramento do exercício revestiam natureza contratual de obrigações financeiras de curto prazo.

Assim, a 31 de dezembro de 2017, os passivos correntes refletidos no balanço eram superiores aos ativos correntes em cerca de 17.776 mil euros.

Por forma a mitigar o risco de liquidez, a Glintt iniciou em 2016 um processo de reestruturação da dívida o qual veio a ser concluído em Março de 2017, onde se destacam os seguintes alterações:

1. Conversão de contas correntes caucionadas em financiamentos de médio longo prazo
2. Alteração das condições de revisão de parte das contas correntes caucionadas, conferindo-lhes substancia equivalente a contas de medio longo prazo
3. Alteração das maturidades dos financiamentos de médio longo prazo
4. Redução do custo do capital médio do capital

As linhas de crédito representam reservas de liquidez de curto prazo, e os montantes são os que se detalham:

	Valor disponível	Valor utilizado	Valor por utilizar
Linhas de crédito e outros produtos de natureza financeira	37.988.000	21.467.569	16.520.431

### 3.3. RISCO DE FLUXOS DE CAIXA E DE JUSTO VALOR ASSOCIADOS À TAXA DE JURO

A exposição do Grupo ao risco da taxa de juro, advém essencialmente dos financiamentos obtidos e demais produtos de tesouraria, como sejam as linhas de apoio a fornecedores e factoring, os quais tendo associado uma taxa de juro de referência, expõem o grupo a riscos de cash-flow.

Em 31 de Dezembro de 2017, o saldo entregue a empresas de factoring ascendia a 3.499 mil euros, cujo adiantamento refletido em empréstimos ascendia a 3.365 mil euros.

A exposição ao risco é analisada de forma dinâmica, realizando-se testes de sensibilidade a variações da taxa de juro, fundamentalmente à euribor, sendo que alterações na taxa de juro do mercado afetam ganhos ou perdas de instrumentos financeiros.

Baseadas nas simulações efetuadas a 31 de Dezembro de 2017, uma subida ou descida de 50 pontos base nas taxas de juro teria um impacto negativo ou positivo nos resultados antes de impostos, mantendo tudo o resto constante, de cerca de 171 mil euros.

## 4. ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E PRESSUPOSTOS CRÍTICOS

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites requer o uso de estimativas e pressupostos que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de proveitos e custos durante o período de relato. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, os resultados finais podem, em última instância, diferir destas estimativas.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico dos ativos e passivos no exercício seguinte são apresentadas abaixo:

### 4.1. ESTIMATIVA DA IMPARIDADE DO GOODWILL

O Grupo testa anualmente se o goodwill se encontra em imparidade, de acordo com a política contabilística referida na Nota 2. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de fluxos de caixa foram calculados de acordo com o seu valor em uso. Estes cálculos requerem o uso de estimativas.

### 4.2. IMPOSTOS DIFERIDOS

O Grupo contabiliza impostos diferidos ativos com base nos prejuízos fiscais existentes à data de balanço e no cálculo de recuperação dos mesmos. Estes cálculos requerem o uso de estimativas.

### 4.3. RÉDITO

O reconhecimento do rédito pelo Grupo é feito com recurso a análises e estimativas da gestão no que concerne ao desenvolvimento atual e futuro dos projetos de consultoria, os quais podem vir a ter um desenvolvimento futuro diferente do orçamentado à presente data.

### 4.4. CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

Sempre que o desfecho dos contratos de construção possa ser fiavelmente estimado, o rédito do contrato e os gastos do contrato associados, são reconhecidos com referência à fase de acabamento da atividade do contrato, à data do balanço. Quando for provável que os custos totais do contrato excedam o rédito total do mesmo, a perda esperada é reconhecida como um gasto.

Em 31 de Dezembro de 2017, os contratos de construção em curso, advêm essencialmente dos projetos afetos à área de infra estruturas e suporte, sendo que:

- » Os gastos reconhecidos ascendiam a 3.204.613 euros; 2.322.591 euros em 2016
- » Os ganhos reconhecidos ascendiam a 4.511.533 euros; 3.727.700 euros em 2016, e
- » Não foram recebidos quaisquer adiantamentos ou efetuadas quaisquer retenções.

## 5. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

A IFRS 8 – Segmentos Operacionais, vem estabelecer os princípios para divulgação de informação sobre os segmentos operacionais de uma entidade, assim como dos seus produtos e serviços, dos seus mercados geográficos e dos seus principais clientes, de aplicação obrigatória após 1 de Janeiro de 2009, substituindo a IAS 14 – Relato por Segmentos, sendo que as alterações introduzidas apesar de conduzirem a divulgação adicional de informação sobre cada segmento de negócio, não alteraram significativamente a forma como têm vindo a ser apresentados os segmentos operacionais do Grupo.

Este normativo internacional impõe a identificação e reporte operacional, atendendo aos segmentos cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões da entidade para efeitos da tomada de decisões sobre a imputação de recursos ao segmento e da avaliação do seu desempenho.

O grupo está organizado em três mercados, Farma, HealthCare e Corporate, os quais para efeito de reporting se organizam em dois segmentos operacionais, definidos numa lógica de destinatários da solução ou cliente final:

- » Saúde
- » Outros Mercados

De acordo com a alínea b) do parágrafo 22 da IFRS 8, uma entidade deve divulgar os tipos de produtos e serviços a partir dos quais cada segmento relatável obtém os seus réditos.

Desta forma, e de maneira não exaustiva, referimos que os produtos e serviços alocados a cada segmento relatável são os seguintes:

## SAÚDE

- i. Dispõe de uma oferta global de soluções para farmácia, a qual engloba nomeadamente:
  - > Venda de equipamentos, mobiliário, consumíveis e soluções de robótica;
  - > Desenvolvimento de projetos de arquitectura, desenho e conceção de lay-out e imagem para farmácias, formação, manutenção de equipamentos e realização de projetos de consultoria, serviços estes, pensados para criar espaços de saúde onde a arquitectura comercial e a rentabilidade coexistam com as novas tecnologias.
- ii. Dispõe igualmente uma oferta global e integrada de serviços de consultoria e fornecimento de software de gestão para o sector da saúde, a qual engloba nomeadamente:
  - > Licenciamento de soluções de software próprias para os diversos prestadores de cuidados de saúde, quer sejam clínicas, hospitais, farmácias e outros organismos do ministério da saúde;
  - > Prestação de serviços de consultoria, desenvolvimento, implementação, e manutenção de software para o sector da saúde.

## OUTROS MERCADOS

- i. Dispõe de uma oferta diversificada de serviços de consultoria tecnológica, implementação de ERPs, integração de sistemas, desenvolvimento de aplicações à medida, assentes num vasto portfólio de soluções próprias.
- ii. Implementação, desenvolvimento e integração de plataformas de parceiros com especial relevo para o BPM, ERP, BI e soluções de Mobilidade.
- iii. Integração de Infra-estruturas de IT, bem como o seu suporte, nomeadamente nas áreas de networking, segurança, sistemas de storage e database management.

A informação solicitada no parágrafo 129 da IAS 36 encontra-se reportada na linha "Outros itens materiais que não dão origem a fluxos de caixa", sendo que os valores que constam nessa rubrica correspondem ao montante das imparidades registadas (nota 31).

Relativamente ao parágrafo 34 da IFRS 8, entendemos não ser o mesmo aplicável à emitente, uma vez que não existe dependência desta relativamente aos seus principais clientes, pois não existem réditos provenientes das transações com um único cliente externo que representem 10% ou mais dos réditos totais.

(Valores em Euros)

	dez/17	dez/16	dez/17	dez/16	dez/17	dez/16
	Saúde		Outros Mercados		Total	
<b>Réditos Operacionais</b>						
Externos	50.695.423	47.999.139	20.311.228	18.095.395	71.006.651	66.094.534
Intra-Segmentos	146.156	206.734	0	0	146.156	206.734
	<b>50.841.579</b>	<b>48.205.873</b>	<b>20.311.228</b>	<b>18.095.395</b>	<b>71.152.807</b>	<b>66.301.268</b>
<b>Gastos Operacionais</b>						
Externos	47.555.188	43.255.296	20.152.545	17.474.232	67.707.733	60.729.528
Intra-Segmentos	0	0	146.156	206.734	146.156	206.734
	<b>47.555.188</b>	<b>43.255.296</b>	<b>20.298.701</b>	<b>17.680.966</b>	<b>67.853.889</b>	<b>60.936.262</b>
<b>Resultado Operacional Segmento</b>	<b>3.286.390</b>	<b>4.950.577</b>	<b>12.528</b>	<b>414.428</b>	<b>3.298.918</b>	<b>5.365.005</b>
Ganhos Financeiros	73.834	77.887	281	6.344	74.115	84.231
Perdas Financeiras	2.800.435	2.736.333	10.675	211.673	2.811.110	2.948.006
Ganhos em empresas do Grupo	761.725	0	2.904	0	764.629	0
<b>Resultados antes de impostos das operações continuadas</b>	<b>1.321.514</b>	<b>2.292.131</b>	<b>5.038</b>	<b>197.906</b>	<b>1.326.552</b>	<b>2.490.037</b>
Imposto sobre lucros	(687.756)	247.733	(2.622)	20.178	(690.378)	267.911
<b>Resultados depois de impostos das operações continuadas</b>	<b>633.758</b>	<b>2.539.864</b>	<b>2.416</b>	<b>218.084</b>	<b>636.173</b>	<b>2.757.948</b>
Perdas com operações descontinuadas					31.124	(2.181.790)
<b>Resultado antes dos interesses que não controlam</b>	<b>633.758</b>	<b>2.539.864</b>	<b>2.416</b>	<b>218.084</b>	<b>667.297</b>	<b>576.158</b>
Resultado atribuível a interesses que não controlam	159.114	192.885			159.114	192.885
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>474.644</b>	<b>2.346.979</b>	<b>2.416</b>	<b>218.084</b>	<b>508.183</b>	<b>383.273</b>
<b>Outras Informações (demonstração de resultados)</b>						
Depreciações e Amortizações					(2.950.252)	(2.390.086)
Out. Itens materiais que não dão origem a fluxos de caixa					91.852	1.015.835
<b>Outras Informações (posição financeira)</b>						
Ativos do Segmento	126.427.203	115.571.253	39.509.250	44.877.802	165.936.453	160.449.055
Ativos Operações Descontinuadas					86.371	338.908
<b>Total do Ativo Consolidado</b>					<b>166.022.824</b>	<b>160.787.963</b>
Investimentos em ativos tangíveis	661.783	75.482	20.003	21.442	681.786	96.924
Investimentos em ativos intangíveis	5.516.240	1.738.149	1.216.604	839.979	6.732.844	2.578.128
Passivos do Segmento	87.287.450	75.585.839	4.370.149	10.792.493	91.657.599	86.378.332
<b>Passivos Operações Descontinuadas</b>					<b>168.240</b>	<b>429.644</b>
<b>Total do Passivo Consolidado</b>					<b>91.825.839</b>	<b>86.807.976</b>

Os resultados, ativos e passivos de cada segmento correspondem aos que lhes são diretamente atribuídos, bem como aos que lhes são atribuídos numa base razoável de imputação.

Relativamente às áreas geográficas, foram identificados os seguintes segmentos:

2017							(Valores em Euros)
	Portugal	Espanha	Angola	Brasil	Resto Europa	Outros	Total
Réditos	51.345.206	17.032.212	546.068	570.237	1.413.995	98.932	<b>71.006.651</b>
Ativos não correntes							
Ativos fixos tangíveis	814.560	282.768	557.387	0	0	0	<b>1.654.715</b>
Goodwill	86.398.488	0	0	0	0	0	<b>86.398.488</b>
Ativos fixos intangíveis	37.239.473	425.506	0	0	0	0	<b>37.664.979</b>
Ativos por impostos diferidos	5.767.012	175.817	204.976	0	48.387	0	<b>6.196.193</b>

No segmento Outros incluíram-se os seguintes mercados: América do Sul e Central e África.

2016							(Valores em Euros)
	Portugal	Espanha	Angola	Brasil	Resto Europa	Outros	Total
Réditos	47.346.092	13.823.821	1.463.195	778.941	2.490.743	191.741	<b>66.094.534</b>
Ativos não correntes							
Ativos fixos tangíveis	906.133	239.990	672.702	0	0	0	<b>1.818.825</b>
Goodwill	85.072.888	0	0	0	0	0	<b>85.072.888</b>
Ativos fixos intangíveis	35.552.997	309.102	2.643	0	0	0	<b>35.864.742</b>
Ativos por impostos diferidos	4.997.454	147.452	594.023	0	0	0	<b>5.738.929</b>

## 6. EMPRESAS INCLUÍDAS E EXCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas incluídas na consolidação pelo método integral à data de 31 de Dezembro de 2017, eram as seguintes:

2017				(Valores em Euros)
	Sede Social	Capital Social		%
Glantt – Global Intelligent Technologies, S.A.	Sintra	86.962.868		-
Glantt - Business Solutions, Lda	Sintra	10.000.000		100
Glantt - Healthcare Solutions, SA	Porto	1.992.000		100
Sol-S e Solsuni - Tecnologias de Informação, SA	Lisboa	5.000.000		100
Pulso Informatica, SLU	Madrid	10.818		100
Solservice Angola, Lda	Luanda	5.000 USD		100
Glantt Angola, Lda	Luanda	5.001 USD		100
Consoft, SA	Madrid	217.562		100
Farmasoft, SL	Madrid	48.081		55
Glantt España, SL	Madrid	50.000		100
Glantt INOV, SA	Porto	50.000		100
Glantt Polska Sp. z.o.o	Varsóvia	100.000 PLN		100
Glantt Brasil LTDA	São Paulo	1.200.000 BRL		99,99
Glantt UK, Limited	Londres	25.000 GBP		100
Glantt Ireland Solutions, Limited	Dublin	30.000 EUR		100
Qwerty Informática, S.L.	Valencia	3 245 EUR		100
Qwerty Farma, S.L.	Valencia	6.000 EUR		100

\*Empresas incluídas em operações descontinuadas

Em 30/05/2017 ocorreu a dissolução e encerramento da liquidação da RHM. Devido à saída do perímetro de consolidação efetuou-se a reclassificação das rubricas de Rendimentos e Ganhos para a rubrica de operações descontinuadas com um impacto de cerca de 11 mil euros no comparativo da Demonstração de Resultados.

Em setembro de 2017 foram adquiridas as empresas Qwerty Informática, S.L. e Qwerty Farma, S.L., sedeadas em Valencia e ambas detidas a 100% pela Glintt Espanha.

Em dezembro de 2017 ocorreu a fusão por incorporação das sociedades Glintt MSV e Glintt Energy na Glintt GIT.

## 2016

	Sede Social	Capital Social	(Valores em Euros %)
Glintt – Global Intelligent Technologies, S.A.	Sintra	86.962.868	-
Glintt - Business Solutions, Lda	Sintra	10.000.000	100
Glintt - Healthcare Solutions, SA	Porto	1.992.000	100
Sol-S e Solsuni - Tecnologias de Informação, SA	Lisboa	5.000.000	100
RHM, Management de Recursos Humanos, Lda	Sintra	100.000	100
Pulso Informatica, SLU	Madrid	10.818	100
Solservice Angola, Lda	Luanda	5.000 USD	100
Glintt Angola, Lda	Luanda	5.001 USD	100
Consoft, SA	Madrid	217.562	100
Farmasoft, SL	Madrid	48.081	55
Glintt Energy, SA	Évora	50.000	100
Glintt Espanha, SL	Madrid	50.000	100
Glintt INOV, SA	Porto	50.000	100
Glintt Polska Sp. z.o.o	Varsóvia	100.000 PLN	100
Glintt Brasil LTDA	São Paulo	1.200.000 BRL	99,99
Glintt MSV - Conceção, Integração e Gestão de Infraestruturas Tecnol., S.A.	Sintra	750.000	100
Glintt UK, Limited	Londres	25.000 GBP	100
Glintt Ireland Solutions, Limited	Dublin	30.000 EUR	100

\* Empresas incluídas em operações descontinuadas

Em setembro de 2016 foram constituídas as empresas “Glintt UK, Limited” e “Glintt Ireland Solutions, Limited”, sedeadas respetivamente em Londres e Dublin, sendo ambas as sociedades detidas a 100% pela Glintt – Global Intelligent Technologies, SA.

## 7.ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

	31.12.17			31.12.16		
	Custo	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido	Custo	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Edifícios e out. construções	1.831.447	1.095.810	735.637	1.941.890	1.090.710	851.180
Equipamento básico	3.820.298	3.445.296	375.002	3.836.496	3.405.443	431.053
Equipamento de transporte	610.912	570.252	40.661	374.825	374.825	0
Equip. administrativo	2.617.061	2.225.877	391.184	2.588.737	2.195.346	393.390
Outras imob. corpóreas	342.159	229.928	112.231	380.090	236.888	143.202
	<b>9.221.877</b>	<b>7.567.163</b>	<b>1.654.715</b>	<b>9.122.038</b>	<b>7.303.213</b>	<b>1.818.825</b>

	Saldo em 01.01.17	Aquisições/ Dotações	Abates/ Alienações	Trans- ferências	Acertos cambiais	Saldo em 31.12.17
<b>Custo</b>						
Edifícios e outras construções	1.941.890	27.089	0	0	(137.531)	1.831.447
Equipamento básico	3.836.496	62.204	(77.965)	0	(437)	3.820.298
Equipamento de transporte	374.825	338.156	(81.545)	0	(20.523)	610.912
Equipamento administrativo	2.588.737	254.337	(220.103)	0	(5.909)	2.617.061
Outras imobilizações corpóreas	380.090	0	(34.587)	0	(3.345)	342.159
	<b>9.122.038</b>	<b>681.786</b>	<b>(414.201)</b>	<b>0</b>	<b>(167.746)</b>	<b>9.221.875</b>
<b>Amortizações acumuladas</b>						
Edifícios e outras construções	1.090.710	46.200	(741)	21.456	(61.815)	1.095.810
Equipamento básico	3.405.443	119.793	(80.592)	599	54	3.445.297
Equipamento de transporte	374.825	0	(81.545)	297.778	(20.806)	570.252
Equipamento administrativo	2.195.346	174.361	(231.518)	93.240	(5.552)	2.225.877
Outras imobilizações corpóreas	236.888	4.451	(11.413)		0	229.926
	<b>7.303.213</b>	<b>344.805</b>	<b>(405.809)</b>	<b>413.072</b>	<b>(88.119)</b>	<b>7.567.163</b>

	Saldo em 01.01.16	Aquisições/ Dotações	Abates/ Alienações	Trans- ferências	Acertos cambiais	Saldo em 31.12.16
<b>Custo</b>						
Edifícios e outras construções	2.152.229				(210.339)	1.941.890
Equipamento básico	3.893.533	21.260		(77.658)	(639)	3.836.496
Equipamento de transporte	406.467			0	(31.642)	374.825
Equipamento administrativo	2.447.468	75.221	(2.943)	76.117	(7.127)	2.588.737
Outras imobilizações corpóreas	385.759	443	(2.272)	1.541	(5.380)	380.090
	<b>9.285.456</b>	<b>96.924</b>	<b>(5.215)</b>	<b>0</b>	<b>(255.127)</b>	<b>9.122.038</b>
<b>Amortizações acumuladas</b>						
Edifícios e outras construções	1.078.052	90.689			(78.031)	1.090.710
Equipamento básico	3.299.967	122.673		(17.178)	(18)	3.405.442
Equipamento de transporte	388.409	15.296			(28.880)	374.825
Equipamento administrativo	2.003.893	184.129	(2.695)	17.178	(7.158)	2.195.346
Outras imobilizações corpóreas	231.802	5.086			0	236.888
	<b>7.002.123</b>	<b>417.872</b>	<b>(2.695)</b>	<b>0</b>	<b>(114.087)</b>	<b>7.303.212</b>

Os contratos de locação financeira estão relevados da seguinte forma:

**31.12.17**

Bem	Valor Aquisição	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Edifícios	86.124	4.201	81.924
Viaturas	34.449	8.722	25.727
	<b>120.573</b>	<b>12.923</b>	<b>107.651</b>

Bem	31.12.16		
	Valor Aquisição	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Edifícios	86.124	2.262	83.862
	<b>86.124</b>	<b>2.262</b>	<b>83.862</b>

## 8. GOODWILL

	31.12.17			31.12.16		
	Custo	Imparidades	Valor líquido	Custo	Imparidades	Valor líquido
Goodwill	<b>86.822.888</b>	<b>1.750.000</b>	<b>85.072.888</b>	<b>86.822.888</b>	<b>1.750.000</b>	<b>85.072.888</b>

O valor de Goodwill existente à data de 31 de Dezembro de 2017 ascende a 85.073 mil euros líquidos dizendo respeito às seguintes operações:

Goodwill	Valor
Eurociber (2000)	18.098.387
WEN (2005)	9.368.062
Sols e Solsuni (2007)	3.601.775
Bytecode (2007)	6.310.267
Glintt HS (2008)	9.813.901
Pulso Informática (2008)	3.260.281
EHC (2008)	1.472.458
Glintt Angola (2008)	351.151
Consiste - SGPS (2008)	32.796.605
	<b>85.072.888</b>

### Teste de imparidade do Goodwill

Na sequência do processo de reorientação estratégica, que se materializou em 2015 na venda de 3 sociedades cujo objeto social foi considerado não core para o grupo e na descontinuação de segmentos não core como sejam o negócio dos data centers em Angola, a Glintt registou naquele exercício uma diminuição do valor do goodwill que ascendeu a 34 milhões de euros.

Em 2016, e dando continuidade à estratégia de reorganização operacional, a Glintt procedeu à alienação de um conjunto de ativos afetos à produção de energia solar fotovoltaica de concentração, atividade igualmente não core para o grupo, no entanto estes ativos não tinham qualquer valor de goodwill associado.

Em 2017, e conforme atrás mencionado o balanço consolidado da sociedade refletia um goodwill global de 85.073 milhares de euros, dos quais 73.580 milhares de euros estão alocados ao segmento saúde, e o restante, ou seja, 11.493 milhares de euros estão alocados ao segmento de Outros Mercados.

Com efeito, em 2017 foi revista a alocação do goodwill aos dois segmentos, conforme previsto nos parágrafos 72 e 73 da norma IAS 36, nomeadamente em resultado da redefinição dos processos de comercialização das soluções tecnológicas do segmento Saúde, por alteração do conceito de negócio, beneficiando agora este segmento de know-how inerente ao goodwill anteriormente afeto em exclusivo ao segmento Outros Mercados.

Cada um destes segmentos constitui uma unidade geradora de caixa, sendo o apuramento do valor presente dos fluxos de caixa futuros, aquele que se resume na seguinte tabela.

Cenários	C1	C2	C3
WACC 2017	6,92%	7,95%	8,15%
GW Saúde	73.579.643	73.579.643	73.579.643
Valor de Uso Saúde 2017	104.311.827	87.841.186	85.164.891
Imparidade (<0)	0	0	0
GW Outros mercados	11.493.245	11.493.245	11.493.245
Valor de Uso Outros Mercados 2017	21.939.131	17.379.763	16.680.449
Imparidade (<0)	0	0	0
Imparidade a reconhecer FY'17	0	0	0

Sendo o valor recuperável de uma unidade geradora de caixa baseado no cálculo do valor em uso, concluímos que confrontando o valor contabilístico com o valor em uso de cada unidade, é verosímil a recuperação daqueles montantes.

O apuramento do valor presente dos fluxos de caixa de cada unidade segue a seguinte metodologia:

- » Aferição dos resultados previsionais de cada área, antes de impostos, e das respetivas necessidades de fundo de maneiio; preparados a partir de projeções financeiras elaboradas e apresentadas pela Administração ao longo de um período de cinco anos.
- » Aferição do valor presente dos fluxos de caixa futuros, determinado com base em crescimentos em perpetuidade diferenciados igualmente para cada unidade geradora de caixa, a saber:
  - » Saúde 1%
  - » Outros Mercados 2,5%
- » Aferição do valor de uso de cada unidade, considerando 3 cenários distintos para cálculo do WACC

Os resultados previsionais de cada área são projetados em linha com as orientações estratégicas do Grupo, quer em termos de crescimento do volume de negócio, quer em termos da consolidação e preservação de adequados níveis de rentabilidade operacional (EBITDA).

Neste contexto, cada mercado ou segmento operacional, tem presente um plano de desenvolvimento próprio em linha com o seu estágio de maturidade e crescimento, como aliás se compreende pelas taxas de perpetuidade escolhidas para apuramento dos cash-flows descontados futuros.

Assim, os responsáveis pelo sector da saúde traduzem no seu plano de negócios um conjunto de medidas e iniciativas que refletem a sua ambição de manter a atual posição de liderança no mercado em que atuam e que passam pelo investimento contínuo em inovação tecnológica, pela procura de soluções diferenciadoras e com maior foco no utilizador final, dedicando igualmente esforço na gestão das equipas que diariamente promovem e pensam a melhoria contínua dos níveis de serviço que são prestados.

O segmento "Outros Mercados" pelo conjunto de valências e competências tecnológicas que agrega tem permitido ao grupo estabelecer relações duradouras e de parceria, junto de clientes dos diversos sectores, desde as telecomunicações, à banca e à administração pública, sendo a sua ambição o crescimento em volume de negócios e margem ebitda. Nesta medida, os planos de negócios deste segmento refletem um conjunto de medidas, tais como, maior investimento em recursos humanos, quer pela via da contratação quer pela via da capacitação técnica; investimento selectivo em projetos de I+D com o contínuo desenvolvimento de soluções próprias que lhes permitem diferenciação e maior aporte de valor para o utilizador final; investimento no mercado internacional, com seleção cuidada das geografias e modelos que incluem soluções de *Near Shore*.

Neste contexto, os crescimentos projetados para cada um dos segmentos operacionais é o seguinte:

- » Saúde 8,5%
- » Outros Mercados 13,38%

No que diz respeito à atualização dos fluxos de caixa operacionais de cada unidade, a Glintt preparou três cenários distintos para cálculo da WACC, pois considera esta taxa, um elemento chave na determinação dos Fluxos de Caixa Futuros, e consequente aferição de eventual imparidade do Goodwill.

Assim, foram preparados três cenários distintos para determinação da WACC, a saber:

#### Pressupostos C1:

1. Custo Médio da Dívida Glintt contratualizado em 2017
2. Leverage financeiro - Contas consolidadas da Glintt de Dezembro de 2017
3. Taxa de OT a 10 anos de Portugal - última emissão de dívida pública (@14 Fev 18)
4. Prémio de risco do mercado (fonte: Damodaran)

#### Pressupostos C2:

1. Custo Médio da Dívida Glintt contratualizado em 2017
2. Leverage financeiro - Contas consolidadas preliminares da Glintt de Dezembro de 2017
3. Taxa de OT a 10 anos da Alemanha @ 27-02-2018
4. Prémio de risco do mercado (fonte: Damodaran), acrescido do prémio/spread das OT 10 anos de Portugal sobre OT 10 anos Alemanha (@27-02-2018), com adicional 100bp

#### Pressupostos C3:

1. Custo Médio da Dívida Glintt contratualizado em 2017
2. Leverage financeiro - Contas consolidadas preliminares da Glintt de Dezembro de 2017
3. Taxa no mercado secundário das Obrigações do Tesouro a 10 anos de Portugal em 27-02-2018, com crp (country risk premium) adicional de 200 bp
4. Prémio de risco do mercado (fonte: Damodaran)

As variáveis introduzidas na WACC apurada no Cenário 2 e que serviram de base à determinação do Custo de Oportunidade do Capital Próprio foram as seguintes:

- » Taxa de juro sem risco a longo prazo de 0,678%
- » Unlevered Beta do setor de Computer Services do mercado europeu
- » Prémio de risco do mercado português de 7,407% (10,32% em 2016)

Foi considerado um Custo do Capital Alheio de 5,25% e o nível de Leverage Financeiro com base no Balanço de 2017.

A tabela abaixo resume os pressupostos e valores utilizados nos três cenários.

#### CÁLCULO DO CUSTO MÉDIO PONDERADO DE CAPITAL (WACC)

Cenários		C1	C2	C3		
	$CAPM = re = rf + \beta_L * (rm - rf)$					
rf + crp	Taxa de juro sem risco longo prazo (3)	2,046%	0,678%	4,005%		
bL	Levered Beta $\beta_L = \beta_u * \{1 + [D/E * (1-t)]\}$	1,29	1,29	1,29		
D/E	Levered Contabilístico	0,59	0,59	0,59	D=	40.503
bu	Unlevered Beta	0,8851	0,8851	0,8851	E=	68.385
(rm-rf)	Prémio de Risco do Mercado (4)	5,080%	7,407%	5,080%	(E+D)=	108.888
re	<b>Custo de Oportunidade do Capital Próprio (CAPM)</b>	<b>8,607%</b>	<b>10,244%</b>	<b>10,566%</b>		
	$WACC = [(1-L) * re] + [L * rd * (1-t)]$					
re	<b>Custo de Oportunidade do Capital Próprio (CAPM)</b>	<b>8,607%</b>	<b>10,244%</b>	<b>10,566%</b>		
rd	Custo da Dívida (1)	5,253%	5,253%	5,253%		
L	Leverage Financeiro Target = $[D/(D+E)]$ (2)	37,20%	37,20%	37,20%	D=	40.503
t	taxa de imposto	22,500%	22,500%	22,500%	E=	68.385
	<b>WACC</b>	<b>6,919%</b>	<b>7,948%</b>	<b>8,150%</b>	<b>(E+D)=</b>	<b>108.888</b>

(1) Custo Médio da Dívida Glintt

(2) Leverage financeiro - Contas consolidadas da Glintt de Dezembro de 2017

(3) Taxa de OT a 10 anos da Alemanha @ 27-02-2018

(4) Prémio de risco do mercado (fonte: Damodaran), acrescido do prémio/spread das OT 10 anos de Portugal sobre OT 10 anos Alemanha (@27-02-2018), com adicional 100bp

Por último, e uma vez que a Administração considera que outro dos pressupostos chave na determinação do valor presente dos fluxos de caixa dos segmentos é a taxa de crescimento na perpetuidade, o Grupo procedeu igualmente a realização de testes de sensibilidade para aferição do impacto de uma eventual redução na determinação do valor de uso das unidades geradoras de caixa. Assim, assumindo um contexto mais desfavorável, a atualização dos fluxos de caixa futuros de cada unidade operacional continuaria a revelar-se superior à quantia escriturada nas contas de 31 de Dezembro, se se utilizassem as seguintes taxas de crescimento na perpetuidade:

- » Saúde 0,75% (redução 0,25)
- » Outros Mercados 2,25% (redução 0,25)

## 9. ATIVOS INTANGÍVEIS

	31.12.17			31.12.16		
	Custo	Amortizações Acumuladas e Imparidades	Valor Líquido	Custo	Amortizações Acumuladas e Imparidades	Valor Líquido
Intangíveis desenvolvidos internamente	18.193.481	10.322.338	7.871.143	13.944.200	8.111.438	5.832.762
Programas de Computador	250.781	77.865	172.916	0	0	0
Propriedade intelectual e outros direitos	1.957.286	1.328.713	628.573	1.728.636	1.213.823	514.814
Intangíveis adquiridos concentração atividades (vida útil indefinida)	31.325.600	1.436.229	29.889.371	30.000.000	1.125.693	28.874.307
Intangíveis adquiridos concentração atividades (vida útil finita)	2.142.857	1.714.282	428.575	2.142.857	1.499.997	642.860
	<b>53.870.006</b>	<b>14.879.427</b>	<b>38.990.579</b>	<b>47.815.693</b>	<b>11.950.951</b>	<b>35.864.742</b>
	<b>Saldo em 01.01.17</b>	<b>Aquisições/ dotações</b>	<b>P. Imparidade/ abates</b>	<b>Transferências</b>	<b>Acertos cambiais</b>	<b>Saldo em 31.12.17</b>
<b>Custo</b>						
Intangíveis desenvolvidos internamente	13.944.200	4.249.281	0	0	0	18.193.481
Programas de Computador	0	48.075	0	202.706	0	250.781
Propriedade intelectual e outros direitos	1.728.636	432.633	0	(202.706)	-1.277	1.957.286
Intangíveis adquiridos concentração atividades (vida útil indefinida)	30.000.000	1.325.600	0	0	0	31.325.600
Intangíveis adquiridos concentração atividades (vida útil finita)	2.142.857	0	0	0	0	2.142.857
	<b>47.815.693</b>	<b>6.055.589</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-1.277</b>	<b>53.870.006</b>
<b>Amortizações e imparidades acumuladas</b>						
Intangíveis desenvolvidos internamente	8.111.438	2.210.900	0	0	0	10.322.338
Programas de Computador	0	64.217	0	13.648	0	77.865
Propriedade intelectual e outros direitos	1.213.823	116.045	0	0	-1.155	1.328.713
Intangíveis adquiridos concentração atividades (vida útil indefinida)	1.125.693	0	310.536	0	0	1.436.229
Intangíveis adquiridos concentração atividades (vida útil finita)	1.499.997	214.285	0	0	0	1.714.282
	<b>11.950.951</b>	<b>2.605.447</b>	<b>310.536</b>	<b>13.648</b>	<b>-1.155</b>	<b>14.879.427</b>

	Saldo em 01.01.16	Aquisições/ dotações	P. Imparidade/ abates	Transferências	Acertos cambiais	Saldo em 31.12.16
<b>Custo</b>						
Intangíveis desenvolvidos internamente	11.897.747	2.046.453	0	0	0	13.944.200
Propriedade intelectual e outros direitos	1.213.996	531.675	-15.081	0	-1.954	1.728.636
Intangíveis adquiridos concentração atividades (vida útil indefinida)	30.000.000	0		0	0	30.000.000
Intangíveis adquiridos concentração atividades (vida útil finita)	2.142.857	0	0	0	0	2.142.857
	<b>45.254.600</b>	<b>2.578.128</b>	<b>-15.081</b>	<b>0</b>	<b>-1.954</b>	<b>47.815.693</b>
<b>Amortizações e imparidades acumuladas</b>						
Intangíveis desenvolvidos internamente	6.411.228	1.700.210	0	0	0	8.111.438
Propriedade intelectual e outros direitos	1.171.621	57.719	-14.809	0	-708	1.213.823
Intangíveis adquiridos concentração atividades (vida útil indefinida)	937.153	0	188.540	0	0	1.125.693
Intangíveis adquiridos concentração atividades (vida útil finita)	1.285.712	214.285	0	0	0	1.499.997
	<b>9.805.714</b>	<b>1.972.214</b>	<b>173.731</b>	<b>0</b>	<b>-708</b>	<b>11.950.951</b>

Em 2010, e conforme divulgado no relatório e contas daquele exercício, resultante da aquisição da sociedade Consoft, a Glintt reconheceu separadamente no balanço consolidado, o valor dos ativos identificáveis à data da aquisição, os quais configuram ativos intangíveis, a saber:

- » O Software aplicativo para gestão de farmácias “Farmatic” e,
- » A respetiva Carteira de Clientes.

Em 2017, resultante da aquisição da sociedade Qwerty Informática, SL, a Glintt reconheceu separadamente no balanço consolidado, um novo ativo identificável à data da aquisição, o se consubstancia na sua “Carteira de Clientes”.

A avaliação deste novo ativo, seguiu os mesmos pressupostos, que os que se verificaram aquando da aquisição da empresa Consoft porquanto:

- » Estes ativos permitirão gerar benefícios económicos futuros sendo o seu custo mensurado com fiabilidade pelo justo valor, apurado através do desconto dos fluxos de caixa líquidos futuros estimado pela Administração.
- » Relativamente ao Software “Farmatic”, os fluxos de caixa futuros que lhe estão associados são os contratos de utilizador final (contratos novos), e os contratos de atualização do Software, relativos a clientes/instalações surgidas após a data de aquisição daquela sociedade.
- » Para a definição da vida útil destes ativos foram ponderados os seguintes fatores:
  - » Estabilidade do sector em que o ativo opera;
  - » Os ciclos de vida típicos para o ativo e a informação pública sobre estimativas de vida útil de ativos semelhantes que sejam usados de forma semelhante;
  - » O nível do dispêndio com manutenção/atualização exigido para obter os benefícios económicos futuros esperados do ativo e a capacidade e intenção para atingir esse nível; e

- › O período de controlo sobre o ativo e limites legais sobre o seu uso.
- › Tendo em conta os fatores acima mencionados, foi definido para o Software aplicacional “Farmatic”, uma vida útil finita de 10 anos, sendo o seu valor depreciado ao longo desse período, mediante aplicação do método da linha reta. Anualmente, o período e o método de amortização poderão ser revistos.

De forma a dar cumprimento à alínea c) do parágrafo 134 da IAS 36 informa-se que, para o apuramento do valor dos ativos intangíveis com vida útil indefinida, o seu custo foi mensurado com fiabilidade pelo justo valor, apurado através do desconto dos fluxos de caixa líquidos futuros estimados pela Administração. Estes fluxos de caixa líquidos futuros estão associados a:

- contratos de atualização de software, relativos à carteira de clientes/instalações existentes à data, no caso da carteira da empresa Consoft
- Contratos de manutenção do software NixFarma, software da propriedade da filial espanhola da Glintt = Pulso, relativos à carteira de clientes / instalações existentes à data, no caso da carteira de clientes da empresa Qwerty.

No caso, do ativo associado à carteira de clientes da empresa Consoft, que foi inicialmente valorizado em 30.000.000 euros, o mesmo tem sido anualmente sujeito a testes de imparidade, as quais têm sido registadas anualmente conforme se detalha abaixo. Para efeito do cálculo da imparidade, mais se esclarece que é considerada como base a proporção das instalações perdidas em cada ano face às instalações totais adquiridas:

- › 2011 - Reconhecida imparidade de 77.634 euros, relativa à perda de 14 instalações.
- › 2012 - Reconhecida imparidade de 171.904 euros, relativa à perda de 31 instalações.
- › 2013 - Reconhecida imparidade de 94.270 euros, relativa à perda de 17 instalações
- › 2014 - Reconhecida imparidade de 177.449 euros, relativa à perda de 32 instalações.
- › 2015 - Reconhecida imparidade de 415.896 euros, relativa à perda de 75 instalações.
- › 2016 - Reconhecida imparidade de 188.540 euros, relativa à perda de 34 instalações.

No exercício de 2017, em resultado da perda de 56 instalações a sociedade registou uma imparidade de 310.536 euros.

No caso, da carteira de clientes da empresa Qwerty, adquirida em 2017, foi atribuído um valor de 1.325.600 euros.

Mais se informa que a mensuração inicial deste ativo (valor de uso) foi realizada através do desconto dos seus fluxos de caixa líquidos (meios libertos líquidos) futuros estimados inerente ao rédito das avenças de cliente recorrentes, ou seja, contratos de manutenção ativos, na data de aquisição – 757. O montante do rédito de 2018 foi determinado a partir do valor médio das instalações avençadas em 2017, corrigido pelo IPC de Espanha (1,6%); e os réditos de 2019 a 2022 foram determinados tendo em consideração as previsões de inflação do Fundo Monetário Internacional (1,6% para 2019, 1,8% para 2020 e 2021, e 1,9% para 2022). Adicionalmente, foi considerada uma taxa de perpetuidade ao nível dos resultados operacionais de 1% e considerado um wacc de 6,299%.

A alínea b) do parágrafo 134 da IAS 36 requer a divulgação das quantias escrituradas de ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas imputadas a cada unidade geradora de caixa.

No quadro abaixo, detalha-se a imputação dos ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas às unidades geradoras de caixa:

	Saúde	Outros mercados	Total
Goodwill	73.579.643	11.493.245	85.072.888
Intangíveis c/vida útil indefinida (2010)	28.563.771	-	28.563.771
Intangíveis c/vida útil indefinida (2017)	1.325.600	-	1.325.600
	<b>103.469.014</b>	<b>11.493.245</b>	<b>114.962.259</b>

Não se verificou durante o exercício de 2017, nenhuma alteração de nenhum pressuposto-chave, pelo que não foram feitas divulgações adicionais a este respeito.

#### **Quantia do dispêndio de pesquisa e desenvolvimento reconhecido como gasto**

O montante reconhecido em gastos do exercício, referente a horas dedicadas a pesquisa e desenvolvimento ascende a cerca 139 mil euros.

## Intangíveis desenvolvidos internamente

Na rubrica de intangíveis desenvolvidos internamente, a 31 de Dezembro de 2017, encontram-se relevados os projetos relacionados com o desenvolvimento interno de produtos próprios, conforme se descreve abaixo:

Projecto	Investimento	Am. Acumuladas / Imparidades	V. líquido
Tecnovoz	1.164.830	1.164.830	-
Nitec	292.560	292.560	-
Pharmacy - Equipamentos	10.780.197	5.972.824	4.807.373
Pharmacy - Soft. Easygest	56.811	18.937	37.874
Energy - Smart Metering	128.474	128.474	-
Profiler	47.275	47.275	-
Finance Glintt	50.000	50.000	-
Soft. Gestão Hospitalar	62.823	-	62.823
Poseidon	974.716	974.716	-
Portopia	738.188	-	738.188
Safepec	392.793	-	392.793
Glintt Signature	70.000	70.000	-
Wise Waste	10.625	10.625	-
Appolo	57.864	56.685	1.179
Glintt Finance Care	316.903	316.903	-
GX BPM	153.460	76.730	76.730
gmac2	1.371.459	471.621	899.838
Plataforma de beneficios	1.303.938	570.937	733.001
Adjust	58.122	58.122	-
OCM Oracle Cloud Machine	35.000	35.000	-
Glintt Content Management	43.910	6.099	37.812
Cross-Vision	83.532	-	83.532
<b>Total</b>	<b>18.193.481</b>	<b>10.322.338</b>	<b>7.871.143</b>

Comparativamente a 31 de Dezembro de 2016, o detalhe dos projetos era o seguinte:

Projecto	Investimento	Am. Acumuladas / Imparidades	V. líquido
Tecnovoz	1.164.830	1.164.830	-
Nitec	292.560	292.560	-
Soft. Gestão Hospitalar	7.537.660	4.629.589	2.908.071
Adjust	56.812	-	56.812
Pharmacy - Equipamentos	128.474	127.503	971
Pharmacy - Soft. Easygest	47.275	47.275	-
Energy - Smart Metering	50.000	50.000	-
Profiler	37.417	-	37.417
Poseidon	974.716	657.005	317.711
Portopia	570.840	-	570.840
Safepec	261.390	-	261.390
Finance Glintt	70.000	70.000	-
Glintt Signature	10.624	10.624	-
Wise Waste	57.864	54.665	3.199
Appolo	316.903	316.903	-
Glintt Finance Care	153.460	38.365	115.095
GX BPM	1.074.165	175.535	898.630
gmac2	1.046.088	441.584	604.504
Plataforma de beneficios	58.122	-	58.122
Glintt Content Management	35.000	35.000	-
<b>OCM Oracle Cloud Machine</b>	-	-	-
<b>Cross-Vision</b>	-	-	-
<b>Total</b>	<b>13.944.200</b>	<b>8.111.438</b>	<b>5.832.762</b>

Apesar de à data de 31 de dezembro de 2017, existirem projetos já totalmente amortizados, os mesmos continuam a ser relevados em balanço, por continuarem a consubstanciar unidades geradoras de caixa.

No exercício de 2017 foram capitalizados 4.249.281 euros, relacionados com os seguintes projetos:

## PROFILER

Renovando o compromisso com o que será o Futuro das Farmácias em Portugal, a Glintt, em parceria com o Programa Saúde, desenvolveu o Profiler, uma solução tecnológica inovadora que permitirá reconhecer os utentes da Farmácia imediatamente antes do atendimento, através do cartão Saúde, modernizar e dinamizar o espaço da Farmácia, otimizar a gestão dos tempos de atendimento e revolucionar a experiência do cliente.

Pela primeira vez, a Farmácia, poderá integrar o conhecimento sobre os seus clientes (através do CRM Saúde) com um sistema de gestão de filas de espera integrado com uma plataforma de conteúdos e sinalética digital, com acesso remoto em qualquer lugar.

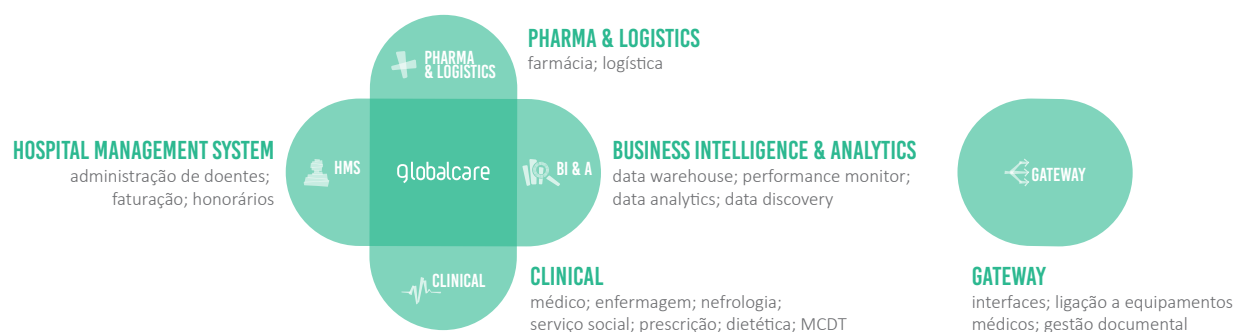
A solução Profiler permite uma comunicação segmentada ao perfil dos utentes que se encontram na Farmácia, proporcionando uma experiência digital e inovadora, com conteúdos dirigidos ao seu perfil de interesses e necessidades. Mais do que um sistema de filas de espera e Corporate TV, esta é uma solução que proporciona uma experiência única e totalmente diferenciadora, com criação de valor para o cliente e para a Farmácia.

O investimento reconhecido e respetivas previsões de venda são as seguintes:

Projeto	Investimento	Taxa Amortização	2018	2019	2020
Profiler	62.823	33%	201.833	867.979	2.133.510

## SOFTWARE DE GESTÃO HOSPITALAR

A oferta de produtos que fazem parte da *suite* Globalcare foi organizada de forma estruturada e de forma a ser efetivamente ainda melhor reconhecida pelo mercado:



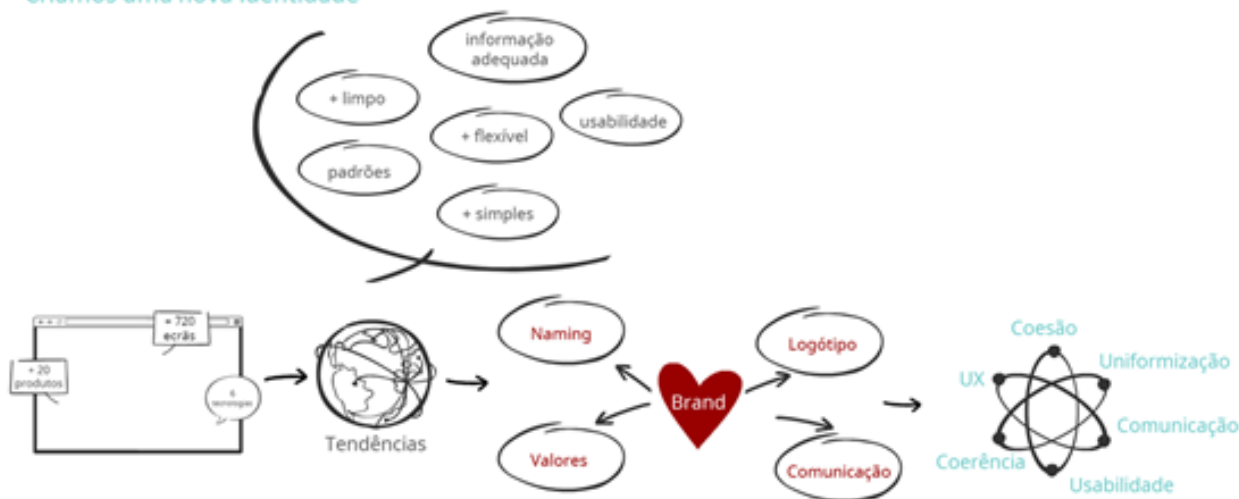
### Linhas de ação 2017

1. Glinttology - Experiência de utilização e Ergonomia
  - a. Melhoria na experiência ao utilizador
  - b. Simplificação de processos Médicos e Administrativos
2. Arquitetura
  - a. Maior capacidade de integração e redução de TCO

- b. Menor risco e eficiência de upgrades de versão
  - c. GAAS (Globalcare-as-a-service) – Cloudificação do Globalcare
  - d. Modularidade das soluções
3. Evolução digital
- a. Clínica/Administrativa
  - b. Médico
  - c. Enfermagem
  - d. Pharma & Logistics
4. Evolução funcional – Abrangência
- a. Compliance com norma de interoperabilidade semântica – MRARA
  - b. Segurança e rastreabilidade de colheita e administração (e.g. segurança transfusional)
  - c. HIMSS enabler
5. Informação de gestão
- a. Maior autonomia na gestão da informação de gestão
  - b. Capacidade para modelar cálculo e disponibilização da informação

## GLINTTOLOGY

**Melhoria na experiência do utilizador – Glinttology**  
Criamos uma nova identidade



Em sequência do investimento efetuado em 2016 quanto ao paradigma da experiência de utilização do produto Globalcare, em 2017 mantivemos o projeto *Glinttology* em curso de forma a permitir a sua escalabilidade e introduzir novas ferramentas de apoio à melhor usabilidade.

Para outras necessidades de evolução no âmbito das cores Globalcare foram desenhados e criados os componentes que permitiam a sustentabilidade das funcionalidades a incorporar.

Por forma a mantermos a coerência e evolução do próprio *Glinttology* foi criada a estrutura necessária de apoio à construção desta ferramenta.

## API – INTERFACES

### Arquitetura Globalcare

Assim como em 2016, esta continuou a ser uma das áreas de grande aposta durante 2017, uma vez que sendo a interoperabilidade uma área de grande aposta e fundamental para o relacionamento inter-hospitalar mantivemos o foco na evolução e crescimento para suporte ao Globalcare.

O objetivo de evolução continuou a estar sustentado em:

- » EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA
  - > Substituição progressiva dos módulos *legacy*
- » COMPONENT BASED
  - > Arquitetura modular baseada em componentes e *plugins* independentes e facilmente substituíveis
- » EXTENSIBILIDADE
  - > Criar o maior número de pontos onde seja possível substituir/adicionar componentes de forma a alterar/adicionar novas *features*, por equipas Glintt ou externas
- » ESCALABILIDADE
  - > Adoção de tecnologias que permitam correr num sistema distribuído e facilmente escalável horizontalmente
- » STANDARDIZATION
  - > Sempre que disponíveis é prioridade adoção de standards tecnológicos e de negócio
- » CLOUD
  - > Solução instalada na *cloud*: *multitenant*, alta performance, *easy deploy*
- » DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA
  - > Automatização da geração de documentação técnica que facilitará a interação do Globalcare com sistemas terceiros e sobretudo um incremento no nível de transparência do produto
  - > Permitirá uma visão global da API Globalcare
  - > Exemplos dos pacotes transacionados
  - > Geração de *mockups*
- » OPEN SOURCE
  - > Arquitetura que permite uma visão de *open source* como a primeira opção - “*Get the most out of open source*”
- » SEGURANÇA
  - > A segurança e privacidade são requisitos prioritários dando seguimento ao processo de certifica

### Interoperabilidade

A interoperabilidade como uma grande tendência a nível internacional, tornou-se também para o Globalcare um grande foco em 2017.

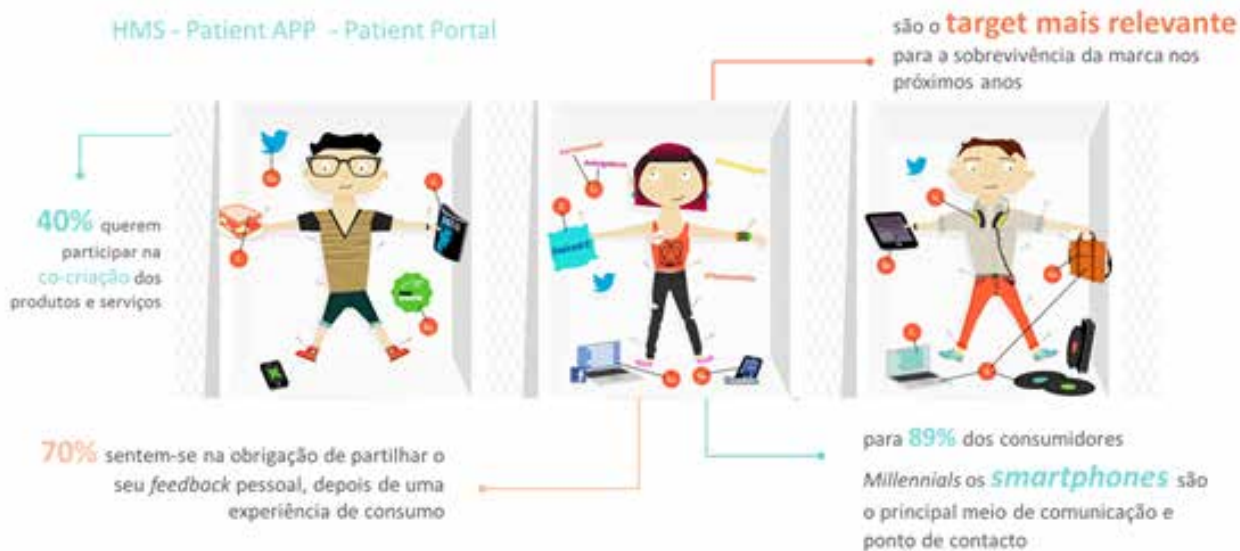
No mundo atual onde a conexão e a disponibilização de informação existe de forma muito transparente, não poderíamos deixar de avançar na evolução desta área onde é necessário ter a informação online para atuar a nível de cuidados de saúde, e também permitir as boas práticas e maior segurança, assim como entregar valor na saúde.

Neste âmbito evoluímos a nível de:

- » Interface bloco
- » Interface internamento

- » Monitor de interfaces
- » Interface MCDT
- » Migração do Biztalk para Mirth

## APPs Portal e Quiosques



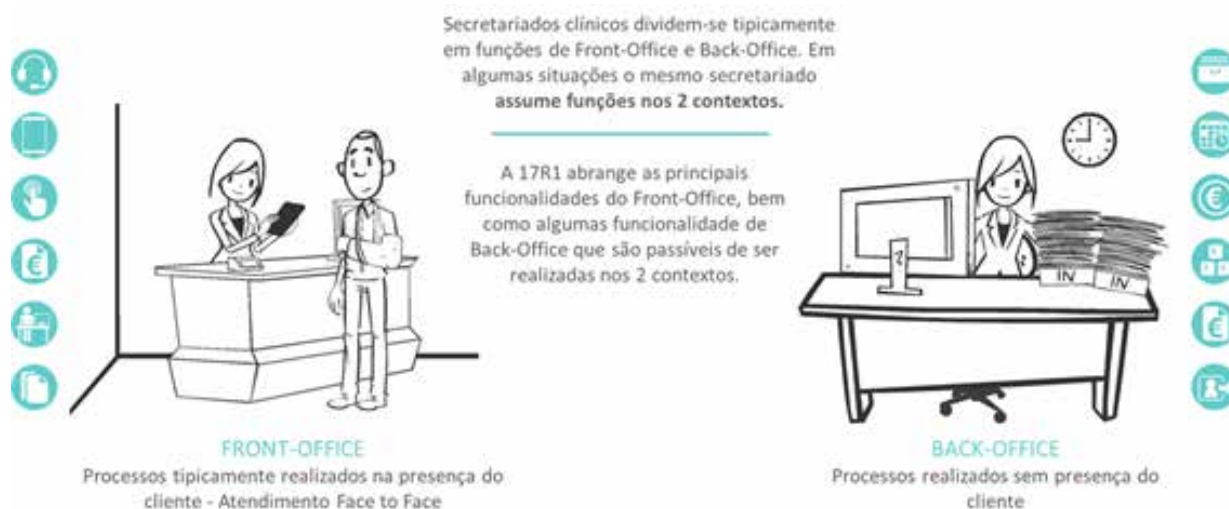
Sendo a APP e Portal do cliente uma extensão dos hospitais até junto dos seus clientes, potenciando o envolvimento direto com esse mesmo cliente, não poderíamos deixar de gerar investimento neste âmbito.

De acordo com isto avançamos com:

- » New Business: Disponibilização de oferta e marcação de consultas e exames para novos clientes
- » Disponibilização de pedido de marcação para clientes e não clientes das unidades de saúde.
- » Acesso a resultado de imagens e relatórios com possibilidade de partilha de resultados
- » Introdução do About para melhorar a experiência do cliente.
- » Extensão da informação e funcionalidades a toda a família (visão do histórico dos descendentes)

Relativamente aos quiosques, no âmbito de 2017 houve investimento na produção da oferta relativa aos sistemas de chamada, permitindo diminuir o processo de manutenção e aumentar a escalabilidade.

## HMS - HOSPITAL MANAGEMENT SYSTEM



A solução de Gestão hospitalar serve o propósito de responder às necessidades específicas da gestão de unidades de saúde, permitindo planear e registar toda a atividade de prestação de cuidados das diversas áreas funcionais, possibilitando não só o registo de atividade nas diferentes áreas, mas também todo o planeamento das mesmas, destacando-se neste âmbito a gestão de agendas e listas de espera.

Partindo do registo de atividade a solução está dotada da inteligência necessária para refletir tanto as normativas legais relativas aos mercados em que opera como as complexas regras de faturação e de processamento de honorários.

Em sequência do ano de 2016, o ano de 2017 continuou a sedimentar a aposta na solução multi-plataforma, pensada para a mobilidade e de forma a otimizar funcional e processualmente. A disponibilização de funcionalidades foi priorizada de forma a garantir que utilizadores de front-office da unidade de saúde tenham uma experiência de utilização eficiente num só ambiente aplicacional e assegurando as necessidades funcionais adequadas á sua função.

Funcionalidades iniciadas em 2016 e com término no ano de 2017:

- » Admissão, alta e movimentação no internamento (ADT) e gestão de alertas do doente.
- » Consolidação do processo de identificação do doente.
- » Consolidação de atendimento na consulta externa e atendimento.
- » Consulta e gestão de documentos (impressão, cancelamento e crédito de documentos).
- » Fecho de caixa e Processamento de final de dia.
- » Evolução do conceito do histórico do doente.
- » Módulo de MCDT
- » Evolução dos pedidos consulta, internamento/proposta cirúrgica tendo como mote a sinergia entre as áreas administrativa e clinica
- » Evolução da gestão dos pedidos de consulta e referênciação CTH
- » Exploração de novas soluções para a extração de listagens operacionais em front office
- » Otimização do cálculo de pendentes de faturação

## Valorização e faturação

- » Evolução digital de faturação front-office
- » ADSE - desmaterialização faturação - projeto faturação online
- » Controlos de faturação, um mecanismo automático que alerte o negócio de possíveis inconformidades no processo de faturação.

## Projetos integrados com a SPMS, em resposta à modernização da saúde em Portugal

- » Implementação da ICD-10-CM/PCS na solução Globalcare
- » Adaptação do interface com SIGIC para a nova codificação ICD-10
- » Monitorização diária das urgências - disponibilização de web service para extração e carregamento automático de variáveis
- » Projeto SIMH

## Como grande player na saúde respondemos às alterações legais

- » Alteração ao ficheiro SAF-T de acordo com a portaria n.º 302/2016, de 2 de dezembro, que entrou em vigor a 1 de julho de 2017.
- » Alteração no âmbito do despacho n.º 8018/2017 - diário da república n.º 178/2017, série ii de 14 de setembro.
- » Alterações necessárias no âmbito da publicação da portaria n.º 207/2017, de 11 de julho.

## LOGÍSTICA & FARMÁCIA

SGICM – Sistema de Gestão Integrada do Circuito do Medicamento

Solução essencial para a gestão e controlo clínico do circuito do medicamento.

O SGICM é uma solução dotada de uma prescrição eletrónica de medicamentos que permite o registo e consulta de informação clínica e terapêutica, garantindo fluidez de informação integrada entre todos os profissionais de saúde e intervenientes no circuito do medicamento.

Atualmente o SGICM contempla dois tipos de prescrição de medicamentos, nomeadamente:

- » Prescrição Interna de Medicamentos (PIM)
  - » Circuito interno do medicamento, com possibilidade de integração com Farmácia e Enfermagem
- » Prescrição Externa de Medicamentos (PEM)
  - » Emissão de receituário para o exterior (Farmácias Comunitárias)

No seguimento do investimento de 2016 numa nova versão do módulo de Prescrição Interna de Medicamentos em tecnologia HTML (PIM – HTML), em 2017, a Glintt, além de ter mantido o nível de investimento, reforçou também o seu foco em funcionalidades que promovem a segurança do utente, nomeadamente nas funcionalidades core:

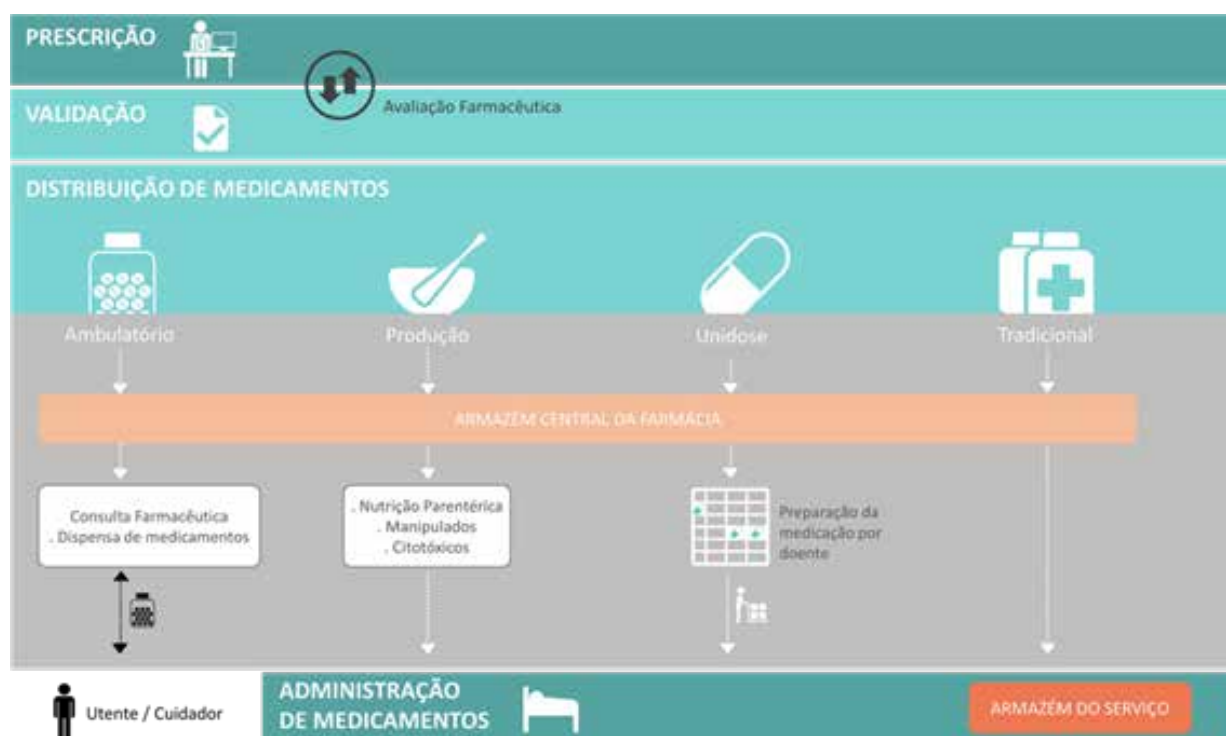
- » Overview do resumo clínico do doente;



- » Prescrição de fluidoterapia / perfusões de soros;
- » Prescrição de medicamentos oncológicos;
- » Incremento das validações na prescrição para a Farmácia de Ambulatório (integração com os Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, de forma a cumprir Despacho 13382/2012);
- » Ajuste do medicamento às especificidades clínicas do doente (sugestões de doses, fórmulas de cálculo de dose);
- » Protocolos pré-definidos.

Na componente de Farmácia Hospitalar, a solução permite identificar e rastrear a medicação prescrita e administrada na instituição, contribuindo assim para o **aumento dos níveis de segurança** dos utentes:

- » Gestão de necessidades, stocks, processos de compra e receção;
- » Caracterização do Medicamento (Interações, Doses Cumulativas e Formulários de Justificação);
- » Validação de Prescrição e Distribuição;
- » Circuito de Dose Unitária;
- » Circuito de Estupefacientes e Psicotrópicos;
- » Circuito de Hemoderivados;
- » Módulo de Citotóxicos;
- » Módulo de Manipulados;
- » Cedência de Medicação em Ambiente de Farmácia de Ambulatório;
- » Registo Mínimo de Medicamentos Biológicos;
- » BPOC - Barcode Point of Care (implementa os "7 Rights") - right patient, right drug, right dose, right route, right time, right documentation, right information;
- » Integração de prescrição / cedência de medicação em soluções Robotizadas.
- » Exemplo: ROWA, AUTOPHARM, KARDEX, PYXIS



Na área da Logística Hospitalar, a solução caracteriza-se por dar resposta de forma integrada à gestão de toda a componente de aprovisionamento, nomeadamente, stocks, inventário e armazéns avançados:

- » Otimização da Gestão de Stocks;
- » Controlo dos Processos de Sourcing/Procurement;
- » Controlo Orçamental;
- » Gestão de Requisições Internas;
- » Workflow de Aprovações;
- » Gestão de Armazéns (incluindo armazéns avançados);
- » Gestão do Fluxo de Distribuição Logística;
- » Consignação: Circuito de Controlo de Stocks;
- » • VMI - Vendor Management Inventory;
- » • EDI - Electronic Data Interchange;
- » • Soluções móveis e táteis.



Em 2017, a Glintt continuou com o investimento no projeto Data Discovery – *Pharma & Logistics*, o qual pretende dotar o produto, de uma solução mais completa para tratamento de dados e consulta de informação operacional. Este sistema de *reporting* operacional é fundamental para uma gestão eficiente do departamento de Farmácia e controlo do circuito de Aprovisionamento hospitalar.



### Reporting de Gestão

**HIERARQUIA**  
e definição da  
estrutura de  
serviços/unidade

**CLASSIFICAÇÃO**  
de bens em  
classes  
inteligíveis

**CUSTOMIZAÇÃO**  
e partilha de  
indicadores entre  
utilizadores



## CLINICA

Médico e Enfermeiro

Totalmente direcionados para médicos e enfermeiros, estes produtos possibilitam um acesso célere, seguro, robusto e centralizado a toda a informação clínica relativa a determinado cliente, quer ao nível das atividades ambulatoriais, quer ao nível do internamento.

Os profissionais clínicos têm vindo a mudar a forma como desempenham as suas tarefas. Hoje, cada vez mais, é importante o acesso à informação *on time* e a capacidade para registar informação útil em qualquer lugar. Uma das apostas estratégicas que tem vindo a realizar-se no

Globalcare vai precisamente no sentido de acompanhar o profissional em todas as suas tarefas onde quer que esteja – **CLINICAL Multiplataforma – médico e de enfermagem**.

Na perspetiva do enfermeiro, esta solução dá resposta às necessidades de planeamento e registo das atividades de enfermagem.

A solução de processo clínico eletrónico é caracterizada por:

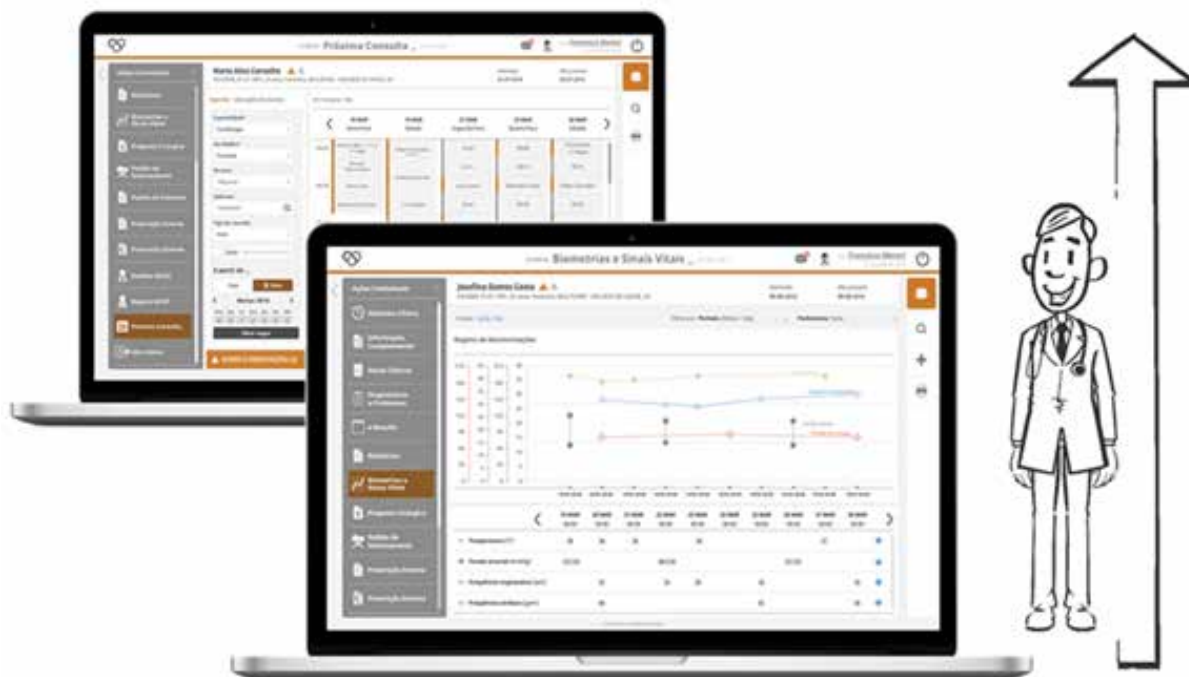
- » Eficiência no acesso à informação
- » Rapidez e facilidade no registo de dados
- » Proximidade com o doente

De forma transversal há uma clara preocupação com a segurança:

- » Informação centrada no doente
- » Perfis de utilizadores
- » Rastreabilidade de acessos

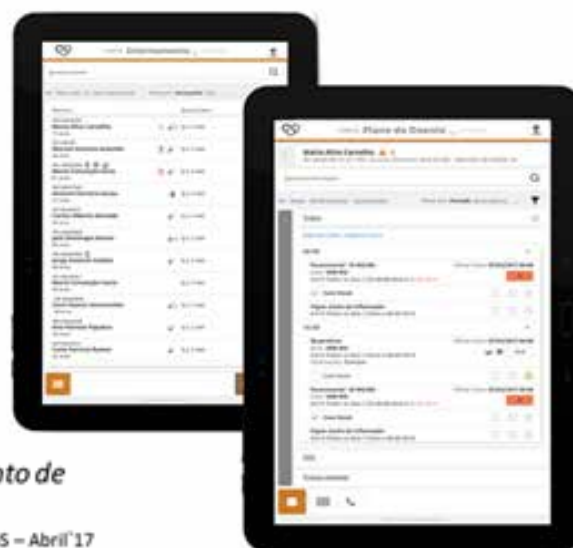
Em 2017, mantendo a prioridade de 2016 houve uma continuidade de no projeto multiplataforma. Este continua a ser um projeto fundamental no posicionamento global do Globalcare no mercado e de carácter plurianual.

- » Maior produtividade
  - > menor nº de cliques para aceder a opções
- » Mais intuitivo
  - > claro entendimento relativamente à iconografia
- » Maior foco
  - > na informação relevante disponibilizada
- » Maior clareza
  - > organização mais adequada à “leitura”
- » Incremento na abrangência das funcionalidades multiplataforma
  - > permitindo eliminar o “ruído” tecnológico



Em específico na visão de enfermagem o processo de mobilidade foi evoluído de forma a servir como ferramenta para a melhoria dos cuidados de saúde ao paciente:

- » Processo *mobile-optimized*
- » Melhora a *performance funcional*
- » Ferramenta *complementar*
- » Melhora os *outcomes no point-of-care*
- » Funcionalidades *task-oriented*
- » *Responsivo*



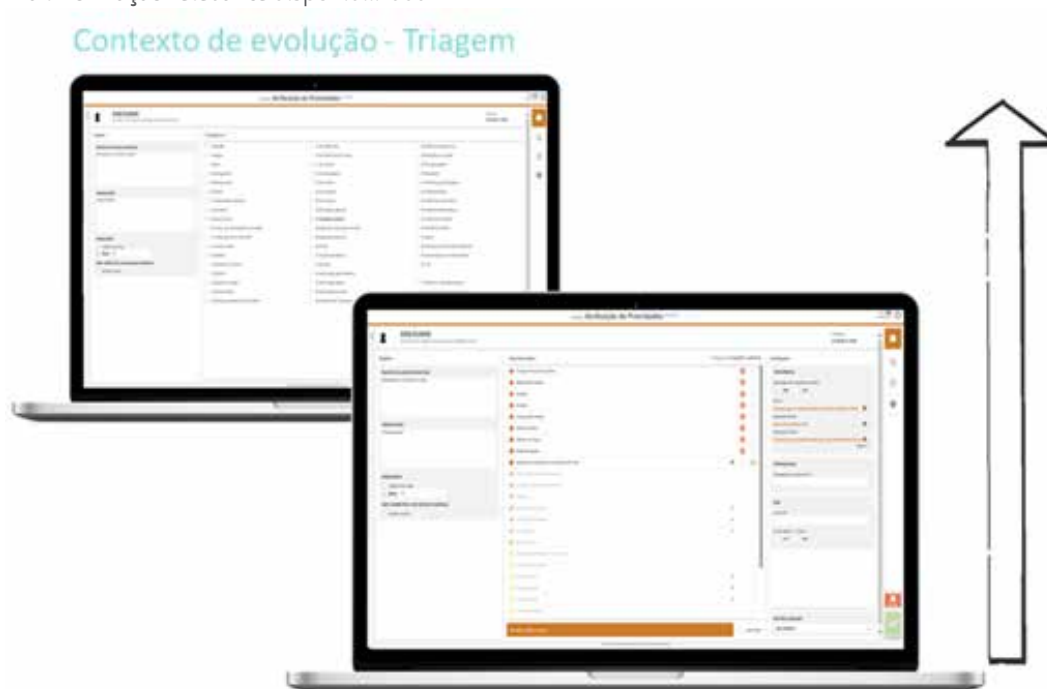
**"... com a sua utilização foi verificado um aumento de 14% performance dos enfermeiros..."**

Testemunho de um cliente Globalcare no evento eHealth Summit – SPMS – Abril'17

Para além deste aspeto foi também efetuada a evolução digital no âmbito da **Triagem com Protocolo de Manchester ou Simples**. Sendo uma solução certificada foi de interesse que incorporasse a nova filosofia de user experience embebida no Glintology e que iniciamos a incorporar em 2016.

Com esta evolução:

- » SEGURANÇA  
Suporte em **sistemas de apoio à tomada de decisão**
- » FIABILIDADE DOS DADOS  
**Negação dos discriminadores** e transparência na utilização dos instrumentos de avaliação
- » STANDARDIZAÇÃO  
**Configuração centralizada** promotora de benchmarking interinstitucional
- » FOCO  
Na **informação relevante** disponibilizada



As boas práticas nos sistemas de informação, e sobretudo a segurança do paciente foram também um foco em 2017, e que nos permitiu tornar **HIMSS enabler**, mais especificamente na área do médico e enfermeiro:

- » O **Clinical Decision Support** através do contexto presente do doente e perante situações de fronteira alerta a profissional, permitindo decisões clínicas mais informadas e melhores resultados em saúde para o doente.
- » Os **Clinical Pathways** são uma ferramenta que permite a identificação precoce de suspeitas de patologias e mitigar a variabilidade da decisão clínica associada, tornando-se num facilitador para ler dados e interligá-los com a capacidade para detetar contextos específicos sem o tempo e esforço que seria consumido pelo profissional de saúde, libertando-o para as tarefas realmente importantes.  
Aqui incluem-se as **Vias Verdes** (Sépsis, AVC, Coronária e Colo do fémur).

MCDT - Técnicas clínicas / Meios complementares de diagnóstico e terapêutica

O produto Globalcare está dotado de várias soluções de gestão e registo de meios complementares de diagnóstico e terapêutica ao longo dos diferentes circuitos funcionais passíveis de implementação numa unidade de saúde.

Nesta área de suporte ao workflow de ações e eventos verificados ao longo de um circuito de vida de um MCDT desde a sua prescrição até à disponibilização de resultados.

Em 2017 foi dotado a suite Globalcare de um produto vocacionado para a segurança dos eventos de colheita e administração de transfusão. que tem como objetivo diminuir os erros de trocas de amostras, perda de amostras, eventos adversos ou troca de pacientes.

A solução garante:

- » **SEGURANÇA** na colheita e na transfusão prevenindo a ocorrência de erros
- » **REGISTO** de parâmetros vitais do paciente e de reações adversas
- » **MOBILIDADE** à cabeceira do paciente (BPOC)
- » **RASTREABILIDADE** dos componentes e unidades



Em 2017 foi iniciado o processo de evolução digital na área *core* de Pedidos de exames, usando o *Glintology* como meio para a melhoria da experiência do utilizador.

Para além deste processo, outro aspeto relevantes foi a incorporação de alarmistica relativa à relação entre informação de diagnóstico / exame assim como resultado / exame que potenciou o processo de **HIMSS enabler**.

## BI&A – BUSINESS INTELLIGENCE AND ANALYTICS

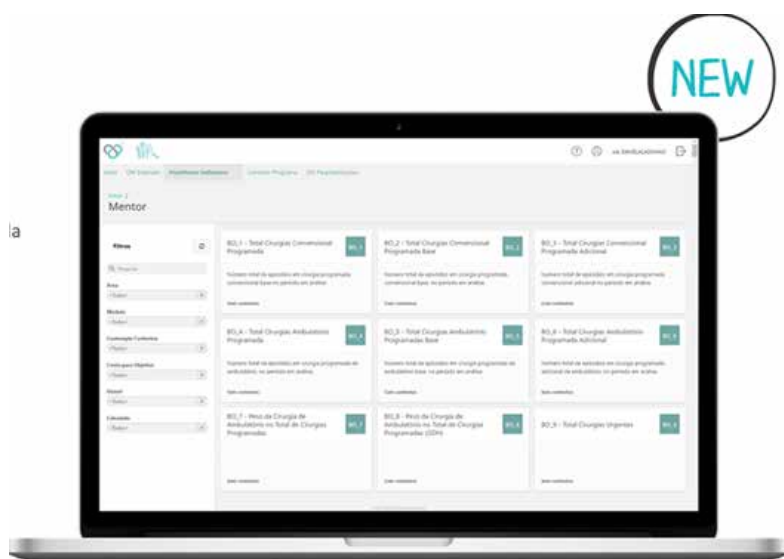
Produto que serve de suporte ao controlo e gestão de informação na unidade de saúde, quer na sua vertente clínica, quer na sua vertente analítica.



Em 2017, continuando a evolução iniciada em 2016, foram otimizadas e evoluídas funcionalidades desenvolvidas em 2016 e criadas novas funcionalidades:

- » Performance Monitor: Dashboard Bloco
- » Performance Monitor: Dashboard Hospital de dia
- » Performance Monitor: Dashboard Bloco de partos
- » Performance Monitor: Dashboard Internamento
- » Provision Board: Dashboard MCDT
- » Provision Board: Dashboard Consumos
- » Provision Board: Dashboard Ambulatório
- » Provision Board: Dashboard Urgência
- » Context Management: HI Governor
- » Fichas de indicadores: HI Atlas
- » DataWarehouse Extender
- » Data Analytics: Resumo de atividade
- » Data Analytics: Visitas de especialidade
- » Data Analytics: Pedidos de internamento
- » Data Analytics: Análise de doentes
- » Fichas de indicadores: HI Mentor
- » Healthcare Analytics: Lista de Espera MCDT

Adicionalmente foram efetuados os desenvolvimentos para integrar no portfólio de conectores, as novas interfaces com RHV e SIMH.



### Produto versão internacional

Foi feito um investimento no processo de certificação do Globalcare pela Sociedade Brasileira de Informática em Saúde (SBIS). Este investimento foi fundamental para possibilitar os processos de implementação em curso no Brasil e manutenção do produto em clientes já em operação.

## MEDON – RECONCILIAÇÃO TERAPÊUTICA

No âmbito do programa de financiamentos “Portugal 2020”, e acreditando nas potencialidades de Portugal, como sendo um país capaz e competitivo no setor das tecnologias de informação aplicadas à saúde, e sabendo que a saúde é uma área com elevado potencial de crescimento e inovação, a Glintt Healthcare Solutions e o Centro Hospitalar da Cova da Beira (CHCB) decidiram, em sinergia, partilhar o seu know-how tendo em vista o desenvolvimento de uma solução de Reconciliação Terapêutica (RT) que, através do cruzamento das duas áreas (Saúde e TIC), conferisse valor adicional a nível nacional e internacional.

De acordo com dados do INE de 2014, Portugal é o 4º país da UE 28 com maior proporção de idosos e o 5º com o índice de envelhecimento mais elevado. Estudos realizados pelo Centro de Estudos e Avaliação em Saúde (CEFAR) revelam que a população idosa em Portugal consome, em média, 7,3 medicamentos e cerca de 50% toma entre 6 a 9 medicamentos diariamente. A elevada morbidade e mortalidade associada à ocorrência de reações adversas e incidentes relacionados com a terapêutica, têm justificado o desenvolvimento de medidas específicas de promoção da segurança do doente. Ainda assim, o aumento da esperança média de vida aliado à prevalência das doenças crónicas tem vindo, no último século, a sobrecarregar cada vez mais os sistemas de saúde comprometendo a sua eficácia.

A **Reconciliação Terapêutica** é um processo de criação e manutenção de uma lista atualizada com toda a medicação prescrita ao doente, incluindo o nome, dosagem, frequência, via de administração e duração de tratamento. Esta lista de medicação deve acompanhar o doente em todos os contactos com o médico, enfermeiro e farmacêutico, a qual irá permitir uma avaliação mais assertiva e correta da medicação que deve ser prescrita, evitar prescrições com medicamentos duplicados ou semelhantes e que poderão provocar sobredosagens na administração, ajudar na redução / prevenção de potenciais “Adverse Drug Events (ADE’s)” e irá permitir também uma otimização de toda a comunicação entre os diversos profissionais de saúde.

Conscientes da importância da RT na melhoria da qualidade de vida e na redução de custos, a Glintt HS e o CHCB ambicionam com o projeto MedOn criar uma solução informatizada, passível de funcionamento desintegrado de qualquer solução clínica, que permita assegurar uma correta comunicação e transmissão da informação entre os profissionais de saúde. As soluções desenvolvidas no âmbito do projeto, nomeadamente o ecrã/portal de Reconciliação Terapêutica e a APP do doente, irão permitir de entre muitas vantagens, uma maior clareza e facilidade de acesso à informação clínica crucial e atualizada, maior organização e rastreabilidade de dados, comparação e retificação de erros de medicação em menor tempo e otimização dos tratamentos efetuados.

O projeto RT alia as componentes científicas e técnicas na perspetiva do desenvolvimento de uma ferramenta para dar resposta a um problema identificado. Trata-se, por isso de uma estratégia de investigação translacional que se inicia na identificação de uma necessidade clínica e se objetiva na concretização de uma aplicação informática passível de ser utilizada em instituições de saúde, de modo a permitir a aplicação da RT a todos os doentes e a melhoria da terapêutica medicamentosa do doente idoso. Assim, foram delineados os seguintes objetivos específicos:

- » Desenvolver e implementar uma ferramenta informática de apoio à prescrição que permita a realização de RT pelo médico, com validação do farmacêutico, no momento da admissão;
- » Integrar na aplicação informática a possibilidade de criação de uma lista de medicação permanentemente



atualizada, no momento da alta, que contemple toda a medicação prescrita para o domicílio e que deve acompanhar o doente na interface com os profissionais de saúde;

- » Permitir a atualização da lista de medicação do doente em qualquer episódio (internamento, consulta, hospital de dia, urgência, etc.) subsequente na instituição em que foi realizada a lista anterior ou de qualquer outra instituição que utilize a mesma ferramenta informática, garantindo a segurança dos dados do doente e evitando erros de medicação por défice de informação;
- » Desenvolver um sistema de informação de apoio à prescrição para doentes idosos de identificação rápida de medicamentos considerados potencialmente inapropriados neste grupo etário com base nos dados científicos atualizados. Garantir a possibilidade de atualização destes dados no sistema de suporte;
- » Integrar a informação de apoio à prescrição para doentes idosos no módulo de RT, de modo a que possa acrescentar valor ao processo, num único passo, para os doentes desta faixa etária;
- » Implementar a aplicação na prática clínica do CHCB e analisar os dados resultantes para garantir a difusão da ferramenta a outras instituições, no futuro.

## KNOWLOGIS – EXPERTISE IN HEALTHCARE LOGISTICS

A fragilidade económica de Portugal e as necessidades prementes de contenção orçamental representam, para a área da saúde, um conjunto de desafios e de oportunidades para a melhoria da produtividade e obtenção de ganhos de eficiência, desta forma evitando o recurso à implementação de processos de racionamento transversais («cortes cegos»). Também as alterações demográficas e os padrões de morbilidade, responsáveis por um aumento da procura de cuidados de saúde, colocam pressão sobre os sistemas de saúde, instando, então, a uma resposta célere e eficaz.

O próprio aumento da despesa pública transporta assim um risco e uma exigência acrescida para a área da saúde, sendo cada vez mais requerido às unidades de saúde hospitalares uma reorganização dos seus processos internos com objetivos distintos, nomeadamente a potenciação da melhoria da qualidade dos serviços de saúde e uma maior eficiência económica e redução de gastos internos.

Para responder a estas necessidades, e dentro do âmbito do programa de financiamentos “Portugal 2020”, a Glintt e o INESC TEC decidiram realizar um projeto que permitirá o desenvolvimento de um sistema de reporte inteligente que monitorize e acompanhe, de forma ativa e dinâmica, as atividades mais críticas da logística hospitalar, identificando problemas ou ineficiências e estimando, quantificando e sugerindo medidas de correção / melhoria.

Este projeto irá contribuir para uma assinalável redução de custos para as instituições de saúde e para o sistema de saúde como um todo, potenciando melhorias ao nível da despesa e afiançando, de modo indireto, ganhos de saúde para os pacientes.

Os principais desafios do projeto passam por:

- » Liderar a transformação da gestão da logística hospitalar, dotando os decisores de ferramentas que os auxiliem na tomada de decisão, cruzando dados estratégicos com planeamento e modelos previsionais de necessidades;
- » Resolver problemas críticos da logística hospitalar de modo informado e assistido, contribuindo para redução de custos e ganhos de eficiência.



O objetivo deste projeto é a criação de uma nova abordagem de gestão logística hospitalar, alicerçada num sistema inovador para apoio à decisão. O sistema que está a ser desenvolvido constitui um avanço disruptivo face às soluções atuais do mercado, visto ter uma camada de inteligência que vem revolucionar a área da logística hospitalar. A componente inteligente não irá substituir o decisor, mas apoiá-lo nas suas decisões, identificando, quantificando e sugerindo medidas de correção e melhoria, que tomariam demasiado tempo ao decisor se as tivesse que construir manualmente.

O sistema será explorado em casos de uso selecionados com determinados end users, de forma a direcionar os esforços para os problemas mais críticos enfrentados pelos gestores hospitalares. Os casos de uso servirão de proof-of-concept para o sistema global, que deverá ser concebido numa arquitetura modular, para permitir que mais casos de uso sejam acrescentados no futuro. No âmbito deste projeto pretende-se então abordar os seguintes pontos:

- » **Gestão inteligente do inventário:** identificação dos artigos onde é desejável uma intervenção do decisor, sugerindo alterações aos parâmetros da política de reaprovisionamento e quantificando o impacto esperado (em termos de nível de serviço e custos operacionais);
- » **Previsão informada de necessidades:** numa perspetiva de forward-looking, cruzando com os consumos clínicos associados a cirurgias planeadas, e backward-looking, usando o histórico de consumos e algoritmos de previsão;
- » **Monitorização, previsão e gestão integrada da despesa:** numa perspetiva top-down, cruzando a despesa orçamentada com a executada e sugerindo medidas de correção (estimando o seu impacto operacional), e bottom-up, avaliando o impacto de alterações operacionais (como o aumento do nível de serviço em determinados artigos) na despesa.

O investimento reconhecido para o Globalcare nos próximos anos é o seguinte:

		(Valores em Euros)					
Investimento	Taxa Amortização	2017	2018	2019	2020	2021	Total
<b>Total Componentes</b>		3.094.663	3.540.680	3.002.169	2.416.351	363.303	12.417.168
HMS	20%	727.640	680.181	406.090	284.353	53.493	2.151.756
Clinical	20%	790.550	748.146	412.345	289.757	55.269	2.296.068
Farmácia&Logistics	20%	321.414	744.196	722.840	582.979	110.940	2.482.369
BI	20%	286.660	374.142	324.976	311.696	62.339	1.359.813
Apps&Interfaces	20%	781.868	686.255	963.259	892.582	74.227	3.398.191
Extensões	20%	186.532	307.760	172.659	54.985	7.035	728.971

A Administração definiu, baseada na experiência no setor, uma vida útil finita de 5 anos para a maior parte destes produtos.

## GMAC2 – MANUTENÇÃO ASSISTIDA POR COMPUTADOR

O gmac.2 é a resposta da Glintt às solicitações do mercado para uma solução nacional inovadora de EAM. Este produto resulta da evolução da tradicional gestão da manutenção para uma gestão integrada de ativos. A revisão profunda dos processos de gestão e exploração traduziram-se numa solução que facilita e promove tomadas de decisão com base em métricas determinísticas e fiáveis dos indicadores.

- » Multi-Organização - Possibilidade de criação de múltiplas Organizações e Instalações dentro de uma organização.
- » Multi-Idioma – Suporte de várias línguas na interface com o utilizador e dados da aplicação.
- » Multi-Divisa – Capacidade de trabalhar com várias moedas, tendo uma moeda base por Organização.
- » Fluxos de Aprovação – Estados de entidades suportados por motor de aprovações.
- » Material Requirement Planning – Otimização da gestão de inventário com base nas parametrizações de armazéns, pontos de encomenda, plano de consumo, roturas, etc.
- » Monitorização de Ativos – Capacidade de integração online com plataformas de monitorização remota.
- » Aplicação Móvel – Aplicação Android e iOS de gestão do trabalho.

A solução tem ainda os seguintes módulos funcionais:

- » Ativos – Gestão de Equipamentos, Localizações, Sistemas, Modos de Falha de Equipamentos, Contadores Funcionais, Contadores Físicos, Grupos de Contadores, Transferência de Ativos, Contratos de Garantia, entre outros.
- » Materiais – Gestão de Artigos, Ferramentas, Serviços Standard, Inventário, Requisições, Emissões, Devoluções, Transferências de Armazém, entre outros.
- » Recursos Humanos – Gestão de Pessoas, Grupos, Mão-de-obra, Profissões, Equipas, Qualificações, Calendários, Turnos, entre outros.
- » Compras – Gestão de Fornecedores, Pedidos de Compra, Encomendas, Contratos de Compras, Receção de Material, Conferência de Faturas, Avaliação de Fornecedores, entre outros.
- » Trabalhos – Gestão de Ordens de Trabalho, Pedidos de Intervenção, Planos de Manutenção Preventiva, Planos de Inspeções, Rotas, Trabalhos Pré-Preparados, Planos de Lubrificação, Planos de Calibração de Equipamentos, Contratos de Serviços, SLA, Planos de Segurança, Perigos, Precauções, Lockout/TagOut, entre outros.
- » Administração – Configurações Gerais da aplicação, parametrizações do sistema, Gestão de Utilizadores e Perfis, Moedas, Taxas de Câmbio, Unidades de Conversão, entre outros.
- » Funcionalidades transversais:
  - > Gestão de Imagens
  - > Comentários
  - > Anexos de Entidades
  - > Relatórios
  - > Notificações

O investimento reconhecido e respetivas previsões de venda são as seguintes:

Projeto	Investimento (até 2017)	Taxa de amortização	(Valores em Euros)				
			2019	2020	2021	2022	2023
Gmac 2	862.354	20%	457.600	622.000	838.800	823.300	715.375

A Administração definiu, baseada na experiência no setor, uma vida útil finita de 5 anos.

## GX BPM

O Gx BPM é uma solução inovadora e única no mundo das soluções e “suites” BPM. Atua como acelerador de processos e tem como principal foco agilizar e incrementar o uso de soluções BPM como base dos processos empresariais, em resultado da sua facilidade de utilização e rapidez de implementação (*fast time to “market”*).

Através do GX BPM é possível obter resultados rápidos e transversais, permitindo também obter significativas reduções de custos quer através de melhorias processuais, de automatização de tarefas e da eliminação de redundâncias e desperdícios.

O GX BPM também revoluciona o mundo BPM, ao passar a componente de mapeamento, configuração e *deploy* de processos para os utilizadores de negócio, o que permite libertar o IT para atividades mais complexas e de maior valor acrescentado.

Uma das características principais do GX BPM é a sua escalabilidade, pois tanto se aplica a processos muito simples ou *ad-hoc*, bem como aos de média complexidade. A sua robustez tecnológica assenta na plataforma IBM BPM e permite assegurar níveis de desempenho elevados em diversos enquadramentos e ambientes, onde podem coexistir milhares de utilizadores e centenas ou milhares de processos.

Quer isolado, quer integrado num Programa mais vasto de BPM, o GX BPM é um garante de retorno ao investimento em melhorias de processos e que, de forma direta ou indireta, terá um impacto positivo na componente de resultados, valor do negócio e satisfação dos diversos *stakeholders*.

Este conjunto de razões leva a que o GX BPM seja reconhecido no mercado na componente de aceleradores de BPM e com provas dadas em inúmeros setores e mercados geográficos.

O investimento reconhecido e respetivas previsões de venda são as seguintes:

Projeto	Investimento	Taxa de amortização	RÉDITOS PREVISTOS		
			2018	2019	2020
GX BPM	1.574.165	25%	393.00	929.000	1.919.000

A Administração definiu, baseada na experiência no setor, uma vida útil finita de 4 anos.

## PORTOPIA

O PORTOPIA – Ports Observatory for Performance Indicator Analysis é um projeto lançado em Setembro de 2013, que visa criar uma base de conhecimento integrado num sistema de gestão de desempenho do ecossistema portuário. O projeto procura servir as diferentes partes interessadas na construção de boas práticas de gestão que estimulem a competitividade e sustentabilidade dos portos europeus. Para tal, comporta atividades de investigação e desenvolvimento

de métodos de cálculo de indicadores de desempenho (KPI), modelos de previsão e aferição em diferentes perspetivas de avaliação de desempenho, quanto a tendências do mercado; desenvolvimento socioeconómico; ambiente, saúde ocupacional e segurança; eficiência da cadeia logística; governação e finanças e perceção de qualidade dos utilizadores dos portos. O projeto tem a duração de 4 anos sendo o consórcio composto por uma equipa multidisciplinar, compreendendo os principais especialistas de economia portuária da Europa, que articulam mais de três dezenas de investigadores com especializações que vão desde as ciências sociais até às engenharias. A Glintt, como parceiro tecnológico do consórcio, está a desenvolver o Portopia Service Cloud, solução que permitirá melhorar a recolha de dados portuários, a elaboração de relatórios, dashboards com a visualização de diferentes KPI's, assim como de ferramentas para análise de dados.

Durante o ano de 2017, entraram em produção os módulos sobre perceção de utilizadores (User Perceptions), sobre questões ambientais (integrando a plataforma com o sistema EcoPorts) e sobre modelos de governança dos portos (e respetivas evoluções). Juntamente com o módulo Rapid Exchange System (recolha de dados e análise de tendências de mercado), que já se encontrava a ser utilizado por mais de 30 portos europeus, estes módulos permitiram a definição daquela que pode ser considerada a base para a criação de um observatório Europeu dos portos.

O projeto foi concluído com sucesso, em finais de Novembro de 2017, com a apresentação, em Bruxelas, da plataforma desenvolvida pela Glintt à comunidade portuária europeia e à Comissão Europeia, que destacou o nível de maturidade tecnológica acima do expectável para um projeto desta natureza.

Este projeto conta com o apoio do 7º Programa Quadro da Comissão Europeia.

## SAFEPEC

O SAFEPEC – Innovative Risk-based tools for ship safety inspection, lançado em Outubro de 2014, é um projeto europeu liderado pela Glintt INOV, com o objetivo de tirar partido da “Big Data” e do desenvolvimento de sensores inteligentes que visam o aumento da eficácia dos processos de auditoria, inspeção e manutenção de estruturas e sistemas críticos de navios mercantes. Este objetivo permitirá estabelecer o arquétipo para um regime de inspeção com base em modelos a fim de classificar os navios pelo seu risco, da promoção da interoperabilidade a fim de fornecer uma interpretação mais coerente e harmonizada das várias fontes de dados atualmente disponíveis, ou da utilização de sensores inteligentes para a monitorização das condições do navio. O projeto que tem a duração de 3 anos reúne um consórcio composto por 9 parceiros académicos e da indústria, de 7 países Europeus. Para além da Glintt INOV, o projeto reúne as maiores sociedades classificadoras mundiais (DNV e GL), agora DNV GL, e conta com a presença de alguns dos mais reputados centros de investigação na área marítima como são a MARINTEK e a TNO. A IHS Global, maior sociedade de informações sobre negócios do mundo, assegurará a vertente de dados necessários a quantificação dos modelos desenvolvidos. A componente académica é assegurada por 3 três universidades com elevado prestígio internacional no contexto do transporte marítimo (WMU - World Maritime University, TUM - Universidade Técnica de Munique e NTUA – Universidade Técnica de Atenas).

Durante o ano de 2017 o projeto desenvolveu um módulo de integração de dados (DIM) assim como a finalização da Framework de risco – como base no modelos de riscos desenvolvidos anteriormente (causas, vulnerabilidades, inspeção e consequências). O protótipo de integração de dados garante a interoperabilidade no intercâmbio dos dados e a sua interpretação consistente para com os módulos de risco. Foi feito um esforço significativo nos procedimentos de análise de modo a obter-se uma compreensão clara das necessidades dos modelos, métodos de cálculo, etc. Foram desenvolvidos diversos cenários de demonstração do protótipo integrado como forma de demonstrar a prova de conceito (POC). Este protótipo integrado, para além de consistir no módulo de integração de dados (DIM) e na Framework de risco, integra também dados da instrumentação do navio - já que a mesma permitiu coligir um conjunto alargado de dados sobre a condição do navio – permitindo aferir o risco apresentado por um determinado navio, nas vertentes de corrosão e fadiga, comparar o mesmo com congéneres, assim como determinar quais as áreas a bordo que apresentam a maior degradação. O referido protótipo integrado foi apresentado às partes interessadas de elevado relevo internacional num seminário em Setembro de 2017 em Hamburgo com resposta bastante positiva ao trabalho efetuado. O projeto foi concluído no final de Setembro de 2017.

Este projeto contou com o apoio do 7º Programa Quadro da Comissão Europeia.

## 10. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Entidade	Sede Social	%	31.12.17	31.12.16
Eco3 Multimedia, S.A.	Espanha	17%	33.318	0
MANTELNOR EGAP	Espanha	5%	3.000	3.000
PCTA-PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ALENTEJO, SA	Évora	7%	40.000	40.000
LISGARANTE- SOCIEDADE DE GARANTIA MÚTUA, S.A.	Lisboa	0,04%	21.000	21.000
SENSING EVOLUTION, LDA	Leiria	33%	84.626	24.626
OUTRAS			140.931	93.214
			<b>322.876</b>	<b>181.840</b>

Os Outros Investimentos Financeiros estão mensurados ao custo de aquisição.

## 11. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS DEVEDORES

Entidade	31.12.17	31.12.16
<b>Não corrente</b>		
Cientes	590.008	-
Outros devedores	6.020.465	6.153.246
Perdas por imparidade	(164.284)	(164.284)
	<b>6.446.190</b>	<b>5.988.962</b>
<b>Corrente</b>		
Cientes de conta corrente	13.851.573	13.700.794
Cientes de cobrança duvidosa	4.769.651	5.277.597
Perdas por imparidade	(3.771.524)	(3.897.925)
	<b>14.849.700</b>	<b>15.080.466</b>
Pessoal	28.735	19.041
Impostos	842.834	976.013
Outros devedores	684.505	742.389
	<b>1.561.931</b>	<b>1.737.443</b>
	<b>16.411.631</b>	<b>16.817.908</b>

De acordo com informação divulgada no relatório e contas de 2011, encontravam-se em curso naquele exercício dois processos de contencioso, entre a Glintt Business Solutions, Lda., a Restelo Imobiliária SA (RIP) e os Hotéis Alexandre Almeida (HAA).

Em 21 de Dezembro de 2012 a Glintt, a RIP e os HAA, puseram termo ao diferendo entre as partes por meio de acordo nos termos do qual fixaram o valor em dívida e estabeleceram a forma de pagamento. Desse acordo decorre o valor total da rubrica de Outros Devedores (não corrente), o qual não se encontra relevado ao custo amortizado, uma vez que nos termos do acordo, são calculados e debitados juros anuais. Os juros debitados até ao encerramento do presente exercício ascendem a 1.721 mil euros.

A rubrica clientes de conta corrente inclui as faturas dos clientes que foram cedidas à empresa de factoring, no valor de 3.499 mil euros, e cujo adiantamento se encontra refletido em empréstimos (ver Nota 20).

A perda por imparidade resulta de análises detalhadas, segundo as quais determinados valores em dívida, poderão não vir a ser recebidos na sua totalidade.

O valor contabilístico desta rubrica acrescida do saldo de 'Acréscimos e diferimentos ativos (ver nota 15) representa a exposição máxima ao risco de crédito.

Movimentos ocorridos na rubrica de "Perdas por imparidade"

	31.12.17	31.12.16
Saldo inicial	3.897.925	4.218.182
Reforço	669.101	883.983
Redução	(724.626)	(857.726)
Regularizações	(70.876)	(346.514)
<b>Saldo final</b>	<b>3.771.524</b>	<b>3.897.925</b>

Os saldos em aberto que não se encontram em imparidade incluem:

	31.12.17	31.12.16
Entidades públicas	4.613.670	4.952.805
Garantia	4.721.164	4.995.633
Planos de pagamento	590.956	906.676
Entidades relacionadas	1.644.168	673.148
Letras	22.010	129.304
	<b>11.591.969</b>	<b>11.657.567</b>

O valor das garantias é constituído maioritariamente por uma garantia bancária relacionada com a dívida não corrente anteriormente referida das empresas RIP e HAA.

## 12. ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

O imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) é auto liquidado pelas empresas que constituem o Grupo e, de acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos. Contudo, no caso de serem apresentados prejuízos fiscais estas podem ser sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais por um período de 10 anos. A Administração entende que as correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais às declarações de impostos não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2017.

Os prejuízos fiscais gerados pelas empresas que constituem o Grupo em Portugal sujeitos também a inspeção e eventual ajustamento, podem ser deduzidos a lucros fiscais nos cinco anos seguintes (prejuízos fiscais gerados em 2013) ou nos 12 anos seguintes para os prejuízos fiscais gerados nos exercícios de 2014 e 2016.

O Grupo tem vindo a apresentar candidaturas ao SIFIDE ao longo dos últimos anos, pelo que encontram-se constituídos Ativos por Impostos Diferidos dos montantes já certificados e ainda não utilizados, bem como das candidaturas a apresentar referentes ao exercício corrente.

A decomposição do montante registado em Ativos por Impostos Diferidos, bem como os anos limite para a sua dedução são os seguintes:

	31-12-2017	31-12-2016	
	Imposto diferido ativo	Imposto diferido ativo	Ano limite p/ dedução
<b>Prejuízos fiscais dedutíveis</b>			
2013	60.045	60.045	2018
2014	396.673	396.706	2026
2015	1.671.391	2.029.825	2027
2016	1.321.152	1.387.109	2028
2017	861.197	-	2022
	<b>4.310.458</b>	<b>3.873.685</b>	
<b>Gastos Financeiros Liquidos</b>			
2014	75.767	75.767	2019
2015	65.859	65.859	2020
2016	22.986	19.476	2021
2017	11.832	-	2022
	<b>176.444</b>	<b>161.102</b>	
<b>Benefícios fiscais</b>			
SIFIDE 2012	325.264	325.264	2017
SIFIDE 2013	607.307	607.307	2018
SIFIDE 2014	210.594	210.594	2022
SIFIDE 2015	121.774	120.316	2023
SIFIDE 2016	60.940	217.249	2024
SIFIDE 2017	160.000	-	2025
CFEI	223.412	223.412	2018
	<b>1.709.291</b>	<b>1.704.142</b>	
	<b>6.196.193</b>	<b>5.738.929</b>	

<b>Prejuízos fiscais dedutíveis + GFL</b>	<b>31-12-2017</b>	<b>31-12-2016</b>
Saldo inicial	4.034.787	2.780.000
Reforço	873.029	1.406.585
Regularizações	(31.868)	248.905
Redução	(389.046)	(400.703)
<b>Saldo final</b>	<b>4.486.902</b>	<b>4.034.787</b>

<b>Benefícios fiscais</b>	<b>31-12-2017</b>	<b>31-12-2016</b>
Saldo inicial	1.704.142	1.561.188
Reforço	160.000	242.954
Regularizações	(154.851)	-
Redução	-	(100.000)
<b>Saldo final</b>	<b>1.709.291</b>	<b>1.704.142</b>

O montante registado em Ativos por Impostos Diferidos tem tido por base as previsões do resultado fiscal dos exercícios seguintes e tem sido considerado as reavaliações constantes das expectativas existentes.

## 13. INVENTÁRIOS

	31.12.17	31.12.16
Mercadorias	2.176.698	1.472.150
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	103.210	145.766
	2.279.908	1.617.916
Perda por imparidade	(659.811)	(632.626)
	<b>1.620.097</b>	<b>985.290</b>

As mercadorias dizem respeito essencialmente a equipamentos e mobiliário para farmácia, outros equipamentos informáticos para farmácia e demais clientes da área de Managed Services, os quais se destinam quer à venda quer à incorporação em contratos de manutenção / prestação de serviços.

Movimentos ocorridos na rubrica de "Perdas por Imparidade"

	31.12.17	31.12.16
Saldo inicial	632.626	666.337
Reforço	210.000	0
Redução	(182.815)	(33.711)
Saldo final	659.811	632.626

## 14. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.17	31.12.16
Caixa	7.935	5.733
Depósitos bancários de curto prazo	2.024.348	2.263.686
Outros Depósitos Bancários	440.146	0
Outros Instrumentos Financeiro	46	0
	<b>2.472.474</b>	<b>2.269.419</b>

## 15. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ATIVOS

	31.12.17	31.12.16
<b>Acréscimos de rendimentos</b>		
Outros Acréscimos Rendimento	253.441	29.899
Projetos em curso	3.708.415	3.184.776
	<b>3.961.856</b>	<b>3.214.674</b>
<b>Gastos diferidos</b>		
Rendas	3.754	9.137
Seguros	66.482	134.654
Publicidade	20.395	16.149
Trabalhos especializados	388.856	211.571
Conservação	15.036	39.464
Outros custos diferidos	163.207	88.901
Projetos em curso	2.129.223	1.995.701
	<b>2.786.953</b>	<b>2.495.576</b>
	<b>6.748.809</b>	<b>5.710.251</b>

Os principais montantes relativos às rubricas de acréscimos de rendimentos e gastos diferidos estão relacionados com a natureza dos contratos celebrados no grupo, os quais se resumem na seguinte tabela:

	Outros Mercados		Saúde		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Obras e Robótica	-	-	246.728	404.255	246.728	404.255
Consultoria e Serviços	1.277.264	773.399	941.098	1.788.303	2.218.361	2.561.702
Suporte e Manutenção	491.683	-10.627	751.642	229.447	1.243.326	218.819
<b>Acréscimos de Rendimentos</b>	<b>1.768.947</b>	<b>762.771</b>	<b>1.939.468</b>	<b>2.422.004</b>	<b>3.708.415</b>	<b>3.184.776</b>
Obras e Robótica	-	-	76.028	306.885	76.028	306.885
Consultoria e Serviços	633.755	122.377	304.914	585.044	938.669	707.421
Suporte e Manutenção	915.043	823.679	199.484	157.716	1.114.526	981.395
<b>Gastos Diferidos</b>	<b>1.548.798</b>	<b>946.055</b>	<b>580.425</b>	<b>1.049.645</b>	<b>2.129.223</b>	<b>1.995.701</b>

Na linha de oferta da Consultoria, existente em ambos os segmentos – Saúde e Outros Mercados, existem contratos que se materializam durante mais do que um período, e cujos eventos de faturação ou pagamento a terceiros, estão calendarizados em momentos específicos, não sincronizados com estes.

Assim, no segmento da Saúde estas situações ocorrem maioritariamente nos projetos de consultoria e obras para Farmácia e nos projetos de Consultoria e Implementação de Software para o Sector da Saude. Por sua vez no segmento dos Outros Mercados, estas situações são visíveis em projetos relativos a contratos de manutenção e licenciamento, onde o licenciamento é adquirido a terceiros num momento inicial, e o seu gasto vai sendo reconhecido durante o período da licença, em paralelo com o reconhecimento do rédito global associado a uma prestação de serviços única de licenciamento e manutenção, ocorrendo a faturação em momentos distintos durante a vida do contrato, bem como nos projetos de consultoria tecnológica, onde a tipologia dos contratos estabelecidos com clientes, produz impacto essencialmente ao nível da rubrica de acréscimos de rendimentos, com o reconhecimento do rédito realizado de acordo com a evolução dos serviços apresentados, e os eventos de faturação calendarizados em função da concretização de determinados eventos do projeto.

## 16. ATIVOS DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS E PASSIVOS RELACIONADOS

	(valores em euros)		
	31-dez-17	31-dez-16	Variação
<b>Ativos de operações descontinuadas</b>			
<b>Não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	-	94	(94)
Goodwill	-	-	-
Ativos fixos Intangíveis	-	-	-
Outros Investimentos Financeiros	-	412	(412)
Contas a receber de clientes e outros devedores	-	-	-
Ativos por Impostos Diferidos	-	-	-
	-	<b>506</b>	<b>(506)</b>
<b>Corrente</b>			
Inventários	-	-	-
Contas a receber de clientes e outros devedores	-	206.955	(206.955)
Caixa e equivalentes de caixa	86.371	91.508	(5.138)
Acréscimos e diferimentos ativos	-	39.938	(39.938)
	<b>86.371</b>	<b>338.402</b>	<b>(252.031)</b>
<b>Ativos operações descontinuadas</b>	<b>86.371</b>	<b>338.908</b>	<b>(252.538)</b>

	(valores em euros)		
Passivos de operações descontinuadas	31-dez-17	31-dez-16	Varição
<b>Não corrente</b>			
Contas a pagar a fornecedores e outros credores	-	-	-
Empréstimos	-	-	-
Acréscimos e diferimentos passivos	-	-	-
Provisões para outros passivos e encargos	166.769	157.809	(324.577)
Passivos por Impostos Diferidos	-	-	-
	<b>166.769</b>	<b>157.809</b>	<b>(324.577)</b>
<b>Corrente</b>			
Contas a pagar a fornecedores e outros credores	-	206.071	(206.071)
Empréstimos	-	-	-
Acréscimos e diferimentos passivos	1.472	65.765	(67.237)
	<b>1.472</b>	<b>271.836</b>	<b>(273.308)</b>
<b>Passivos operações descontinuadas</b>	<b>168.240</b>	<b>429.644</b>	<b>(597.885)</b>

## 17. CAPITAL SOCIAL

	(valores em euros)				
	Número de Ações	Capital social	Prémio de emissão	Ações próprias	Total
Em 31 de dezembro de 2016	86.962.868	86.962.868	10.255.221	0	97.218.089
Em 31 de dezembro de 2017	86.962.868	86.962.868	10.255.221	0	97.218.089

O capital social, integralmente subscrito e realizado, é representado por 86.962.868 ações ordinárias de valor nominal de 1 euro, detido pelas seguintes entidades:

Acionistas	Nº de Ações	% do capital	% dos direitos de voto
Farminveste 3 - Gestão de Participações SGPS, Lda (a)	66.076.974	75,98	75,98
José Ribeiro Gomes	2.600	2,98	2,98
Restantes acionistas	20.883.294	21,04	21,04

## 18. RESERVAS E RESULTADOS ACUMULADOS

	Reserva legal	Outras reservas	Reservas Conversão Cambial	Resultados retidos	Interesses que não controlam	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>1.844.801</b>	<b>20.457.438</b>	<b>(1.160.818)</b>	<b>(44.828.481)</b>	<b>196.543</b>	<b>(23.490.517)</b>
Aplicação resultado exercício anterior	39.275	3.619.662	-	(3.658.937)	-	-
Out.ganhos/perdas reconhecidos diret. capital próprio	-	(46.845)	(201.744)	2.087	(77.242)	(323.744)
Resultado líquido do ano	-	-	-	383.273	192.885	576.157
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>1.884.076</b>	<b>24.030.255</b>	<b>(1.362.562)</b>	<b>(48.102.058)</b>	<b>312.187</b>	<b>(23.238.103)</b>
<b>Em 1 de janeiro de 2017</b>	<b>1.884.076</b>	<b>24.030.255</b>	<b>(1.362.562)</b>	<b>(48.102.058)</b>	<b>312.187</b>	<b>(23.238.103)</b>
Aplicação resultado exercício anterior	98.692	2.898.350	-	(2.997.042)	-	-
Out.ganhos/perdas reconhecidos diret. capital próprio	-	-	(301.739)	(59)	(148.500)	(450.298)
Resultado líquido do ano	-	-	-	508.183	159.114	667.297
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>1.982.768</b>	<b>26.928.605</b>	<b>(1.664.302)</b>	<b>(50.590.976)</b>	<b>322.801</b>	<b>(23.021.101)</b>

De acordo com a legislação em vigor, as empresas sediadas em Portugal são obrigadas a transferir para a rubrica de Reserva legal um mínimo de 5% do resultado líquido anual, até que a mesma atinja 20% do capital social. Esta reserva não pode ser distribuída aos acionistas, podendo no entanto ser utilizada para absorver prejuízos ou ser incorporada no capital social.

As outras reservas respeitam a reservas livres constituídas através das transferências de resultados líquidos de exercícios anteriores.

Na rubrica Reservas de Conversão Cambial, está relevado o montante resultante da variação em moeda nacional da conversão das demonstrações financeiras das filiais expressas em moeda estrangeira, decorrente de alteração do câmbio respetivo.

## 19. CONTAS A PAGAR A FORNECEDORES E OUTROS CREDORES

	31.12.17	31.12.16
<b>Não corrente</b>		
Fornecedores	-	-
Outros credores	341.284	316.226
	<b>341.284</b>	<b>316.226</b>
<b>Corrente</b>		
Fornecedores	10.312.377	7.716.849
Estado e outros entes públicos	3.883.330	3.613.147
Colaboradores	95.175	112.934
Outros credores	7.029.214	5.501.336
<b>Total de contas a pagar a fornecedores e outros credores</b>	<b>21.320.097</b>	<b>16.944.266</b>

O montante referente à rubrica de Estado e outros entes públicos respeita essencialmente a IVA a pagar (1.226.897 euros), a retenções de IRS e TSU (1.715.885 euros) e a IRC (219.638 euros).

Não existem dívidas em mora ao estado (Autoridade Tributária e Segurança Social) em 31 de dezembro de 2017.

## 20. EMPRÉSTIMOS

	31.12.17	31.12.16
<b>Não corrente</b>		
Dividas a instituições financeiras	33.155.050	17.138.230
Credores por locação financeira	57.165	73.395
Suprimentos	1.000.000	0
	<b>34.212.216</b>	<b>17.211.625</b>
<b>Corrente</b>		
Dividas a instituições financeiras	5.999.256	23.657.037
Credores por locação financeira	22.618	15.830
Adiantamento de factoring	3.364.735	1.956.428
	<b>9.386.609</b>	<b>25.629.294</b>

Os valores constantes da rubrica “dívidas a instituições financeiras” são referentes a linhas de crédito autorizadas que não se encontram totalmente utilizadas.

O montante em dívida para com as instituições financeiras teve o movimento que se segue:

	31.12.17	31.12.16
Saldo Inicial	40.795.267	42.422.933
Reforços	92.357.120	79.220.556
Amortizações	(93.998.080)	(80.848.222)
<b>Saldo Final</b>	<b>39.154.307</b>	<b>40.795.267</b>

As variações ocorridas em 2017 decorrem fundamentalmente de utilizações e amortizações das contas correntes caucionadas.

A média das taxas de juro efetivas à data do balanço eram as seguintes:

	31.12.17	31.12.16
Dividas a instituições de crédito	3,74%	4,03%
Credores por locação financeira	2,50%	2,50%
Factoring	2,41%	2,23%

## 21.ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS PASSIVOS

	31.12.17	31.12.16
<b>NÃO CORRENTE</b>		
<b>Rendimentos diferidos</b>		
Outros rendimentos diferidos (subsídios ao investimento)	521.249	812.573
	521.249	812.573
<b>CORRENTE</b>		
<b>Acréscimo de gastos</b>		
Gastos com pessoal	4.669.421	4.096.548
Projetos em curso	3.162.145	2.975.490
Trabalhos especializados	744.363	315.266
Outros	178.015	279.787
Juros bancários	112.623	510.918
Comunicações	15.104	50.595
Publicidade	268	37.132
Seguros a liquidar	13.954	122.460
	<b>8.895.893</b>	<b>8.388.197</b>
<b>Rendimentos diferidos</b>		
Projetos em curso	4.954.087	3.933.080
Outros rendimentos diferidos	390.551	485.391
	5.344.638	4.418.471
	<b>14.240.531</b>	<b>12.806.668</b>

A rubrica de Gastos com pessoal refere-se aos montantes a liquidar referentes a férias, subsídios de férias e bônus (conforme Nota 2.19).

Os Rendimentos diferidos derivam essencialmente da tipologia de contratos, onde há lugar a faturação e pagamento antecipado, com referência à data da realização dos trabalhos que ocorre em momento posterior. São exemplos, os contratos de prestação de serviços de consultoria, comumente faturados em determinada percentagem do seu valor global aquando da adjudicação, bem como na área de Managed Services, onde há lugar à faturação antecipada de alguns contratos de manutenção anual.

Por sua vez, os acréscimos de gastos, surgem sobretudo na área dos Managed Services dado que grande parte dos gastos a incorrer resultam de trabalhos efetuados por entidades externas (contratos de manutenção back-to-back), os quais são faturados e pagos à posteriori.

Na seguinte tabela resumem-se os montantes por tipologia de projeto e segmento operacional:

	Outros Mercados		Saúde		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Obras e Robótica	-	-	852.387	658.971	852.387	658.971
Consultoria e Serviços	1.083.849	105.224	1.059.959	2.040.676	2.143.807	2.145.900
Suporte e Manutenção	1.437.902	476.260	519.990	651.948	1.957.892	1.128.209
<b>Rendimentos Diferidos</b>	<b>2.521.751</b>	<b>581.485</b>	<b>2.432.336</b>	<b>3.351.595</b>	<b>4.954.087</b>	<b>3.933.080</b>
Obras e Robótica	-	-	1.249.811	1.033.639	1.249.811	1.033.639
Consultoria e Serviços	600.817	485.530	908.277	1.249.071	1.509.094	1.734.601
Suporte e Manutenção	146.813	91.677	256.427	115.573	403.239	207.251
<b>Acréscimos de Gastos</b>	<b>747.630</b>	<b>577.207</b>	<b>2.414.515</b>	<b>2.398.283</b>	<b>3.162.145</b>	<b>2.975.490</b>

## 22. PROVISÕES PARA OUTROS PASSIVOS E ENCARGOS

	Saldo 1 Janeiro 2016	Transferências	Reforço	Utilização	Saldo 31 Dezembro 2016
<b>Reestruturação</b>					
Filial Solservice [a]	746.086	-	3.347	(83.113)	666.319
Filial Glintt Polska [a]	539.972	-	47.958	(270.624)	317.306
Farmaplus	294.000	-	352.544	(95.456)	551.089
	<b>1.580.058</b>	<b>0</b>	<b>403.849</b>	<b>(449.193)</b>	<b>1.534.714</b>
<b>Outros Riscos e Encargos</b>					
Filial Glintt Angola	2.466.525	-	-	(553.106)	1.913.419
Garantia claus. 11.nº1 contrato venda HCCM [a]	262.875	-	-	-	262.875
Outros	326.407	-	-	-	326.407
	3.055.807	0	0	(553.106)	2.502.701
	<b>4.635.865</b>	<b>-</b>	<b>403.849</b>	<b>(1.002.299)</b>	<b>4.037.415</b>

[a] A contrapartida destes movimentos de provisões na demonstração de resultados encontra-se refletida na rubrica de perdas com operação descontinuadas, de acordo com a IAS1/IFRS 5 (Nota 35)

## 23. PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

No que respeita a Passivos por Impostos Diferidos, os movimentos ocorridos no exercício foram os seguintes:

31.12.17	Saldo Inicial	Reclass.	Efeitos em resultados	Efeitos capitais próprios	Saldo final
Dif. entre critério fiscal e contabilístico - Ativos Tangíveis	36.221	-	(29.667)	-	6.554
Dif. entre critério fiscal e contabilístico - Reconh. Rédito	15.961	-	(3.786)	-	12.175
Dif. entre critério fiscal e contabilístico - Software	192.855	-	(64.286)	-	128.569
Dif. entre critério fiscal e contabilístico - Carteira de Clientes	7.776.779	-	(657.263)	-	7.119.516
Dif. entre critério fiscal e contabilístico - Qwerty	-	-	331.385	-	331.385
	<b>8.021.816</b>	<b>-</b>	<b>(423.617)</b>	<b>-</b>	<b>7.598.199</b>

31.12.16	Saldo Inicial	Reclass.	Efeitos em resultados	Efeitos capitais próprios	Saldo final
Dif. entre critério fiscal e contabilístico - Ativos Tangíveis	42.444	-	(6.223)	-	36.221
Dif. entre critério fiscal e contabilístico - Reconh. Rédito	18.101	-	(2.140)	-	15.961
Dif. entre critério fiscal e contabilístico - Software	257.141	-	(64.286)	-	192.855
Dif. entre critério fiscal e contabilístico - Carteira de Clientes	8.718.855	-	(942.076)	-	7.776.779
	<b>9.036.541</b>	<b>-</b>	<b>(1.014.725)</b>	<b>-</b>	<b>8.021.816</b>

## 24. RÉDITO DAS VENDAS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	31.12.17	31.12.16
<b>Venda de bens</b>		
Mercado interno	11.757.439	10.367.801
Mercado comunitário	2.790.966	2.206.711
Mercado extracomunitário	70.196	562
	<b>14.618.601</b>	<b>12.575.074</b>
<b>Prestação de serviços</b>		
Mercado interno	39.587.767	36.613.280
Mercado comunitário	15.655.242	15.422.085
Mercado extracomunitário	1.145.041	1.484.094
	<b>56.388.050</b>	<b>53.519.460</b>
<b>Total vendas e prestação de serviços</b>	<b>71.006.651</b>	<b>66.094.534</b>

## 25. CUSTO DAS VENDAS

	31.12.17	31.12.16
Saldo Inicial	985.290	858.934
Compras	10.428.058	8.123.489
Regularizações	(106.708)	(12.228)
Movimentos de Acréscimos	397.248	541.481
Saldo final	1.620.097	985.290
<b>Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas</b>	<b>10.083.791</b>	<b>8.526.386</b>

## 26. SUBCONTRATOS

	31.12.17	31.12.16
Serviços profissionais	7.220.561	6.784.671
Serviços de suporte e manutenção	2.520.103	2.782.979
Outros subcontratos	3.531.207	2.209.442
	<b>13.271.871</b>	<b>11.777.091</b>

## 27. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

	31.12.17	31.12.16
Rendas e alugueres	3.188.907	2.976.709
Transportes, desloc. e representação	1.539.739	1.693.789
Trabalhos especializados	3.603.297	3.129.818
Eletricidade, água, combustíveis	975.244	809.934
Outros fornecimentos e serviços	615.361	796.050
Comunicação	393.728	392.084
Publicidade e propaganda	777.279	564.266
Comissões e honorários	106.840	185.205
Conservação e reparação	428.455	417.043
	<b>11.628.850</b>	<b>10.964.898</b>

A rubrica de Rendas e alugueres inclui o registo das locações operacionais.

Os compromissos assumidos com locações operacionais e respetivos prazos de maturidade encontram-se reportados na Nota 3.2.

## 28. GASTOS COM O PESSOAL

	31.12.17	31.12.16
Remunerações dos colaboradores	26.515.730	24.068.970
Remunerações dos órgãos sociais	1.124.872,11	852.729
Encargos sobre remunerações	5.616.616	5.347.237
Outros gastos com o pessoal	707.319	748.144
Custos de reestruturação	400.829	1.047.053
	<b>34.365.366</b>	<b>32.064.132</b>

O Grupo tinha ao seu serviço, a 31 de dezembro de 2017, 988 colaboradores. Em 31 de dezembro de 2016 o número de colaboradores era de 919 (incluía 2 colaboradores de operações descontinuadas).

## 29. OUTROS GANHOS E PERDAS - LÍQUIDAS

	31.12.17	31.12.16
Impostos	(29.411)	320.190
Coimas		(257.450)
Resultados na venda de ativos fixos	13.626	1.976
Rendimentos suplementares	938.987	1.018.209
Subsídios à exploração	122.888	129.311
Trabalhos para a própria empresa	3.070.015	1.974.333
Out. ganhos/perdas líquidos	384.440	790.660
	<b>4.500.543</b>	<b>3.977.229</b>

A rubrica de Trabalhos para a própria empresa originou o reconhecimento de ativos intangíveis, conforme detalhado na nota 9 (Intangíveis desenvolvidos internamente).

## 30. DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES

	31.12.17	31.12.16
<b>Ativos fixos tangíveis</b>		
Edifícios e outras construções	46.091	90.689
Equipamento básico	108.300	122.673
Equipamento de transporte	-	15.296
Equipamento administrativo	185.990	184.129
Outras imobilizações corpóreas	4.424	5.086
	<b>344.806</b>	<b>417.872</b>
<b>Ativos intangíveis</b>		
Propriedade industrial e outros direitos	116.045	57.719
Intangíveis desenvolvidos internamente	2.210.900	1.700.210
Programas de computador	64.217	-
Intangíveis concentração atividades(vida útil finita)	214.285	214.285
	<b>2.605.446</b>	<b>1.972.214</b>
	<b>2.950.252</b>	<b>2.390.086</b>

## 31. PERDAS POR IMPARIDADE

	31.12.17	31.12.16
Intangíveis adquiridos concentração atividades (vida útil indefinida)	310.536	188.540
Clientes	(55.525)	362.341
Dívidas Incobráveis	178.099	-
Inventários	27.185	(33.711)
Instrumentos financeiros	959	470
	<b>461.253</b>	<b>517.640</b>

## 32. RESULTADOS FINANCEIROS

	31.12.17	31.12.16
Juros obtidos	15.752	-
Diferenças de câmbio favorável	58.180	55.205
Descontos de pronto pagamento concedidos/obtidos	5.847	(1.169)
Outros ganhos financeiros	183	29.026
Juros suportados	(1.897.831)	(2.237.048)
Diferenças de câmbio desfavorável	(123.691)	(76.633)
Outras perdas financeiras	(795.435)	(644.350)
	<b>(2.736.996)</b>	<b>(2.874.968)</b>

Conforme referido na nota 9, nesta rubrica encontra-se registado o ganho com a aquisição da Query Informatica, S.L.O.

## 33. GANHOS EMPRESA GRUPO

	31.12.17	31.12.16
Aquisição Qwety Informática	764.629	-
	<b>764.629</b>	<b>-</b>

Nesta rubrica encontra-se registado o ganho com a aquisição da Query Informatica, S.L.

## 34. IMPOSTOS SOBRE RESULTADOS

O Grupo apresenta um resultado contabilístico antes de impostos no montante de 1.327 mil euros, tendo sido apurado um valor de imposto de 690 mil euros.

O montante de imposto contabilizado em 2017 tem a seguinte decomposição:

Decomposição imposto do exercício	31.12.17	31.12.16
Imposto a pagar	1.553.090	1.528.230
Impostos Diferidos Ativos	(508.241)	(1.164.734)
Impostos Diferidos Passivos	(423.617)	(1.014.725)
IRC ex. anteriores	69.146	383.318
	<b>690.378</b>	<b>-267.911</b>

No que respeita aos Impostos diferidos ativos, os movimentos ocorridos foram os seguintes:

	31.12.17	31.12.16
Saldo inicial	5.738.929	4.341.188
Reforço	1.033.029	1.649.539
Regularizações	(186.719)	248.905
Redução	(389.046)	(500.703)
<b>Saldo final</b>	<b>6.196.193</b>	<b>5.738.929</b>

A taxa média efetiva de imposto difere da taxa nominal, nomeadamente devido a:

	31.12.17	31.12.16
Resultado antes de impostos	1.326.551	2.490.037
Taxa nominal de imposto	<b>21,00%</b>	<b>21,00%</b>
Imposto esperado	278.576	522.908
Diferença taxa imposto	175.242	221.492
Diferenças permanentes (a)	88.476	99.450
Diferenças temporárias	(257.504)	(946.272)
Impacto operações descontinuadas com efeito fiscal	47.138	(534.823)
<b>Ajustamentos à colecta:</b>		
- Derrama sobre Lucro Tributável	59.606	15.076
- Tributações autónomas	254.321	213.894
- Benefícios fiscais	(24.623)	(242.954)
- IRC exercícios anteriores	69.146	383.318
	<b>690.378</b>	<b>(267.911)</b>
<b>Taxa efectiva de imposto</b>	<b>52,04%</b>	<b>-10,76%</b>
<b>O imposto sobre o rendimento do período tem a seguinte composição:</b>		
Imposto corrente	1.512.797	1.528.230
Imposto diferido	(891.565)	(2.179.459)
IRC ex. anteriores	69.146	383.318
	<b>690.378</b>	<b>(267.911)</b>
<b>(a) Este valor respeita essencialmente a:</b>		
ALD	-	-
Amortizações, provisões e imparidades	(290.313)	237.110
Correcções relativas a exercícios anteriores	316.564	252.831
Insuficiência/Excesso de estimativa para impostos	(33.149)	(327.223)
Multas, coimas, juros compensatórios	9.956	4.585
Outros	418.254	306.269
	<b>421.312</b>	<b>473.572</b>
<b>Impacto fiscal</b>	<b>88.476</b>	<b>99.450</b>

A linha da diferença de taxa de imposto deve-se à existência de filiais noutros países, nomeadamente em Espanha, Angola e Brasil, onde a taxa de imposto é superior – entre 25% e 30%.

## 35. PERDAS COM OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

	dez-17	dez-16	Varição
Vendas	-	-	-
Prestação de serviços	-	682.748	(682.748)
<b>Total das Vendas e Prestação de Serviços</b>	<b>-</b>	<b>682.748</b>	<b>(682.748)</b>
Custo das vendas	-	(10.151)	10.151
Subcontratos	(4.038)	(26.816)	22.778
<b>Margem Bruta</b>	<b>(4.038)</b>	<b>645.781</b>	<b>(649.819)</b>
Fornecimentos e serviços externos	(13.170)	(180.977)	167.807
Gastos com pessoal	(99.699)	(254.380)	154.682
Outros ganhos e perdas - líquidas	154.172	(1.876.934)	2.031.106
<b>Resultado operacional bruto</b>	<b>37.266</b>	<b>(1.666.511)</b>	<b>1.703.776</b>
Depreciações e amortizações	-	(225.818)	225.818
Provisões	45.344	(213.906)	259.250
Perdas por imparidade	(63.820)	149.039	(212.858)
<b>Resultado operacional</b>	<b>18.790</b>	<b>(1.957.196)</b>	<b>1.975.986</b>
Resultados financeiros	12.335	(64.113)	76.447
Ganhos/Perdas em alienação participações	-	-	-
<b>Resultados antes de impostos das operações descontinuadas</b>	<b>31.124</b>	<b>(2.021.309)</b>	<b>2.052.433</b>
Imposto sobre lucros	-	(160.482)	160.482
<b>Resultados depois de impostos das operações descontinuadas</b>	<b>31.124</b>	<b>(2.181.790)</b>	<b>2.212.915</b>

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados das operações descontinuadas

	31/dez/17	31/dez/16
Fluxo de atividades operacionais	6.682	(12.653)
Fluxo de atividades de investimento	0	0
Fluxo de atividades de Financiamento	(434)	11.548
Efeito das diferenças de câmbio	(9.379)	(15.500)
Variações de caixa e seus equivalentes	(3.130)	(16.605)
Caixa e seus equivalentes - início do exercício	89.502	106.107
Caixa e seus equivalentes - fim do exercício	86.371	89.502

## 36. RESULTADOS POR AÇÃO

### BÁSICO

O cálculo do resultado básico por ação baseia-se no lucro atribuível aos acionistas ordinários dividido pela média ponderada de ações ordinárias no período, excluindo ações ordinárias compradas pelo Grupo e detidas como ações próprias.

	31.12.17	31.12.16
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas ordinários	508.183	383.273
Nº médio ponderado de ações ordinárias	86.962.868	86.962.868
Resultado por ação - básico - euros	0,006	0,004

## DILUÍDO

O resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação, devido à inexistência de instrumentos financeiros que venham a originar a diluição do capital social no futuro.

## 37.COMPROMISSOS

Os compromissos financeiros que não figuram no balanço referentes a garantias bancárias prestadas a terceiros destinadas a servir de caução aos projetos em curso, são discriminados como segue:

Descrição	31.12.17	31.12.16
Hewlett - Packard International Bank plc	2.051.746	3.019.492
HCCM Outsourcing Investment SA	525.750	788.625
TD Tech Data Portugal, Lda.	-	200.000
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	142.230	142.230
PT Comunicações, S.A.	-	28.636
Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE	26.117	28.504
HPP Saúde - Parcerias Cascais, S.A.	25.000	25.000
TMN - Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.	8.000	17.493
CEIOTAN   Ministério das Forças Armadas	17.434	17.433
Estado Maior General das Forças Armadas	16.204	-
Metropolitano de Lisboa E.P.E.	16.836	19.274
SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE	13.013	-
Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, E.E.P.	12.384	16.692
Banco de Portugal	12.570	12.570
Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas IP	-	12.511
Outras garantias	22.468	27.470
<b>Total garantias prestadas</b>	<b>2.889.751</b>	<b>4.355.931</b>

- » Em dezembro de 2012, a empresa contraiu um empréstimo de 19,5 milhões de euros junto do Novo Banco (Antigo BES). Este foi concedido com a finalidade de amortizar totalmente os restantes empréstimos que a empresa detinha com o Novo Banco e o restante para apoio ao investimento. Por garantia deste financiamento, foram dadas de penhor as ações da Consoft, empresa espanhola adquirida em 2011 pela Glintt. O empréstimo em questão encontra-se liquidado mediante formalização, a 17 de Março de 2017 de novo empréstimo de MLP junto da mesma instituição, tendo sido liberto o penhor sobre as ações da Consoft a partir daquela data.
- » Durante o exercício de 2015, com a venda das áreas não core à sociedade HCCM constitui-se uma garantia bancária no valor de 1.051.000 euros, a qual foi reduzida em 2016, e nos termos do contrato, para 788.625 euros, e em 2017 para 525.750 conforme se atualiza na tabela acima.

## 38.EVENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Após data de encerramento não se revelaram eventos que possam ter impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

## 39. PARTES RELACIONADAS

### » Transações relevantes com entidades relacionadas

As transações e saldos entre a Glintt, S.A. e as empresas do Grupo, que são partes relacionadas, foram eliminadas no processo de consolidação, não sendo objeto de divulgação na presente nota.

Durante o exercício de 2017 foram efetuadas transações com outras partes relacionadas, que envolveram as seguintes entidades e montantes:

#### 2017

Ent. Relacionada	Réditos	Gastos	Saldos devedores	Saldos credores
Farminveste 3, SGPS	-	15.616	-	1.015.616
Farminveste, SA	600.447	623.749	94.512	309.787
Alliance Healthcare, SA	1.013.219	31	440.407	-
Assoc. Nacional Farmácias	592.383	-	129.494	-
Finanfarma - Soc. Fact., SA	167.302	135.933	40.005	-
Farmácias	204.731	-	163.124	-
Imofarma	23.636	849.492	-	523.374
Farminveste 4- Serviços,S.A.	1.721.897	2.205.390	661.083	265.159
Outras entidades	739.714	100.939	115.544	100.890
	<b>5.063.330</b>	<b>3.931.150</b>	<b>1.644.168</b>	<b>2.214.826</b>

#### 2016

Ent. Relacionada	Réditos	Gastos	Saldos devedores	Saldos credores
Farminveste, SA	958.218	750.895	-	595.940
Alliance Healthcare, SA	544.322	-	142.622	-
Assoc. Nacional Farmácias	567.859	69.723	95.486	13.972
Finanfarma - Soc. Fact., SA	40.276	112.452	-	-
Farmácias	104.818	-	164.780	-
Imofarma	2.090	845.994	2.571	520.563
Farminveste 4- Serviços,S.A.	1.065.957	1.797.121	241.386	802.318
Outras entidades	317.140	85.968	26.303	69.624
	<b>3.600.679</b>	<b>3.662.152</b>	<b>673.148</b>	<b>2.002.417</b>

### » Remunerações de Administradores e Diretores

A política de remunerações da Glintt encontra-se divulgada no Relatório sobre o Governo da Sociedade, capítulo II.29 e seguintes.

No exercício de 2017, as remunerações pagas a Administradores e Diretores foram as seguintes:

	2017	2016	2017	2016	2017	2016
	Rem. fixas	Rem. fixas	Rem. variáveis	Rem. variáveis	Indemnizações	Indemnizações
<b>Glintt GIT</b>						
Administradores executivos	890.206	588.128	156.183	-	-	161.205
Administradores não executivos	78.483	88.718	-	-	-	-
Diretores	570.564	527.748	40.650	107.749	-	105.292
<b>Total</b>	<b>1.539.253</b>	<b>1.204.594</b>	<b>196.833</b>	<b>107.749</b>	<b>-</b>	<b>266.497</b>
<b>Grupo / Subsidiárias</b>						
Orgão executivo	606.333	175.883	150.968	-	-	-
Diretores	1.027.272	624.699	188.899	207.943	112.000	52.000
<b>Total</b>	<b>1.633.605</b>	<b>800.582</b>	<b>339.867</b>	<b>207.943</b>	<b>112.000</b>	<b>52.000</b>

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

## 1. DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DA POSIÇÃO FINANCEIRA

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2016

(Valores em Euros)

		31-12-2017	31-12-2016
<b>ATIVO</b>			
<b>Não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	6	235.670	305.125
Goodwill	7	35.249.175	35.249.175
Outros ativos intangíveis	8	2.207.714	1.879.058
Participações financeiras em subsidiárias	9	70.859.109	71.500.020
Outros investimentos financeiros	10	121.138	90.277
Ativos por impostos diferidos	11	4.154.184	3.409.251
Contas a receber de clientes e outros devedores	13	3.430.716	10.257.819
<b>Total do ativo não corrente</b>		<b>116.257.706</b>	<b>122.690.725</b>
<b>Corrente</b>			
Inventários	12	44.685	-
Outras contas a receber	13	6.876.500	4.455.675
Acréscimos e diferimentos ativos	15	6.129.583	4.065.408
Caixa e depósitos bancários	14	571.737	445.430
Ativos operações descontinuadas	16	997.244	1.943.391
<b>Total do ativo corrente</b>		<b>14.619.750</b>	<b>10.909.904</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>130.877.456</b>	<b>133.600.629</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
<b>Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital</b>			
Capital social	17	86.962.868	86.962.868
Prémios de emissão	17	10.255.221	10.255.221
Outras reservas	18	2.667.524	2.507.524
Resultados transitados	18	(30.739.999)	(31.474.059)
Resultado retidos no período	18	(4.026.580)	4.287.707
<b>Total do capital próprio</b>		<b>65.119.034</b>	<b>72.539.261</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Não corrente</b>			
Provisões	30	3.711.008	4.309.458
Outras contas a pagar	19	4.500.000	4.500.000
Empréstimos	20	21.922.410	12.235.957
<b>Total do passivo não corrente</b>		<b>30.133.418</b>	<b>21.045.415</b>
<b>Corrente</b>			
Outras contas a pagar a fornecedores e outros credores	19	29.154.421	24.954.450
Empréstimos	20	1.145.643	11.593.991
Acréscimos e diferimentos passivos	21	5.324.938	3.467.511
<b>Total do passivo corrente</b>		<b>35.625.002</b>	<b>40.015.952</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>65.758.420</b>	<b>61.061.367</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>130.877.456</b>	<b>133.600.629</b>

## 2. DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores em Euros)

		31-12-2017	31-12-2016
<b>Vendas</b>	22	3.172.482	503.710
Prestação serviços	22	14.344.231	10.972.309
<b>Total das Vendas e Prestação de serviços</b>		<b>17.516.713</b>	<b>11.476.019</b>
Custo das Vendas	23	(2.529.879)	(476.831)
Sucontratos	24	(4.804.761)	(1.985.637)
<b>Margem bruta</b>		<b>10.182.073</b>	<b>9.013.551</b>
Fornecimentos e serviços externos	25	(4.175.935)	(4.671.635)
Custos com pessoal	26	(11.222.915)	(9.959.945)
Outros ganhos e perdas líquidas	27	2.176.592	3.343.691
<b>Resultado operacional bruto</b>		<b>(3.040.185)</b>	<b>(2.274.338)</b>
Depreciações e amortizações	28	(683.133)	(347.003)
Imparidades	29	415.378	(352.497)
Provisões (aumentos / reduções)	30	553.106	1.239.475
<b>Resultado operacional</b>		<b>(2.754.834)</b>	<b>(1.734.363)</b>
Resultados Financeiros	31	(1.655.741)	5.593.293
<b>Resultados antes de impostos e antes de alienação de operações descontinuadas</b>		<b>(4.410.575)</b>	<b>3.858.930</b>
<b>Imposto sobre resultados</b>	<b>32</b>	<b>610.797</b>	<b>550.675</b>
<b>Resultados depois de impostos e antes de alienação de operações descontinuadas</b>		<b>(3.799.778)</b>	<b>4.409.605</b>
Perdas com operações descontinuadas	33	(226.803)	(121.898)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>(4.026.580)</b>	<b>4.287.707</b>
<b>Resultado por ação (eur)</b>			
Resultados básicos		(0,046)	0,049
Resultados diluídos		(0,046)	0,049

## 3. DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DO RENDIMENTO INTEGRAL

(Valores em Euros)

		31-12-2017	31-12-2016
<b>OPERAÇÕES CONTINUADAS</b>			
<b>Resultado operações continuadas</b>		(3.799.778)	4.409.605
Rendimento reconhecido diretamente no capital próprio		-	-
<b>Rendimento Integral do período operações continuadas</b>		<b>(3.799.778)</b>	<b>4.409.605</b>
<b>OPERAÇÕES DESCONTINUADAS</b>			
<b>Resultado Operações descontinuadas</b>		<b>(226.803)</b>	<b>(121.898)</b>
Rendimento reconhecido diretamente no capital próprio		-	-
<b>Rendimento Integral do período operações descontinuadas</b>		<b>(226.803)</b>	<b>(121.898)</b>
<b>Rendimento Integral total do período</b>		<b>(4.026.581)</b>	<b>4.287.707</b>
<b>Atribuível aos accionistas</b>		<b>(4.026.581)</b>	<b>4.287.707</b>

## 4. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores em Euros)

	Capital social	Prêmios de emissão de ações	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Retidos	Total Capital Próprio
<b>Saldo a 1 janeiro de 2016</b>	86.962.868	10.255.221	1.943.238	564.286	(31.474.056)	68.251.557
Resultado líquido do ano	-	-	-	-	4.287.707	4.287.707
<b>Transferência de fusão</b>	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	86.962.868	10.255.221	1.943.238	564.286	(27.186.349)	72.539.264
<b>Saldo a 1 janeiro de 2017</b>	<b>86.962.868</b>	<b>10.255.221</b>	<b>1.943.238</b>	<b>564.286</b>	<b>(27.186.349)</b>	<b>72.539.264</b>
Resultado líquido do ano	-	-	-	-	(4.026.580)	(4.026.580)
Transferência de fusão (Nota 38)	-	-	160.000	-	(3.553.650)	(3.393.650)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>86.962.868</b>	<b>10.255.221</b>	<b>2.103.238</b>	<b>564.286</b>	<b>(34.766.579)</b>	<b>65.119.034</b>

## 5. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores em Euros)

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Recebimentos de clientes	18.257.509	15.322.991
Pagamentos a fornecedores	(10.279.147)	(8.536.048)
Pagamentos ao pessoal	(8.831.407)	(9.499.522)
<b>Fluxo gerado pelas operações</b>	<b>(853.045)</b>	<b>(2.712.579)</b>
Pagamentos/recebimentos imposto s/ rendimento	(104.387)	(67.899)
Outros pag./recebimentos relat. Operacionais	(1.709.261)	(1.304.389)
	<b>(1.813.648)</b>	<b>(1.372.288)</b>
<b>Fluxos de atividades operacionais [1]</b>	<b>(2.666.693)</b>	<b>(4.084.867)</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Investimentos financeiros	-	-
<b>SubTotal- recebimentos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Pagamentos provenientes de:</b>		
Investimentos financeiros	(413.480)	(89.544)
Ativos fixos tangíveis	(23.311)	(26.374)
Ativos intangíveis	(576.045)	-
<b>SubTotal- pagamentos</b>	<b>(1.012.835)</b>	<b>(115.918)</b>
<b>Fluxos de atividades investimento [2]</b>	<b>(1.012.835)</b>	<b>(115.918)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Empréstimos obtidos	33.360.561	24.487.000
Empresas do Grupo	28.731.031	27.521.177
<b>SubTotal- recebimentos</b>	<b>62.091.592</b>	<b>52.008.177</b>
<b>Pagamentos provenientes de:</b>		
Empréstimos obtidos	(35.222.630)	(26.507.274)
Empresas do Grupo	(21.303.709)	(19.847.614)
Juros e custos similares	(1.759.418)	(1.063.009)
<b>SubTotal- pagamentos</b>	<b>(58.285.756)</b>	<b>(47.417.897)</b>
<b>Fluxos de atividades financiamento [3]</b>	<b>3.805.836</b>	<b>4.590.280</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]</b>	<b>126.307</b>	<b>389.495</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>445.430</b>	<b>55.935</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>571.737</b>	<b>445.430</b>



# NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

## 1. INFORMAÇÃO GERAL

A Glintt - Global Intelligent Technologies, S.A. (doravante Glintt GIT), foi constituída em dezembro de 1995 com o objetivo de definir, rever e controlar a missão e as linhas de orientação estratégica do Grupo, tendo sido até Abril de 2012 uma sociedade gestora de participações sociais (SGPS). A partir daquela data a Glintt GIT deixou de ter a natureza de sociedade gestora de participações sociais e passou a desenvolver diretamente a atividade de consultoria em Tecnologias de Informação, em especial nos sectores da Banca, Seguros, Administração Pública e Utilities.

A empresa tem a sua sede na Quinta da Beloura – Beloura Office Park, Edifício 10, em Sintra, e encontra-se registada na Conservatória do Registo Comercial de Sintra, com o nº único de contribuinte 503 541 320.

A sociedade encontra-se cotada na Euronext Lisbon, desde Junho de 1999 e está presente em três continentes, onde Portugal, Espanha, Angola, Brasil e recentemente Reino Unido e Irlanda se têm assumido como as principais geografias onde desenvolve as suas operações.

## 2. SUMÁRIO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS MAIS SIGNIFICATIVAS

### 2.1. BASES DE PREPARAÇÃO

Estas demonstrações financeiras referem-se à empresa em termos individuais e foram preparadas nos termos legais para aprovação em Assembleia Geral de Acionistas, tendo os investimentos financeiros sido registados ao valor de aquisição, tal como explicado na Nota 2.2. A empresa irá preparar e apresentar em separado as demonstrações financeiras consolidadas nas quais vão ser incluídas as demonstrações financeiras das empresas em que participa maioritariamente ou detém o controlo de gestão.

Os principais critérios contabilísticos aplicados na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritos abaixo. Estas políticas contabilísticas foram consistentemente aplicadas aos períodos aqui apresentados, salvo indicação contrária.

Em 2009, a Glintt GIT passou a elaborar as suas demonstrações financeiras individuais em conformidade com IAS/IFRS, tal como adotadas pela União Europeia.

As demonstrações financeiras individuais da Glintt GIT foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro (IAS/IFRS) adotadas pela União Europeia, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e com as Interpretações do International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC) ou pela anterior Standing Interpretations Committee (SIC) emitidas e vigentes à data da preparação das demonstrações financeiras.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e pressupostos que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de proveitos e custos durante o período de relato. Apesar de estas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, os resultados finais podem, em última instância, diferir destas estimativas.

## 2.2. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os investimentos nas empresas subsidiárias nas quais se detém o controlo, em empresas associadas, nas quais existe influência significativa e os outros investimentos são registados pelo valor do custo, reduzido das perdas de imparidade acumuladas.

As participações financeiras em empresas encontram-se detalhadas na Nota 9.

Os dividendos recebidos das empresas subsidiárias são registados como ganhos financeiros.

## 2.3. CONVERSÃO CAMBIAL

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas em moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação das transações e da conversão, pela taxa à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda diferente do euro, são reconhecidos na demonstração dos resultados, exceto quando diferido em capital próprio, se se qualificarem como coberturas de fluxos de caixa.

## 2.4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são compostos por equipamento administrativo e básico. Os ativos fixos tangíveis são relevados ao custo de aquisição, líquido das depreciações acumuladas. Considera-se como custo de aquisição, os custos diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos (soma do respetivo preço de compra com os gastos suportados direta ou indiretamente para o colocar no seu estado atual).

Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do ativo ou são reconhecidos como um ativo separadamente, apenas quando seja provável a existência de benefícios económicos futuros associados ao bem e quando o custo puder ser fiavelmente mensurado. Todas as outras despesas de manutenção, conservação e reparação são registadas na demonstração dos resultados durante o período financeiro em que são incorridas.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, durante as suas vidas úteis estimadas como se segue:

	Nº de Anos
Equipamento administrativo	3 a 10
Equipamento básico	3

O valor residual de um ativo e a sua vida útil são revistos e ajustados, caso necessário, na data de cada balanço.

Quando a quantia registada de um ativo é superior ao seu valor recuperável, esta é ajustada imediatamente para o seu valor recuperável.

Os ganhos e as perdas nas alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o montante líquido registado e são incluídos no resultado do período.

## 2.5. ATIVOS INTANGÍVEIS

As despesas de investigação, efetuadas na procura de novos conhecimentos técnicos ou científicos ou na busca de soluções alternativas, são reconhecidas em resultados quando incorridas. As despesas de desenvolvimento são reconhecidas como ativos intangíveis, quando: i) for demonstrável a exequibilidade técnica do produto ou processo em desenvolvimento, ii) o Grupo tiver a intenção e a capacidade de completar o seu desenvolvimento, iii) a viabilidade comercial esteja assegurada e iv) o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

As despesas de desenvolvimento anteriormente registadas como custo, não são reconhecidas como um ativo no período subsequente. Os custos de desenvolvimento que têm uma vida útil finita, e foram capitalizados, são amortizados desde o momento da sua comercialização, pelo método da linha reta, pelo período de benefício económico esperado que por norma não excede os cinco anos.

Os principais intangíveis desenvolvidos internamente estão relacionados com o desenvolvimento de produtos de software considerado identificável e único, controláveis pelo Grupo, e que se espera venham a gerar benefícios económicos, por um período de mais de um ano, superiores ao investimento efetuado.

Os gastos capitalizados nesta rubrica são valorizados em função dos gastos com mão-de-obra direta bem como os gastos diretamente associados aos mesmos e, os gastos incorridos com subcontratações de entidades externas.

## 2.6. GOODWILL

O *goodwill* representa o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis da subsidiária/associada na data de aquisição.

O *goodwill* é apurado na data de aquisição numa base provisória e os justos valores dos ativos e passivos adquiridos e do custo de aquisição podem ser alterados até ao fim do exercício seguinte à data da aquisição.

O *goodwill* é sujeito a testes de imparidade, numa base anual e é relevado ao custo, deduzido de perdas de imparidade acumuladas. Ganhos ou perdas decorrentes da venda de uma entidade incluem o valor do *goodwill* referente à mesma.

## 2.7. INVENTÁRIOS

Os inventários, incluindo principalmente mercadorias, matérias-primas e subsidiárias, são registados ao mais baixo valor entre o custo e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os gastos de compra, gastos de conversão e outros gastos incorridos para os colocar no seu local e na sua condição atual.

Os gastos de financiamento são excluídos. O valor realizável líquido é o preço da venda estimado de acordo com as atividades normais de negócio, menos as despesas de venda imputáveis.

O método de custeio adotado para valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado.

## 2.8. IMPARIDADE DE ATIVOS

Os ativos que não têm uma vida útil definida não estão sujeitos a amortização, mas são objeto de testes de imparidade anuais. Os ativos que são sujeitos a amortização são revistos quanto à imparidade sempre que os eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram relevados possa não ser recuperável. Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia relevada do ativo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre justo valor do ativo, menos os custos de realização, e o seu valor de uso. Para realização de testes de imparidade, os ativos são agrupados pelo menor grupo identificável de ativos que geram influxos de caixa derivados do uso continuado e que sejam, em larga medida, independentes dos influxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos (unidades geradoras de fluxos de caixa).

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se concluir que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram (com exceção das perdas de imparidade do goodwill). Esta análise é efetuada sempre que existem indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido.

A reversão de perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados como outros ganhos e perdas operacionais. Contudo, a reversão de perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (liquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

## 2.9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS DEVEDORES

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade das contas a receber são estabelecidas quando há evidência objetiva de que a entidade não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das contas a receber. O valor da perda por imparidade é a diferença entre o valor apresentado e o valor presente estimado dos fluxos de caixa futuros, descontado à taxa de juro efetiva. O valor da perda por imparidade é reconhecido na demonstração dos resultados.

## 2.10. ACRÉSCIMOS ATIVOS E PASSIVOS

A Entidade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Acréscimos ativos" e "Acréscimos passivos".

## 2.11. DIFERIMENTOS ATIVOS E PASSIVOS

Estas rubricas refletem as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequado o seu integral reconhecimento nos resultados do período em que ocorrem, mas que devam ser reconhecidos nos resultados de períodos futuros.

## 2.12. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidade inicial até 3 meses e descobertos bancários.

Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica "Empréstimos".

## 2.13. CAPITAL SOCIAL

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão.

Quando a empresa adquire ações próprias, o montante pago é deduzido ao total dos capitais próprios atribuível aos acionistas, e apresentado como ações próprias, até à data em que estas são canceladas, reemitidas ou vendidas. Quando tais ações são subsequentemente vendidas ou reemitidas, o montante recebido é novamente incluído nos capitais próprios atribuíveis aos acionistas.

## 2.14. EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação incorridos. Os empréstimos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado; qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de custos de transação) e o valor amortizado é reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa efetiva.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço, sendo neste caso classificado no passivo não corrente.

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos são reconhecidos como gastos financeiros, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

## 2.15. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento inclui imposto corrente e imposto diferido. O imposto corrente sobre o rendimento é determinado com base nos resultados líquidos, ajustados em conformidade com a legislação fiscal vigente à data do balanço, considerando para os períodos intercalares a taxa anual efetiva de imposto estimada.

Os impostos diferidos são calculados com base na responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores contabilísticos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os impostos diferidos são determinados pelas taxas fiscais (e leis) decretadas ou substancialmente decretadas na data do balanço e, que se espera, sejam aplicáveis no período de realização do imposto diferido ativo ou de liquidação do imposto diferido passivo.

São reconhecidos impostos diferidos ativos sempre que exista razoável segurança de que serão gerados lucros futuros contra os quais poderão ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revistos periodicamente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

## 2.16. IMPOSTOS DIFERIDOS

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos relevados contabilisticamente e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço, não se procedendo ao respetivo desconto.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos somente quando for provável que lucros tributáveis estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Na data de cada balanço, é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

## 2.17. CONTAS A PAGAR DE FORNECEDORES E OUTROS CREDORES

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor e, subsequentemente são mensuradas ao custo.

## 2.18. PROVISÕES

São constituídas provisões no balanço sempre que: i) a entidade tenha uma obrigação presente, legal ou construtiva, resultante de um acontecimento passado; ii) seja provável que um exfluxo, razoavelmente estimável, de recursos incorporando benefícios económicos será exigida para liquidar esta obrigação e; iii) que o seu valor seja fiavelmente estimável. As provisões são revistas à data do balanço e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se deixar de ser provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos, seja necessário para liquidar a obrigação, a provisão é revertida.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

## 2.19. RECONHECIMENTO DO RÉDITO

O rédito compreende o justo valor dos serviços prestados, líquido de impostos e descontos.

## 2.20. FÉRIAS, SUBSÍDIO DE FÉRIAS

De acordo com a legislação vigente, os trabalhadores têm, anualmente, direito a 22 dias úteis de férias, bem como a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Assim, estas responsabilidades são registadas no período em que os trabalhadores adquirem o respetivo direito, por contrapartida da demonstração de resultados, independentemente da data do seu pagamento, e o saldo por liquidar à data de balanço está relevado na rubrica de Valores a pagar correntes.

## 2.21. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

“Os passivos contingentes em que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja apenas possível, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados nas notas, a menos que a possibilidade de se concretizar a saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.”

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais mas são divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

## 2.22. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

## 2.23. NOVAS NORMAS CONTABILÍSTICAS E SEU IMPACTO NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 2017, passaram a ser de aplicação obrigatória novas normas e interpretações ou suas alterações, as quais não tiveram impacto significativo nos montantes reportados e divulgações efetuadas nestas demonstrações financeiras.

### **Novas normas e interpretações emitidas pelo IASB e já endossadas pela União Europeia, com entrada em vigor a partir de 01 de janeiro de 2017:**

- » **Reconhecimento de Ativos por Impostos Diferidos para Perdas não Realizadas – Alterações à IAS 12 (Regulamento 2017/1989, de 6 de novembro de 2017)**
  - » Esta alteração vem clarificar como contabilizar ativos por impostos diferidos relacionados com instrumentos de dívida mensurados ao justo valor.
- » **Iniciativa de Divulgação – Alterações à IAS 7**
  - » Esta alteração exige que as entidades divulguem informação acerca das alterações nos seus passivos de financiamento de forma a que os investidores possam compreender melhor as alterações ocorridas na dívida da entidade.

### **Novas normas e interpretações emitidas pelo IASB e já endossadas pela União Europeia, com entrada em vigor a partir de 01 de janeiro de 2018:**

- » **IFRS 15: Rédito de Contratos com Clientes (Regulamento n.º 2016/1905, de 22 de setembro de 2016)**
  - » Esta nova norma aplica-se a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e

pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na “metodologia dos 5 passos”. Esta norma será aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.

- » **IFRS 9: Instrumentos Financeiros (Regulamento n.º 2016/2067, de 22 de novembro de 2016)**
  - » A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura. A adoção desta norma acarreta, igualmente e em conformidade: (i) alterações das normas (IAS/IFRS) e interpretações (IFRIC/SIC): IAS 1, IAS 2, IAS 8, IAS 10, IAS 12, IAS 20, IAS 21, IAS 23, IAS 28, IAS 32, IAS 33, IAS 36, IAS 37, IAS 39, IFRS 1, IFRS 2, IFRS 3, IFRS 4 Contratos de Seguro, IFRS 5, IFRS 7, IFRS 13, IFRIC 2, IFRIC 5, IFRIC 10, IFRIC 12, IFRIC 16, IFRIC 19, SIC 27; e (ii) revogação da IFRIC 9 Reavaliação de Derivados Embutidos. Esta norma será aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.
- » **IFRS 16: Locações (Regulamento 2017/1986, de 31 de outubro de 2017)**
  - » A IFRS 16 estabelece os princípios aplicáveis ao reconhecimento, à mensuração, à apresentação e à divulgação de locações. O objetivo da norma é garantir que os locatários e os locadores forneçam informações pertinentes de uma forma que represente fielmente essas transações, revogando IAS 17 - Locações, assim como um conjunto de interpretações (SIC e IFRIC), nomeadamente: IFRIC 4 – Determinar se um Acordo Contém uma Locação; SIC 15 – Locações Operacionais – Incentivos; e SIC 27 – Avaliação da Substância de Transações que Envolvam a Forma Legal de uma Locação. Esta norma será aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019.
- » **•Rédito de Contratos com clientes – Clarificações à IFRS 15 (Regulamento 2017/1987, de 31 de outubro de 2017)**
  - » Estas alterações à IFRS 15 vieram clarificar alguns requisitos e proporcionar uma maior facilidade na transição para as Entidades que estão a implementar esta Norma. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.
- » **Aplicar a IFRS 9 Instrumentos Financeiros com a IFRS 4 Contratos de Seguros – Alterações à IFRS 4 (Regulamento 2017/1988, de 3 de novembro de 2017)**
  - » Estas alterações à IFRS 4 dão resposta às preocupações sobre a implementação da nova norma sobre instrumentos financeiros (IFRS 9) antes da implementação da norma sobre contratos de seguros que substituirá a IFRS 4 e que ainda está em desenvolvimento. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.

### **Normas novas ou revistas emitidas pelo IASB e interpretações emitidas pelo IFRIC e ainda não endossadas pela União Europeia**

- » **Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e a sua Associada ou Empreendimento Conjunto - Alterações à IFRS 10 e à IAS 28**
  - » Esta alteração vem clarificar o tratamento contabilístico para transações quando uma empresa-mãe perde o controlo numa subsidiária ao vender toda ou parte do seu interesse nessa subsidiária a uma associada ou empreendimento conjunto contabilizado pelo método da equivalência patrimonial. Ainda não foi definida a data de aplicação destas alterações e o processo de endosso pela União Europeia apenas será iniciado após confirmação da data de aplicação das alterações pelo IASB.
- » **Classificação e Mensuração de transações de pagamentos com base em ações – Alterações à IFRS 2**
  - » Estas alterações à IFRS 2 estão relacionadas com aspetos de classificação e de mensuração para um conjunto de aspetos em que as orientações existentes na Norma não eram muito claras. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018, estando esta alteração ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

» **Melhoramentos anuais: ciclo 2014-2016**

Os melhoramentos incluem pequenas emendas a três normas internacionais de contabilidade, como segue:

- » IFRS 12 Divulgações de Interesses noutras entidades
- » IFRS 1 Adoção pela Primeira Vez das IFRS
- » IAS 28 Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos

Estas alterações ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia.

» **Adoção da IFRIC 22: *Foreign Currency Transactions and Advance Considerations***

- » A IFRIC 22 estabelece a taxa de câmbio a ser usada em transações que envolvem uma consideração paga ou recebida em adiantado em moeda estrangeira. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018, estando esta nova interpretação ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

» **Transferências de Propriedades de Investimento – Alterações à IAS 40**

- » As alterações à IAS 40 Propriedades de Investimento vêm clarificar os requisitos relacionados com as transferências, de e para, Propriedades de Investimento. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018, estando esta nova interpretação ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

» **IFRS 14: Contabilização de Diferimentos Regulatórios**

- » Esta norma permite aos adotantes pela primeira vez das IFRS, que continuem a reconhecer os ativos e passivos regulatórios de acordo com a política seguida no âmbito do normativo anterior. Contudo para permitir a comparabilidade com as entidades que já adotam as IFRS e não reconhecem ativos / passivos regulatórios, os referidos montantes têm de ser divulgados nas demonstrações financeiras separadamente. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016, tendo a Comissão Europeia decidido não iniciar o processo de endosso desta norma transitória e aguardar pela norma definitiva a emitir pelo IASB.

» **Adoção da IFRIC 23: *Uncertainty over Income Tax Treatments***

- » Esta interpretação clarifica como devem ser aplicados os requisitos de reconhecimento e de mensuração da IAS 12 quando existem incertezas na contabilização dos impostos sobre o rendimento. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019, estando esta nova interpretação ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

» **IFRS 17: Contratos de Seguros**

- » A IFRS 17 resolve o problema de comparação criado pela IFRS 4 exigindo que todos os contratos de seguros sejam contabilizados de forma consistente, beneficiando assim quer os investidores quer as empresas de seguros. As obrigações de seguros passam a ser contabilizadas usando valores correntes em vez do custo histórico. A informação passa a ser atualizada regularmente, providenciando mais informação útil aos utilizadores das demonstrações financeiras. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021, estando esta nova norma ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

» **Alterações à IFRS 9: Características de pagamentos antecipados com contribuição negativa**

- » Esta alteração à IFRS 9 passa a permitir que determinados os instrumentos se possam qualificar para mensuração pelo custo amortizado ou pelo valor justo através do outro rendimento integral (dependendo do modelo de negócio) ainda que não satisfaçam as condições do teste SPPI. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019, estando esta nova norma ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

- » **Alterações à IAS 28: Interesses de longo prazo em associadas e empreendimentos conjuntos**
  - » Esta alteração vem clarificar que uma entidade deve aplicar a IFRS 9 aos interesses de longo prazo em associadas e empreendimentos conjuntos em que o método da equivalência patrimonial não é aplicado. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019, estando esta nova norma ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.
  
- » **Melhoramentos anuais: ciclo 2015-2017**

Os melhoramentos incluem pequenas emendas a três normas internacionais de contabilidade, como segue:

  - » **IFRS 3 Concentrações de atividades empresariais e IFRS 11 Acordos conjuntos**
  - » **IAS 12 Impostos sobre o rendimento**
  - » **IAS 23 Custos de empréstimos obtidos**

Estas emendas serão aplicáveis aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019, estando ainda sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia.

## 2.24 ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA (OPERAÇÕES DESCONTINUADAS)

Ativos não correntes são classificados como detidos para venda se o respetivo valor for realizável através da sua venda, ao invés de o ser do seu uso continuado. Considera-se que esta situação se verifica apenas quando:

- » • A venda é altamente provável;
- » • O ativo está disponível para venda imediata nas suas atuais condições;
- » • A gestão está comprometida com um plano de venda;
- » • É expectável que a venda se concretize num prazo de doze meses

Operação descontinuada é um componente ou uma unidade de negócio que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distinguidos operacionalmente do restante da Entidade. A classificação de uma operação como descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda. Em 31 de dezembro de 2017 a Glintt classificou com operações descontinuadas as empresas Glintt Polska. Z.o.o. e Solservice Angola, S.A., cujos negócios haviam já sido descontinuados no exercício de 2015.

Ativos não correntes classificados como detidos para venda ou operações descontinuadas são mensurados ao menor custo entre o valor contabilístico ou respetivo justo valor deduzido dos custos a incorrer na venda.

## 3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS, ERROS E REEXPRESSÕES EFETUADAS

No ano de 2017 não existiram movimentos que justifiquem a reexpressão e reclassificação de quantias comprativas, deste modo não existe alteração às demonstrações da posição financeira.

## 4. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

As atividades da empresa estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associados à taxa de juro.

### 4.1. RISCO DE CRÉDITO

As principais fontes de risco de crédito são: caixa e equivalentes de caixa e exposição de crédito a clientes.

A nível de bancos e instituições financeiras, a empresa seleciona as contrapartes com quem faz negócio atendendo à credibilidade das entidades.

Em 31 de dezembro de 2017, os saldos a receber de clientes representavam a seguinte estrutura de antiguidade:

	Total saldo clientes	Saldo sem imparidade	Saldo em imparidade	Valor da Imparidade	Saldo líquido clientes
<b>Valores Não Vencidos</b>	3.418.868	3.418.868	-	-	3.418.868
De 1 a 180 dias	1.078.905	1.078.905	-	-	1.078.905
de 181 a 360 dias	4.982	(14.095)	19.077	16.354	(11.372)
de 361 a 720 dias	51.285	(154)	51.439	51.439	(154)
a mais de 720 dias	507.483	34.228	473.255	439.091	68.392
	<b>5.061.523</b>	<b>4.517.752</b>	<b>543.771</b>	<b>506.884</b>	<b>4.554.640</b>

Os valores evidenciados no quadro anterior correspondem aos valores em aberto face às respetivas datas de vencimento.

## 4.2. RISCO DE LIQUIDEZ

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção da caixa e depósitos bancários a um nível suficiente, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a capacidade de liquidar posições de mercado. Relacionado com a dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da empresa pretende manter a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo as linhas de crédito disponíveis.

A liquidez dos passivos financeiros remunerados originará os seguintes fluxos monetários:

	Até 1 ano	De 1 a 5 anos
Dívidas a instituições de crédito	2.709.294	19.777.742
ALD	219.715	327.602
	<b>2.929.009</b>	<b>20.105.345</b>

## 4.3. RISCO DE FLUXOS DE CAIXA E DE JUSTO VALOR ASSOCIADOS À TAXA DE JURO

A exposição da empresa ao risco da taxa de juro, advém de aplicações em instituições financeiras e empréstimos obtidos. As aplicações em instituições financeiras assumem a natureza de curto prazo, pelo que os riscos de fluxos de caixa decorrentes de alterações na taxa de juro não assumem um carácter relevante.

Os empréstimos obtidos estão, de forma direta ou indireta, indexados a uma taxa de juro de referência, facto que expõe a entidade a riscos de cash-flow.

A exposição ao risco é analisada de forma dinâmica, realizando-se testes de sensibilidade a variações da taxa de juro, fundamentalmente à euribor, sendo que alterações na taxa de juro do mercado afetam ganhos ou perdas de instrumentos financeiros.

Baseadas nas simulações efetuadas a 31 de dezembro de 2017, uma subida ou descida de 50 pontos base nas taxas de juro teria um impacto negativo ou positivo nos resultados antes de impostos, mantendo tudo o resto constante, de cerca de 110 mil euros.

## 5. ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E PRESSUPOSTOS CRÍTICOS

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites requer o uso de estimativas e pressupostos que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de proveitos e custos durante o período de relato. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, os resultados finais podem, em última instância, diferir destas estimativas.

## 6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

	31/12/2017			31/12/2016		
	Custo	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido	Custo	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Edifícios e outras construções	118.532	(9.224)	109.308	118.532	(6.637)	111.895
Equip. Básico	615.344	(613.522)	1.822	57.848	(54.553)	3.295
Equip. administrativo	900.858	(776.319)	124.539	799.851	(609.916)	189.935
	<b>1.634.734</b>	<b>(1.399.065)</b>	<b>235.670</b>	<b>976.231</b>	<b>(671.106)</b>	<b>305.125</b>

	Saldo em 01-01-17	Aquisições	Cedência ativos	Abates/ Alienações	Saldo em 31-12-2017
<b>Custo</b>					
Edifícios e outras construções	118.532	-	-	-	118.532
Equip. Básico	612.911	2.434	-	-	615.345
Equip. administrativo	1.047.657	17.569	-	(164.368)	900.858
	<b>1.779.100</b>	<b>20.003</b>	<b>-</b>	<b>(164.368)</b>	<b>1.634.734</b>
<b>Amortizações acumuladas</b>					
Edifícios e outras construções	6.637	2.587	-	-	9.224
Equip. Básico	608.337	5.186	-	-	613.523
Equip. administrativo	857.722	82.964	-	(164.368)	776.318
	<b>1.472.696</b>	<b>90.737</b>	<b>-</b>	<b>(164.368)</b>	<b>1.399.065</b>

## 7. GOODWILL

O valor de *Goodwill* existente à data de 31 de dezembro de 2017 ascende a 35.249.175 euros líquidos e diz respeito a:

Empresas	31/12/2017	31/12/2016
Bytecode	6.310.267	6.310.267
EHC	1.472.459	1.472.460
Eurociber	18.098.386	18.098.386
WEN	9.368.062	9.368.062
	<b>35.249.175</b>	<b>35.249.175</b>

## 8. ATIVOS INTANGÍVEIS

	31/12/2017			31/12/2016		
	Custo	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido	Custo	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Intang. desenv. Internam.	3.623.987	(1.672.722)	1.951.266	2.764.363	(1.088.012)	1.676.351
Programas de computador	235.267	(62.351)	172.917			
Propriedade Industrial e outros direitos	260.000	(260.000)	-	260.000	(260.000)	-
Ativos intangíveis em curso	83.532	-	83.532	202.706	-	202.706
	<b>4.202.786</b>	<b>(1.995.073)</b>	<b>2.207.715</b>	<b>3.227.069</b>	<b>(1.348.012)</b>	<b>1.879.057</b>

Ativos intangíveis	Saldo em 01-01-17	Aquisições	Cedência ativos	Abates/ Alienações	Saldo em 31-12-2017
<b>Custo</b>					
Intang. desenv. Internam.	2.822.227	801.760		-	3.623.987
Programas de computador	-	-	235.267	-	235.267
Propriedade Industrial e outros direitos	260.000	-	-	-	260.000
Ativos intangíveis em curso	202.706	116.092	(235.267)	-	83.532
	<b>3.284.933</b>	<b>917.852</b>	<b>235.267</b>	<b>-</b>	<b>4.202.786</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Intang. desenv. Internam.	1.142.677	530.045	-	-	1.672.722
Programas de computador	-	62.351	-	-	62.351
Propriedade Industrial e outros direitos	260.000	-	-	-	260.000
	<b>1.402.677</b>	<b>592.396</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.995.073</b>

Na rubrica de intangíveis desenvolvidos internamente, a 31 de dezembro de 2017, encontram-se relevados os projetos relacionados com o desenvolvimento interno de produtos próprios, conforme se descreve abaixo:

### 31/12/2017

	Investimento	Am. Acumuladas	V. Líquido
Glantt Content Management	35.000	35.000	-
Finance Glantt	70.000	70.000	-
Glantt Signature	10.625	10.625	-
Glantt Finance Care	153.460	76.730	76.730
GX BPM	1.574.165	471.621	1.102.544
MAC	1.303.938	570.937	733.001
Plataforma de benefícios	58.122	58.122	-
Appolo	316.903	316.903	-
Gestão Operacional de Frotas	51.803	51.803	-
Wise Waste Mobile	6.061	4.882	1.179
OCM Oracle Cloud Machine	43.910	6.099	37.812
	<b>3.623.987</b>	<b>1.672.722</b>	<b>1.951.266</b>

Comparativamente a 31 de dezembro de 2016, o detalhe dos projetos era o seguinte:

31/12/2016

	Investimento	Am. Acumuladas	V. Líquido
Glantt Content Management	35.000	35.000	-
Finance Glantt	70.000	70.000	-
Glantt Signatures	10.625	10.625	-
Glantt Finance Care	153.460	38.365	115.095
GX BPM	1.074.165	175.535	898.630
MAC	1.046.088	441.584	604.504
Plataforma de benefícios	58.122	-	58.122
Appolo	316.903	316.903	-
<b>Total</b>	<b>2.764.363</b>	<b>1.088.012</b>	<b>1.676.351</b>

Foram capitalizados no exercício 841.382 euros, relacionados com diversos projetos de Consulting & Solutions, conforme a seguir se detalham:

Projetos	Investimento 2017
GX BPM	500.000
GMAC	257.850
Cross-Vision	83.532
<b>Total</b>	<b>841.382</b>

## GX BPM

O Gx BPM é uma solução inovadora e única no mundo das soluções e “suites” BPM. Atua como acelerador de processos e tem como principal foco agilizar e incrementar o uso de soluções BPM como base dos processos empresariais, em resultado da sua facilidade de utilização e rapidez de implementação (*fast time to “market”*).

Através do GX BPM é possível obter resultados rápidos e transversais, permitindo também obter significativas reduções de custos quer através de melhorias processuais, de automatização de tarefas e da eliminação de redundâncias e desperdícios.

O GX BPM também revoluciona o mundo BPM, ao passar a componente de mapeamento, configuração e *deploy* de processos para os utilizadores de negócio, o que permite libertar o IT para atividades mais complexas e de maior valor acrescentado.

Uma das características principais do GX BPM é a sua escalabilidade, pois tanto se aplica a processos muito simples ou *ad-hoc*, bem como aos de média complexidade. A sua robustez tecnológica assenta na plataforma IBM BPM e permite assegurar níveis de desempenho elevados em diversos enquadramentos e ambientes, onde podem coexistir milhares de utilizadores e centenas ou milhares de processos.

Quer isolado, quer integrado num Programa mais vasto de BPM, o GX BPM é um garante de retorno ao investimento em melhorias de processos e que, de forma direta ou indireta, terá um impacto positivo na componente de resultados, valor do negócio e satisfação dos diversos *stakeholders*.

Este conjunto de razões leva a que o GX BPM seja reconhecido no mercado na componente de aceleradores de BPM e com provas dadas em inúmeros setores e mercados geográficos.

O investimento reconhecido e respetivas previsões de venda são as seguintes:

Projeto	Investimento	Taxa Amortização	Réditos Previstos		
			2018	2019	2020
GX BPM	1.574.165	25%	393.000	929.000	1.919.000

A Administração definiu, baseada na experiência no setor, uma vida útil finita de 4 anos.

## GMAC2 – MANUTENÇÃO ASSISTIDA POR COMPUTADOR

O gmac.2 é a resposta da Glintt às solicitações do mercado para uma solução nacional inovadora de EAM. Este produto resulta da evolução da tradicional gestão da manutenção para uma gestão integrada de ativos. A revisão profunda dos processos de gestão e exploração traduziram-se numa solução que facilita e promove tomadas de decisão com base em métricas determinísticas e fiáveis dos indicadores.

- » Multi-Organização - Possibilidade de criação de múltiplas Organizações e Instalações dentro de uma organização.
- » Multi-Idioma – Suporte de várias línguas na interface com o utilizador e dados da aplicação.
- » Multi-Divisa – Capacidade de trabalhar com várias moedas, tendo uma moeda base por Organização.
- » Fluxos de Aprovação – Estados de entidades suportados por motor de aprovações.
- » Material Requirement Planning – Otimização da gestão de inventário com base nas parametrizações de armazéns, pontos de encomenda, plano de consumo, roturas, etc.
- » Monitorização de Ativos – Capacidade de integração online com plataformas de monitorização remota.
- » Aplicação Móvel – Aplicação Android e iOS de gestão do trabalho.

A solução tem ainda os seguintes módulos funcionais:

- » Ativos – Gestão de Equipamentos, Localizações, Sistemas, Modos de Falha de Equipamentos, Contadores Funcionais, Contadores Físicos, Grupos de Contadores, Transferência de Ativos, Contratos de Garantia, entre outros.
- » Materiais – Gestão de Artigos, Ferramentas, Serviços Standard, Inventário, Requisições, Emissões, Devoluções, Transferências de Armazém, entre outros.
- » Recursos Humanos – Gestão de Pessoas, Grupos, Mão-de-obra, Profissões, Equipas, Qualificações, Calendários, Turnos, entre outros.
- » Compras – Gestão de Fornecedores, Pedidos de Compra, Encomendas, Contratos de Compras, Receção de Material, Conferência de Faturas, Avaliação de Fornecedores, entre outros.
- » Trabalhos – Gestão de Ordens de Trabalho, Pedidos de Intervenção, Planos de Manutenção Preventiva, Planos de Inspeções, Rotas, Trabalhos Pré-Preparados, Planos de Lubrificação, Planos de Calibração de Equipamentos, Contratos de Serviços, SLA, Planos de Segurança, Perigos, Precauções, Lockout/TagOut, entre outros.
- » Administração – Configurações Gerais da aplicação, parametrizações do sistema, Gestão de Utilizadores e Perfis, Moedas, Taxas de Câmbio, Unidades de Conversão, entre outros.
- » Funcionalidades transversais:
  - > Gestão de Imagens
  - > Comentários
  - > Anexos de Entidades
  - > Relatórios
  - > Notificações

O investimento reconhecido e respetivas previsões de venda são as seguintes:

Projeto	Investimento (até 2017)	Taxa Amortização	Réditos Previstos				
			2019	2020	2021	2022	2023
Gmac 2	862.354	20%	457.600	622.000	838.800	823.300	715.375

A Administração definiu, baseada na experiência no setor, uma vida útil finita de 5 anos.

## 9. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E SUBSIDIÁRIAS

A Glintt GIT, na elaboração das suas demonstrações financeiras individuais optou por contabilizar os seus investimentos em subsidiárias ao custo, reduzido das perdas de imparidade acumuladas.

### 2017

Empresas	Custo	País da Sede	% Capitais detidos
Glintt BS	43.242.630	Portugal	100%
SoIS	3.751.957	Portugal	100%
Consoft	20.000.000	Espanha	100%
RHM	0	Portugal	100%
Glintt Espanha	600.000	Espanha	100%
Glintt Inov	2.506.190	Portugal	100%
Glintt Brasil	415.239	Brasil	99%
Glintt MSV, SA	0	Portugal	100%
Glintt Ireland	30.000	Irlanda	100%
Glintt UK	228.468	Reino Unido	100%
Sensing Evolution, Lda	84.626	Portugal	33%
	<b>70.859.109</b>		

### 2016

Empresas	Custo	País da Sede	% Capitais detidos
Glintt BS	43.242.630	Portugal	100%
SoIS	3.751.957	Portugal	100%
Consoft	20.000.000	Espanha	100%
RHM	0	Portugal	100%
Glintt Espanha	500.000	Espanha	100%
Glintt Inov	2.506.190	Portugal	100%
Glintt Brasil	415.239	Brasil	99%
Glintt MSV, SA	1.000.000	Portugal	100%
Glintt Ireland	30.000	Irlanda	100%
Glintt UK	29.378	Reino Unido	100%
Sensing Evolution, Lda	24.626	Portugal	33%
	<b>71.500.020</b>		

Os valores das participações englobam nomeadamente o valor do goodwill apurado aquando da aquisição, por diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos da subsidiária na data de aquisição. Os testes de imparidade são detalhados na nota 9 do grupo 4.1.

A Glintt GIT detém 100% do capital da Glintt Polska. Conforme decisão da gestão para a descontinuidade da atividade na Polónia, de acordo com a IFRS 5 o valor da participação financeira foi reclassificado para a rubrica de Ativos não correntes detidos para venda.

2017					
Participações Financeiras	Saldo Inicial	Adições / Anulações	Transferência p/ ativos disponíveis p/ venda	Perdas por imparidade reconhecidas	Saldo Final
Glintt BS	43.242.630	-	-	-	43.242.630
SoS	3.751.957	-	-	-	3.751.957
Consoft	20.000.000	-	-	-	20.000.000
RHM	0	-	-	-	0
Glintt Espanha	500.000	100.000	-	-	600.000
Glintt Inov	2.506.190	-	-	-	2.506.190
Glintt Brasil	415.239	-	-	-	415.239
Glintt MSV, SA	1.000.000	(1.000.000)	-	-	0
Glintt Ireland	30.000	-	-	-	30.000
Glintt UK	29.378	199.090	-	-	228.468
Sensing Evolution, Lda	24.626	60.000	-	-	84.626
<b>Total</b>	<b>71.500.020</b>	<b>(640.910)</b>	-	-	<b>70.859.109</b>

2016					
Participações Financeiras	Saldo Inicial	Adições	Transferência p/ ativos disponíveis p/ venda	Perdas por imparidade reconhecidas	Saldo Final
Glintt BS	43.242.630	-	-	-	43.242.630
SoS	4.103.108	-	-	351.151	3.751.957
Consoft	20.000.000	-	-	-	20.000.000
RHM	89.397	182.757	-	272.154	0
Glintt Espanha	500.000	-	-	-	500.000
Glintt Inov	1.006.190	1.500.000	-	-	2.506.190
Glintt Brasil	415.239	-	-	-	415.239
Glintt MSV, SA	-	1.000.000	-	-	1.000.000
Glintt Ireland	-	30.000	-	-	30.000
Glintt UK	-	29.378	-	-	29.378
Sensing Evolution, Lda	-	24.626	-	-	24.626
<b>Total</b>	<b>69.356.564</b>	-	-	-	<b>71.500.020</b>

## 10. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

A 31 de dezembro de 2017 a rubrica de "Outros investimentos financeiros" era composta por uma participação de 6,96%, no valor de 40.000 euros, na Sociedade Parque Ciência e Tecnologia do Alentejo, S.A., uma participação de 0,01% no valor de 5.000 euros na sociedade LISGARANTE - Sociedade de Garantia Mútua, S.A., e por 45.277 euros que respeitam a um fundo de compensação do trabalho, criado em 2013.

Entidade	Sede Social	%	31/12/2017	31/12/2016
Parque Ciência e Tecnologia do Alentejo, S.A.	Évora	6,96%	40.000	40.000
LISGARANTE - SOCIEDADE DE GARANTIA MÚTUA, S.A.	Lisboa	0,01%	5.000	5.000
OUTRAS - Fundo Compensação do Trabalho			76.138	45.277
			<b>121.138</b>	<b>90.277</b>

## 11. ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

O Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) da Glintt GIT e suas subsidiárias com sede no território nacional é calculado e apurado no âmbito do Regime especial de tributação dos grupos de sociedades.

A 31 de dezembro de 2017 está registado o montante de 4.154.184 euros, o qual apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2017	31/12/2016	
	Imposto diferido ativo	Imposto diferido ativo	Ano limite p/ dedução
<b>Prejuízos fiscais dedutíveis</b>			
2014	370.104	373.614	2026
2015	1.451.444	1.451.444	2027
2016	1.277.014	1.326.627	2028
2017	782.715	-	2022
	<b>3.881.277</b>	<b>3.151.685</b>	
<b>Gastos financeiros líquidos</b>			
2014	75.767	75.767	2019
2015	65.859	65.859	2020
2016	22.986	19.476	2028
2017	11.831	-	2022
	<b>176.443</b>	<b>161.102</b>	
<b>Benefícios fiscais</b>			
CFEI	96.464	96.464	
	<b>96.464</b>	<b>96.464</b>	<b>2018</b>
	<b>4.154.184</b>	<b>3.409.251</b>	

Uma vez que é à empresa dominante que cabe o cálculo e liquidação do imposto, o montante do imposto diferido ativo foi transferido das subsidiárias para a empresa mãe.

## 12. INVENTÁRIOS

	31/12/2017	31/12/2016
Mercadorias	233.256	-
Imparidades Inventários	(188.571)	-
	<b>44.685</b>	-

## 13. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS DEVEDORES

	31-12-2017	31-12-2016
<b>Não correntes:</b>		
Cientes de conta corrente	-	269.216
Empresas do grupo	3.430.716	9.988.603
	<b>3.430.716</b>	<b>10.257.819</b>
<b>Correntes:</b>		
Cientes de conta corrente	5.061.523	2.642.665
Cientes de conta corrente - Grupo	1.366.770	152.783
Perdas por imparidade	(506.884)	(322.125)
	<b>5.921.409</b>	<b>2.473.323</b>
Empresas do grupo	578.104	1.508.089
Impostos	361.417	454.725
Pessoal	3.276	-
Outros devedores	12.294	19.538
	<b>955.090</b>	<b>1.982.352</b>
	<b>6.876.500</b>	<b>4.455.675</b>

A rubrica clientes de conta corrente inclui as faturas dos clientes que foram cedidas à empresa de factoring, no valor de 721 mil euros, e cujo adiantamento se encontra refletido em empréstimos (ver Nota 20).

A rubrica Empresas do grupo, foi expurgada do efeito dos saldos devedores com as empresas alienadas e unidades descontinuadas, sendo que de acordo com a IFRS 5 foram transferidos os seus respetivos valores para a rubrica de ativos não correntes detidos para venda. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os valores reexpressos e reclassificados foram respetivamente 669.805 euros e 1.814.982 euros, conforme detalhe da nota 16.

## 14. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2017	31/12/2016
Depósitos bancários de curto prazo	571.737	445.430
	<b>571.737</b>	<b>445.430</b>

## 15. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ATIVOS

	31-12-2017	31-12-2016
<b>Acréscimos de rendimentos</b>		
Projetos em curso	1.745.697	712.492
Faturas a emitir- Empresas do Grupo	2.393.268	2.852.955
Juros	221.233	5.000
	<b>4.360.198</b>	<b>3.570.447</b>
<b>Gastos a reconhecer</b>		
Projetos em curso	1.467.689	336.646
Serviços especializados	200.365	61.720
Seguros	25.773	82.410
Outros	75.556	14.183
	<b>1.769.384</b>	<b>494.960</b>
	<b>6.129.583</b>	<b>4.065.408</b>

## 16. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E PASSIVOS RELACIONADOS

No exercício de 2017, de acordo com a IFRS 5 a empresa procedeu à reclassificação dos ativos e passivos relacionados com as unidades descontinuadas, tendo sido reexpressado o valor de 2016 considerado as unidades descontinuadas (Glantt Polska e SolSERVICE) como de seguida se apresenta:

	31-12-2017	31-12-2016
<b>Ativos não correntes detidos para venda</b>		
Participações financeiras		
Glantt Energy	-	50.000
Glantt Polska	23.093	23.093
	<b>23.093</b>	<b>73.093</b>
Outras contas a receber		
SolSERVICE	683.461	-
Glantt Energy	-	1.471.118
Glantt Polska	290.691	343.864
	<b>974.152</b>	<b>1.814.982</b>
Acréscimos e diferimentos		
Glantt Energy	-	55.316
	-	55.316
	<b>997.244</b>	<b>1.943.390</b>

## 17. CAPITAL SOCIAL

A estrutura do capital social não sofreu alterações no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. O capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 86.962.868 ações com o valor nominal de 1 Euro cada:

	Nº de ações	Capital Social	Prémio de emissão	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>86.962.868</b>	<b>86.962.868</b>	<b>10.255.221</b>	<b>97.218.089</b>
Aumento capital em especie	-	-	-	-
Redução de capital para cobrir prejuizos	-	-	-	-
Alienações de ações próprias	-	-	-	-
Renominalização do nº de ações	-	-	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>86.962.868</b>	<b>86.962.868</b>	<b>10.255.221</b>	<b>97.218.089</b>

O capital da Empresa em 31 de dezembro de 2017 encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo as participações qualificadas comunicadas as seguintes:

	Nº de Ações	% Capital	% Direitos de voto
<b>ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE FARMÁCIAS</b>			
Diretamente	-	-	-
Através da Farminveste 3 - Gestão de Participações SGPS, Lda (a)	66.075.974	75,9818%	75,9818%
Através do Dr. António Nuno de Jesus Ribeiro de Barros, membro do Conselho de Administração da Farminveste - SGPS, S.A., sociedade dominante da Farminveste 3 - Gestão de Participações, SGPS, Lda. e dominada pela Associação Nacional de Farmácias	1.000	0,0011%	0,0011%
<b>Total Imputável</b>	<b>66.076.974</b>	<b>75,9829%</b>	<b>75,9829%</b>
<b>JOSÉ RIBEIRO GOMES</b>			
Diretamente	2.600.000	2,98%	2,98%
<b>Total Imputável</b>	<b>2.600.000</b>	<b>2,98%</b>	<b>2,98%</b>

## 18. RESERVAS E RESULTADOS ACUMULADOS

	Reserva legal	Outras Reservas	Resultados retidos	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>1.943.238</b>	<b>564.286</b>	<b>(30.739.999)</b>	<b>(28.232.475)</b>
Reservas de fusão	160.000	-	-	160.000
Resultado retido no exercício	-	-	(4.026.580)	(4.026.580)
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>2.103.238</b>	<b>564.286</b>	<b>(34.766.579)</b>	<b>(32.099.055)</b>

## 19. CONTAS A PAGAR A FORNECEDORES E OUTROS CREDORES

	31-12-2017	31-12-2016
<b>Não correntes</b>		
Empresas do Grupo- Outras contas a pagar	4.500.000	4.500.000
	<b>4.500.000</b>	<b>4.500.000</b>
<b>Correntes</b>		
Empresas do Grupo- Outras contas a pagar	21.920.766	20.776.724
Fornecedores	3.272.181	2.575.321
Fornecedores Grupo	514.178	-
Estado e outros entes públicos	1.103.367	579.071
Pessoal	6.223	28.328
Outros credores	2.337.705	995.006
	<b>29.154.421</b>	<b>24.954.450</b>
	<b>33.654.421</b>	<b>29.454.450</b>

## 20. EMPRÉSTIMOS

	31-12-2017	31-12-2016
<b>Não corrente</b>		
Dívidas a instituições de crédito	20.865.245	12.162.562
Suprimentos	1.000.000	-
Credores por locação financeira	57.165	73.395
	<b>21.922.410</b>	<b>12.235.957</b>
<b>Corrente</b>		
Dívidas a instituições de crédito	986.334	11.551.086
Adiantamento de factoring	143.079	27.075
Credores por locação financeira	16.230	15.830
	<b>1.145.643</b>	<b>11.593.991</b>
	<b>23.068.053</b>	<b>23.829.948</b>

O montante em dívida para com os bancos teve o movimento que se segue:

	31-12-2017	31-12-2016
Saldo inicial	23.713.648	25.664.754
Reforços	33.360.561	24.556.168
Amortizações	(35.222.630)	(26.507.276)
<b>Saldo final</b>	<b>21.851.579</b>	<b>23.713.648</b>

## 21. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS PASSIVOS

	31-12-2017	31-12-2016
<b>Acréscimos de gastos</b>		
Remunerações a liquidar	1.722.527	1.468.565
Serviços especializados	601.354	236.384
Projetos em curso	539.181	482.724
Juros bancários	63.488	456.612
Faturas a receber- Empresas do Grupo	56.580	-
Publicidade	-	37.132
Outros	22.166	160.144
	<b>3.005.296</b>	<b>2.841.561</b>
<b>Rendimentos a reconhecer</b>		
Projetos em curso	2.312.913	582.984
Empresas grupo	-	39.799
Outros	6.728	3.167
	<b>2.319.641</b>	<b>625.950</b>
	<b>5.324.938</b>	<b>3.467.511</b>

## 22. RÉDITO DAS VENDAS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	31-12-2017	31-12-2016
<b>Venda de bens</b>		
Mercado interno	2.996.748	454.950
Mercado comunitário	170.280	48.759
Mercado extracomunitário	5.454	-
	<b>3.172.482</b>	<b>503.710</b>
<b>Prestação de serviços</b>		
Mercado interno	12.049.680	7.544.480
Mercado comunitário	1.871.667	3.124.695
Mercado extracomunitário	422.885	303.134
	<b>14.344.231</b>	<b>10.972.309</b>
<b>Total vendas e prestação de serviços</b>	<b>17.516.713</b>	<b>11.476.019</b>

## 23. CUSTO DAS VENDAS

	31-12-2017	31-12-2016
Saldo inicial	-	7.890
Compras	1.727.162	71.693
Regularizações	-	-
Movimentos de Acréscimos	847.402	397.248
Saldo final	44.685	0
<b>Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas</b>	<b>2.529.879</b>	<b>476.831</b>

## 24. SUBCONTRATOS

	31-12-2017	31-12-2016
Serviços profissionais	591.807	119.477
Serviços de suporte e manutenção	985.468	25.628
Outros subcontratos	3.227.486	1.840.532
	<b>4.804.761</b>	<b>1.985.637</b>

## 25. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

	31-12-2017	31-12-2016
Trabalhos especializados	2.243.241	2.520.272
Deslocações e estadas	267.493	547.831
Rendas e alugueres	920.602	872.498
Pulicidade e propaganda	139.281	178.129
Energia e fluídos	161.251	136.691
Conservação e reparação	88.850	116.990
Outros fornecimentos e serviços externos	3.149	75.149
Comunicação	45.192	59.154
Seguros	100.237	58.724
Transportes e representação	28.994	38.772
Contencioso e notariado	134.023	34.636
Despesas bancárias	43.622	32.789
	<b>4.175.935</b>	<b>4.671.635</b>

A rubrica de Rendas e alugueres inclui o registo dos leasings operacionais.

## 26. CUSTOS COM O PESSOAL

	31-12-2017	31-12-2016
Remunerações do pessoal	8.475.088	7.398.538
Encargos sobre remunerações	1.839.042	1.669.366
Remunerações dos órgãos sociais	389.624	534.074
Custos Reestruturação	147.171	139.591
Outros gastos com pessoal	371.990	218.376
	<b>11.222.915</b>	<b>9.959.945</b>

A empresa tinha ao seu serviço, a 31 de dezembro de 2017, 302 colaboradores.

## 27. OUTROS GANHOS E PERDAS LÍQUIDOS

	31-12-2017	31-12-2016
Proveitos suplementares	2.657.989	2.879.689
Trabalhos para a própria empresa	249.533	335.121
Correções relativas a exercícios anteriores	(689.180)	(167.945)
Impostos	(3.593)	(655)
Outros ganhos/perdas líquidas	(38.156)	297.481
	<b>2.176.592</b>	<b>3.343.691</b>

## 28. DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES

	31-12-2017	31-12-2016
<b>Ativos fixos tangíveis</b>		
Equipamento administrativo	82.964	112.333
Edifícios e outras construções	2.587	2.587
Equipamento básico	5.186	3.593
<b>Ativos intangíveis</b>		
Intangíveis desenvolvidos Internamente	530.045	228.490
Intangíveis programas de computador	62.351	-
	<b>683.133</b>	<b>347.003</b>

## 29. IMPARIDADES

A empresa efetua anualmente testes de imparidade, para se assegurar que o valor dos ativos registados corresponde ao seu valor recuperável líquido.

Após a elaboração dos referidos testes, foram identificadas as seguintes imparidades a registar:

	31-12-2017	31-12-2016
Inventários	87.832	-
Clientes	55.573	(352.497)
Investimentos financeiros	271.973	-
	<b>415.378</b>	<b>(352.497)</b>

## 30. PROVISÕES

	Saldo 1 Janeiro 2017	Reforço	Reversão	Saldo 31 Dezembro 2017
<b>Reestruturação</b>				
Farmaplus (Consoft) [a]	294.000	352.544	(95.456)	551.089
Filial Polska [a]	539.972	47.958	(270.624)	317.306
Filial SolSERVICE [a]	746.086	3.347	(83.113)	666.320
	<b>1.580.058</b>	<b>403.849</b>	<b>-449.193</b>	<b>1.534.714</b>
<b>Outros riscos e encargos</b>				
Filial Glintt Angola	2.466.525	-	(553.106)	1.913.419
Garantia claus. 11 nº1 contrato venda HCCM [a]	262.875	-	-	262.875
	2.729.400	-	(553.106)	2.176.294
	<b>4.309.458</b>	<b>403.849</b>	<b>(1.002.299)</b>	<b>3.711.008</b>

[a] A contrapartida destes movimentos de provisões na demonstração de resultados encontra-se refletida na rúbrica de perdas com operação descontinuadas, de acordo com a IFRS 5 (Nota 33)

## 31. RESULTADOS FINANCEIROS

	31-12-2017	31-12-2016
Dividendos obtidos	-	6.900.000
Outros ganhos/perdas financeiras	(674.260)	(70.338)
Juros suportados	(981.481)	(1.236.369)
	<b>(1.655.741)</b>	<b>5.593.293</b>

## 32. IMPOSTOS SOBRE RESULTADOS

A empresa apresenta um resultado antes de impostos negativo de 4.410.575 Euros, tendo sido apurado um valor negativo de imposto de 610 797 Euros, que se decompõe conforme segue:

	31-12-2017	31-12-2016
Imposto a pagar	114.603	45.632
IDA	(794.546)	(979.625)
IRC ex. anteriores	69.146	383.318
	<b>(610.797)</b>	<b>(550.675)</b>

No que respeita aos Impostos diferidos ativos, os movimentos ocorridos foram os seguintes:

	31-12-2017	31-12-2016
Saldo inicial	3.409.251	2.096.926
Reforço	794.546	1.346.103
Regularizações	-	366.925
Redução	(49.613)	(400.703)
Saldo final	4.154.184	3.409.251

## Reconciliação entre a taxa nominal e a efetiva

Reconciliação entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa nominal

A taxa média efetiva de imposto difere da taxa nominal, nomeadamente devido a:

	31.12.17	31.12.16
Resultado antes de impostos	(4.410.575)	3.858.930
<b>Taxa nominal de imposto</b>	<b>21,00%</b>	<b>21,00%</b>
Imposto esperado	(926.221)	810.375
Diferenças permanentes (a)	9.569	(1.395.806)
Diferenças temporárias	238.880	67.713
Impacto operações descontinuadas com efeito fiscal	(47.629)	(78.590)
Ajustamentos à colecta:		
- Tributações autónomas	114.603	45.632
- Benefícios fiscais	-	-
	<b>(610.797)</b>	<b>(550.675)</b>
<b>Taxa efectiva de imposto</b>	<b>13,85%</b>	<b>-14,27%</b>
O imposto sobre o rendimento do período tem a seguinte composição:		
Imposto corrente	183.749	428.950
Imposto diferido	(794.546)	(979.625)
	<b>(610.797)</b>	<b>(550.675)</b>
(a) Este valor respeita essencialmente a :		
Amortizações, provisões e imparidades	(405.329)	248.975
Correcções relativas a exercícios anteriores	247.458	172.638
Insuficiência/Excesso de estimativa para impostos	34.696	(287.857)
Multas, coimas, juros compensatórios	939	2.113
Dividendos	-	(6.900.000)
Outros	167.805	117.438
	<b>45.569</b>	<b>(6.646.693)</b>
<b>Impacto fiscal</b>	<b>9.569</b>	<b>(1.395.806)</b>

## 33. RESULTADOS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Os resultados das operações descontinuadas evidências na demonstração dos resultados têm a seguintes decomposição

	31-12-2017	31-12-2016
<b>Perdas com operações descontinuadas</b>		
<b>Fornecimentos e serviços externos</b>		
Reestruturação	-	64.840
<b>Outros ganhos e perdas líquidas</b>		
Dissolução RHM	272.146	-
<b>Provisões</b>		
Gastos Filiais SolService, Polska e Farmaplus (Consoft)	403.849	57.058
<b>Reversões</b>		
Proveitos Filiais SolService, Polska e Farmaplus (Consoft)	(449.193)	
	<b>226.803</b>	<b>121.898</b>

## 34. RESULTADOS POR AÇÃO

### BÁSICO

O cálculo do resultado básico por ação baseia-se no lucro atribuível aos acionistas ordinários, dividido pela média ponderada de ações ordinárias no período, excluindo ações ordinárias compradas e detidas como ações próprias.

	31-12-2017	31-12-2016
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas ordinários	(4.026.580)	4.287.707
Nº médio ponderado de ações ordinárias	86.962.868	86.962.868
<b>Resultado por ação - básico - euros</b>	<b>(0,046)</b>	<b>0,049</b>

### DILUÍDO

O resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação, devido à inexistência de instrumentos financeiros que venham a originar a diluição do capital social no futuro.

## 35. COMPROMISSOS

- » Em dezembro de 2012, a empresa contraiu um empréstimo de 19,5 milhões de euros junto do Novo Banco (Antigo BES). Este foi concedido com a finalidade de amortizar totalmente os restantes empréstimos que a empresa detinha com o Novo Banco e o restante para apoio ao investimento. Por garantia deste financiamento, foram dadas de penhor as ações da Consoft, empresa espanhola adquirida em 2011 pela Glintt. O empréstimo em questão encontra-se liquidado mediante formalização, a 17 de Março de 2017 de novo empréstimo de MLP junto da mesma instituição, tendo sido liberto o penhor sobre as ações da Consoft a partir daquela data. A operação formal de libertação de penhor encontra-se concretizada e o empréstimo MLP apresenta um valor de 14,875 milhões de euros à data de 31 de dezembro de 2017.
- » Durante o exercício de 2015, com a venda das áreas não core à sociedade HCCM constitui-se uma garantia bancária no valor de 1.051.000 euros, a qual foi reduzida em 2016, e nos termos do contrato, para 788.625 euros. No final do ano de 2017, a garantia foi igualmente reduzida, a qual apresenta um valor de 525.750 euros.

Os compromissos financeiros que não figuram no balanço, nomeadamente garantias bancárias prestadas a favor de terceiros, são as que a seguir se detalham:

	31-12-2017	31-12-2016
HCCM Outsourcing Investment SA	525.750	788.625
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	32.230	32.230
Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas IP	-	12.511
Millennium Challenge Account - Cabo Verde	4.000	4.000
INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL	3.740	3.740
AT - Autoridade Tributária e Aduaneira	-	-
MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia SA	6.000	-
CTT - Correios de Portugal	7.936	-
TMN - Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.	8.000	-
Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, E.E.P.	12.384	-
Metropolitano de Lisboa, E.P.	1.893	-
Metropolitano de Lisboa E.P.E.	14.944	-
Banco de Portugal	12.570	-
<b>Total garantias prestadas</b>	<b>629.446</b>	<b>841.105</b>

## 36. ENTIDADES RELACIONADAS

Durante os exercícios de 2017 e 2016 foram efetuadas transações com entidades relacionadas, que envolveram as seguintes entidades e montantes:

Entidades Relacionadas	31-12-2017			
	Réditos	Gastos	Saldos devedores	Saldos credores
Alliance Healthcare, S.A.	951.657	(31)	434.092	-
ANF	535.585	-	106.149	-
Farminveste IPG	405.597	(210.571)	66.257	(66.030)
Finanfarma-Soc.Factoring, S.A.	167.302	-	40.005	-
Associação Dignidade	-	(4.200)	-	-
Infosaúde - Instituto Formação	-	(8.484)	-	(1.943)
Farminveste 4- Serviços,S.A.	916.844	(1.897.416)	303.060	(203.398)
Alloga Portugal, Lda	81.057	-	-	-
hmR International	20.713	-	-	-
hmR Espanha	-	-	(494)	-
	<b>3.078.754</b>	<b>(2.120.702)</b>	<b>949.070</b>	<b>(271.371)</b>

Entidades Relacionadas	31-12-2016			
	Réditos	Gastos	Saldos devedores	Saldos credores
Alliance Healthcare, S.A.	429.677	-	125.617	-
ANF	55.275	-	(5.047)	-
Farminveste IPG	134.611	(355.821)	(71.134)	(408.122)
Finanfarma-Soc.Factoring, S.A.	24.466	-	-	-
hmR	44.226	-	-	-
Infosaúde - Instituto Formação	-	(4.253)	-	(4.748)
Infosaúde-Inst.Form.e Inov.	-	-	(9.260)	-
Farminveste 4- Serviços,S.A.	640.202	(1.584.306)	219.542	(629.022)
Proconfar S.A.	2.827	-	-	-
	<b>1.331.285</b>	<b>(1.944.379)</b>	<b>259.719</b>	<b>(1.041.892)</b>

## 37. REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE GESTÃO

No exercício de 2017, as remunerações pagas a Administradores e Diretores foram as seguintes:

	Remunerações Fixas		Remunerações Variáveis		Indemnização	
	31-12-2017	31-12-2016	31-12-2017	31-12-2016	31-12-2017	31-12-2016
Administradores executivo	810.206	623.156	156.183	-	-	-
Diretores	570.564	527.748	40.650	107.749	-	105.292
Administradores não executivo	78.483	88.718	-	-	-	-
	<b>1.459.253</b>	<b>1.239.622</b>	<b>196.833</b>	<b>107.749</b>	<b>-</b>	<b>105.292</b>

## 38. OUTRAS INFORMAÇÕES

A Glintt – Global Intelligent Technologies, S.A., Sociedade Aberta (Glintt GIT), concretizou no dia 22 de dezembro de 2017, o registo de fusão por incorporação das sociedades Glintt MSV- Conceção, Integração e Gestão de Infraestruturas Tecnológicas, S.A. e da Glintt Energy, S.A. (sociedades incorporadas) na Glintt GIT (sociedade incorporante).

## 39. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

## 30. EVENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Após a data de balanço, não se verificaram eventos que possam ter impacto material nas Demonstrações Financeiras da Glintt GIT.

O Contabilista Certificado

A Administração

# 05.

## ANEXOS

---



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

#### OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de **GLINTT - GLOBAL INTELLIGENT TECHNOLOGIES, S.A.** (o Grupo), que compreendem a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 166.022.824 euros e um total de capital próprio de 74.196.985 euros, incluindo um resultado líquido de 508.183 euros), a demonstração dos resultados consolidados, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração das alterações do capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa consolidados relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de **GLINTT - GLOBAL INTELLIGENT TECHNOLOGIES, S.A.** em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

#### BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

1 de 6

#### MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITORIA

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Matérias relevantes de auditoria	Resposta do Auditor
<b>Ativos intangíveis com vida útil indefinida reconhecidos no âmbito de concentrações de atividades empresariais e Goodwill</b>	
<p>Em 31 de dezembro de 2017, o valor contabilístico do goodwill e dos ativos intangíveis com vida útil indefinida reconhecidos no âmbito de concentrações de atividades empresariais ascendiam a 85.073 milhares de euros e a 29.889 milhares de euros, respetivamente, representando cerca de 69% do ativo total da Entidade.</p> <p>Conforme indicado nas notas 2.3.3, 2.7.2, 4.1, 8 e 9, estes ativos estão sujeitos a testes de imparidade anualmente ou sempre que exista indicação de que possam estar em imparidade. O Grupo reconhece perdas de imparidade quando o valor de recuperação de um dado ativo ou conjunto de ativos se demonstra inferior ao seu valor contabilístico. Os testes de imparidade efetuados pelo Grupo incorporam julgamentos complexos, materializados em planos de negócio, que têm por base diversos pressupostos, associados a taxas de desconto, taxas de crescimento e margens perspetivadas.</p> <p>A materialidade do valor e a complexidade dos julgamentos relacionados com os pressupostos utilizados na preparação dos planos de negócio levam-nos a considerar este tema uma matéria relevante na nossa auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos relativos a esta matéria relevante de auditoria incluem:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) avaliação dos critérios definidos pelo Grupo para a determinação das unidades geradoras de caixa;</li> <li>ii) obtenção dos modelos de imparidade utilizados pelo Grupo para determinar a quantia recuperável de cada unidade geradora de caixa e teste à correção aritmética dos referidos modelos;</li> <li>iii) avaliação dos pressupostos subjacentes aos modelos, nomeadamente, as taxas de desconto, taxas de crescimento, perpetuidade e margens perspetivadas;</li> <li>iv) indagação junto dos órgãos de gestão e seus representantes quanto à adequabilidade dos modelos e pressupostos utilizados;</li> <li>v) verificação da adequabilidade das divulgações apresentadas sobre esta matéria.</li> </ul>

Matérias relevantes de auditoria	Resposta do Auditor
<b>Ativos por Impostos diferidos</b>	
<p>Em 31 de dezembro de 2017, a Entidade apresenta no ativo não corrente um saldo de 6.196 milhares de euros referente a ativos por impostos diferidos. As divulgações relacionadas com esta matéria são apresentadas nas notas anexas às demonstrações financeiras 2.14, 2.25, 4.2 e 12.</p> <p>A recuperabilidade dos referidos ativos é avaliada em conformidade com as estimativas futuras de resultados fiscais positivos preparadas pela gestão.</p> <p>A materialidade do valor e o elevado nível de julgamento relacionado com os pressupostos utilizados na preparação das estimativas futuras de resultados fiscais, em particular no que respeita às previsões de rendimentos, levam-nos a considerar este tema uma matéria relevante na nossa auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos relativos a esta matéria relevante de auditoria incluem:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) obtenção dos planos de negócios preparados pela gestão, com as projeções de resultados para o período de 2018 a 2028;</li> <li>ii) indagação junto da gestão quanto à razoabilidade das projeções apresentadas nos planos de negócios e expectativa de recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos;</li> <li>iii) recálculo dos impostos diferidos reconhecidos nas demonstrações financeiras e validação da correção aritmética dos cálculos e taxas de imposto utilizadas;</li> <li>iv) verificação da adequabilidade das divulgações apresentadas sobre esta matéria.</li> </ul>

#### RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

#### RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma

3 de 6

base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;

- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO**

Dando cumprimento aos artigos 451.º, n.º 3, al. e) e 508.º- D, n.º 3, ambos do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais. Conforme previsto no artigo 451.º, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais este parecer não é aplicável à demonstração não financeira incluída no relatório de gestão.

### **SOBRE A DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA PREVISTA NO ARTIGO 508.º-G DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a entidade inclui no seu relatório de gestão a demonstração não financeira consolidada prevista no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais.

### **SOBRE O RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

**SOBRE OS ELEMENTOS ADICIONAIS PREVISTOS NO ARTIGO 10.º DO REGULAMENTO (UE) N.º 537/2014**

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos eleitos auditores de **GLINTT - GLOBAL INTELLIGENT TECHNOLOGIES, S.A.** (o Grupo) pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 2016 para um mandato compreendido entre 2016 e 2017.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras consolidadas. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 18 de abril de 2018;
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.
- Informamos que, para além da auditoria, não prestámos quaisquer outros serviços à Entidade.

Lisboa, 18 de abril de 2018

**OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.**  
Representada por

Joaquim Oliveira de Jesus, ROC n.º 1056

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **GLINTT - GLOBAL INTELLIGENT TECHNOLOGIES, S.A.** (a Entidade), que compreendem a demonstração individual da posição financeira em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 130.877.456 euros e um total de capital próprio de 65.119.034 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 4.026.580 euros), a demonstração individual dos resultados por naturezas, a demonstração individual do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **GLINTT - GLOBAL INTELLIGENT TECHNOLOGIES, S.A.** em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

#### BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

1 de 6

## ÊNFASES

Conforme divulgado na nota 38 das notas anexas às demonstrações financeiras, em virtude da fusão por incorporação das empresas GLINTT MSV - CONCEÇÃO, INTEGRAÇÃO E GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS TECNOLÓGICAS, S.A. e GLINTT ENERGY, S.A. na GLINTT - GLOBAL INTELLIGENT TECHNOLOGIES, S.A., com efeitos a 1 de janeiro de 2017, os saldos e transações das referidas demonstrações financeiras não são comparáveis com o exercício anterior, sendo que da referida fusão não resultou um impacto significativo na atividade da empresa.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

## MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITORIA

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Matérias relevantes de auditoria	Resposta do Auditor
<b>Participações financeiras em subsidiárias e Goodwill</b>	
<p>Em 31 de dezembro de 2017, o valor contabilístico das participações financeiras em subsidiárias ascendia a 70.859 milhares de euros e o do goodwill a 35.249 milhares de euros, representando cerca de 81% do ativo total da Entidade.</p> <p>Conforme indicado nas notas 2.2, 2.6, 7 e 9, a Entidade reconhece perdas de imparidade quando o valor de recuperação de um dado ativo ou conjunto de ativos se demonstra inferior ao seu valor contabilístico. Os testes de imparidade efetuados pela Entidade incorporam julgamentos complexos, materializados em planos de negócio, que têm por base diversos pressupostos, associados a taxas de desconto, taxas de crescimento e margens perspetivadas.</p> <p>A materialidade do valor e a complexidade dos julgamentos relacionados com os pressupostos utilizados na preparação dos planos de negócio levam-nos a considerar este tema uma matéria relevante na nossa auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos relativos a esta matéria relevante de auditoria incluem:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) avaliação dos critérios definidos pela Entidade para a determinação das unidades geradoras de caixa;</li> <li>ii) obtenção dos modelos de imparidade utilizados pela Entidade para determinar a quantia recuperável de cada unidade geradora de caixa e teste à correção aritmética dos referidos modelos;</li> <li>iii) avaliação dos pressupostos subjacentes aos modelos, nomeadamente, as taxas de desconto, taxas de crescimento, perpetuidade e margens perspetivadas;</li> <li>iv) indagação junto dos órgãos de gestão e seus representantes quanto à adequabilidade dos modelos e pressupostos utilizados;</li> <li>v) verificação da adequabilidade das divulgações apresentadas sobre esta matéria.</li> </ul>

Matérias relevantes de auditoria	Resposta do Auditor
<b>Ativos por Impostos diferidos</b>	
<p>Em 31 de dezembro de 2017, a Entidade apresenta no ativo não corrente um saldo de 4.154 milhares de euros referente a ativos por impostos diferidos. As divulgações relacionadas com esta matéria são apresentadas nas notas anexas às demonstrações financeiras 2.15, 2.16 e 11.</p> <p>A recuperabilidade dos referidos ativos é avaliada em conformidade com as estimativas futuras de resultados fiscais positivos preparadas pela gestão.</p> <p>A materialidade do valor e o elevado nível de julgamento relacionado com os pressupostos utilizados na preparação das estimativas futuras de resultados fiscais, em particular no que respeita às previsões de rendimentos, levam-nos a considerar este tema uma matéria relevante na nossa auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos relativos a esta matéria relevante de auditoria incluem:</p> <p>i) obtenção dos planos de negócios preparados pela gestão, com as projeções de resultados para o período de 2018 a 2028;</p> <p>ii) indagação junto da gestão quanto à razoabilidade das projeções apresentadas nos planos de negócios e expectativa de recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos;</p> <p>iii) recálculo dos impostos diferidos reconhecidos nas demonstrações financeiras e validação da correção aritmética dos cálculos e taxas de imposto utilizadas;</p> <p>iv) verificação da adequabilidade das divulgações apresentadas sobre esta matéria.</p>

#### RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

#### RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

### **SOBRE O RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

#### **SOBRE OS ELEMENTOS ADICIONAIS PREVISTOS NO ARTIGO 10.º DO REGULAMENTO (UE) N.º 537/2014**

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos eleitos auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas, realizada em 2016 para um mandato compreendido entre 2016 e 2017.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude. - Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 18 de abril de 2018.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.
- Informamos que, para além da auditoria, não prestámos quaisquer outros serviços à Entidade.

Lisboa, 18 de abril de 2018

**OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.**  
Representada por

Joaquim Oliveira de Jesus, ROC n.º 1056



# RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

## CONTAS CONSOLIDADAS

Senhores Acionistas,

Nos termos legais e estatutários, vimos apresentar o nosso Relatório e Parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro 2017, emitidos sob a responsabilidade do Conselho de Administração da “GLINTT - Global Intelligent Technologies, S.A”.

O Conselho Fiscal desempenhou com regularidade as funções que lhe foram confiadas, tendo procedido às verificações adequadas e recebido da Administração e dos Serviços, os esclarecimentos e informação que entendeu convenientes.

Em final de exercício, o Conselho Fiscal analisou com especial atenção o tratamento contabilístico de situações de natureza patrimonial de maior impacto, nomeadamente os que se encontram expressos no Balanço nas rubricas “Goodwill”, “Ativos Intangíveis” e “Outras contas a receber de clientes e outros devedores”, tendo recebido respostas satisfatórias da Administração e do Revisor Oficial de Contas.

No desenvolvimento das nossas funções, examinámos o Relatório de Gestão, bem como a Demonstração da Posição Financeira Consolidada (“Balanço”) em 31 de dezembro de 2017, a Demonstração dos Resultados Consolidados, a Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações do Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados, e correspondentes Notas Anexas, para o exercício findo naquela data.

O resultado líquido do exercício de 2017 ascendeu a 508.183 euros.

O nosso Parecer está também suportado do ponto de vista técnico pela “Certificação Legal e Relatório de Auditoria”, documento emitido pelo Revisor Oficial de Contas em 18 de abril de 2018.

Nestas circunstâncias, somos de Parecer favorável à aprovação das Demonstrações Financeiras do Exercício de 2017 e do Relatório de Gestão, incluindo a proposta de aplicação dos resultados, nos termos em que foram apresentados pelo Conselho de Administração.

Expressamos ao Conselho de Administração e aos Serviços o nosso apreço pela colaboração recebida no exercício das nossas funções.

Sintra, 18 de abril de 2018

**Fernando José Carreira Saraiva Monteiro**

**João Gaspar Lopes Ribeiro**

**Avelino Azevedo Antão**



# RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

## CONTAS INDIVIDUAIS

Senhores Acionistas,

Nos termos legais e estatutários, vimos apresentar o nosso Relatório e Parecer sobre os documentos de prestação de contas individuais do exercício findo em 31 de dezembro 2017, emitidos sob a responsabilidade do Conselho de Administração da “GLINTT - Global Intelligent Technologies, S.A.”

O Conselho Fiscal desempenhou com regularidade as funções que lhe foram confiadas, tendo procedido às verificações adequadas e recebido da Administração e dos Serviços, os esclarecimentos e informação que entendeu convenientes.

Em final de exercício, o Conselho Fiscal analisou com especial atenção o tratamento contabilístico de situações de natureza patrimonial de maior impacto, nomeadamente os que se encontram expressos no Balanço na rubrica “Participações Financeiras em Subsidiárias”, tendo recebido respostas satisfatórias da Administração e do Revisor Oficial de Contas.

No desenvolvimento das nossas funções, examinámos o Relatório de Gestão, bem como a Demonstração Individual da Posição Financeira (“Balanço”) em 31 de dezembro de 2017, a Demonstração Individual dos Resultados, a Demonstração Individual do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações do Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, e correspondentes Notas Anexas, para o exercício findo naquela data.

O resultado líquido do exercício de 2017 foi negativo de 4.026.580 euros.

O nosso Parecer está também suportado do ponto de vista técnico pela “Certificação Legal e Relatório de Auditoria”, documento emitido pelo Revisor Oficial de Contas em 18 de abril de 2018.

Nestas circunstâncias, somos de Parecer favorável à aprovação das Demonstrações Financeiras do Exercício de 2017 e do Relatório de Gestão, incluindo a proposta de aplicação dos resultados, nos termos em que foram apresentados pelo Conselho de Administração.

Expressamos ao Conselho de Administração e aos Serviços o nosso apreço pela colaboração recebida no exercício das nossas funções.

Sintra, 18 de abril de 2018

**Fernando José Carreira Saraiva Monteiro**

**João Gaspar Lopes Ribeiro**

**Avelino Azevedo Antão**



# DECLARAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS SOBRE A CONFORMIDADE DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA APRESENTADA

Senhores Acionistas,

De acordo com o disposto no n.º 1, alínea c) do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho fiscal da “GLINTT - Global Intelligent Technologies, S.A” declaram que, tanto quanto é do conhecimento, a informação constante do relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal das contas e os demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da emitente GLINTT e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da emitente GLINTT e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Sintra, 18 de abril de 2018

**Fernando José Carreira Saraiva Monteiro**

**João Gaspar Lopes Ribeiro**

**Avelino Azevedo Antão**

A photograph of laboratory glassware, including several test tubes and beakers, some containing blue liquid, arranged on a black surface. The background is a solid teal color.

# glintt

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE

GLINTT – GLOBAL INTELLIGENT TECHNOLOGIES, S.A.

SOCIEDADE ABERTA

BELOURA OFFICE PARK, ED. 10, QTA. DA BELOURA,  
2710-693 SINTRA, PORTUGAL

CAPITAL SOCIAL: 86.962.868 €  
MATRÍCULA NA C.R.C. DE SINTRA  
PESSOA COLETIVA Nº 503.541.320

CONCEÇÃO, DESIGN E PAGINAÇÃO  
MADDE COMUNICAÇÃO

